



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Cindy Mery Gavioli-Prestes

**FATORES DETERMINANTES NA CLASSIFICAÇÃO DAS ORAÇÕES
SUBORDINADAS COMO RELATIVAS LIVRES**

Curitiba, abril de 2012.



Cindy Mery Gavioli-Prestes

**FATORES DETERMINANTES NA CLASSIFICAÇÃO DAS ORAÇÕES
SUBORDINADAS COMO RELATIVAS LIVRES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Letras da
Universidade Federal do Paraná, como pré-
requisito para a obtenção do título de
Mestre em Linguística.

Orientador: Profa. Dra. Maria José Gnatta Dalcuche Foltran

Curitiba, abril de 2012.

Catálogo na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação – UFPR

Gavioli-Prestes, Cindy Mery

Fatores determinantes na classificação das orações subordinadas
como relativas livres / Cindy Mery Gavioli-Prestes. – Curitiba, 2012.
112 f.

Orientadora: Profª. Drª. Maria José Gnatta Dalcuche Foltran
Dissertação (Mestrado em Letras) - Setor de Ciências Humanas,
Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Língua portuguesa – Gramática – Classificação. I. Título.

CDD 469.072



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS

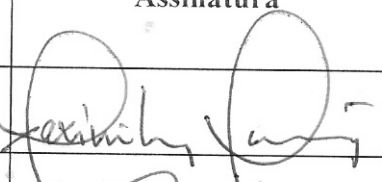
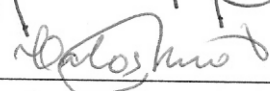
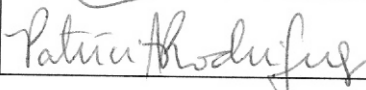
PARECER

Defesa de dissertação da mestrandia CINDY MERY GAVIOLI PRESTES para obtenção do título de **Mestre em Letras**.


Os abaixo assinados MAXIMILIANO GUIMARÃES, CARLOS MIOTTO e PATRÍCIA DE ARAÚJO RODRIGUES arguíram, nesta data, a candidata, a qual apresentou a dissertação:

“FATORES DETERMINANTES NA CLASSIFICAÇÃO DAS ORAÇÕES SUBORDINADAS COMO RELATIVAS LIVRES”

Procedida a arguição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que a candidata está apta ao título de **Mestre em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

| Banca | Assinatura | APROVADA Não APROVADA |
|------------------------------|--|-----------------------------|
| MAXIMILIANO GUIMARÃES |  | Aprovada |
| CARLOS MIOTTO |  | Aprovada |
| PATRÍCIA DE ARAÚJO RODRIGUES |  | Aprovada |

Curitiba, 16 de abril de 2012


Prof. Dr. Luis Gonçalves Bueno de Camargo
Coordenador

Luis Gonçalves Bueno de Camargo
Coordenador
Matricula SIAPE 011915447

AGRADECIMENTOS

À minha professora orientadora Dr^a Maria José Foltran por todo ensinamento e pela paciência e compreensão sempre presentes;

Ao professor Dr. Maximiliano Guimarães pela ajuda que me deu para tornar os textos com análises gerativas mais compreensíveis. Explicitar essas análises foi um grande desafio;

À professora Dr^a Patrícia Araujo Rodrigues pelos comentários e sugestões tão valiosos, por ocasião do exame de qualificação;

Ao Odair, sempre tão prestativo;

Ao Programa de Pós-graduação em Letras da UFPR e à CAPES pelo suporte financeiro;

À minha família que sempre com muito carinho esteve próxima a mim me ajudando nesta caminhada;

Aos meus amigos por todo o apoio que me deram;

A Deus por me permitir trilhar esse caminho e chegar até aqui.

*Enquanto eu tiver perguntas e não houver respostas... continuarei a
escrever. (Clarice Lispector)*

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo observar as orações subordinadas conhecidas na literatura como “relativas livres” e verificar quais são os aspectos sintáticos e semânticos relevantes para tais orações. A literatura classifica as relativas em relativas com núcleo nominal e em relativas livres. Esse primeiro tipo apresenta um pronome relativo que apresenta um núcleo nominal como antecedente. Já no segundo tipo, esse núcleo nominal não está explícito. O estudo dessas relativas busca diferenciar um tipo do outro de um lado e apresenta uma diferenciação entre as relativas livres e as interrogativas indiretas, por outro, já que possuem características muito semelhantes. Uma informação relevante para fazer essas diferenciações está relacionada às propriedades do verbo subordinante, ou seja, que tipo de s-seleção e de c-seleção esse verbo faz, seleção esta que está diretamente relacionada com a semântica do verbo, como procuramos demonstrar. Dentre as análises que estudam as relativas, identificamos duas tendências: a análise tradicional e a análise *raising*. Neste trabalho, apresentamos as diferentes propostas adotadas e optamos por assumir a análise *raising*, como apresentada por Kato & Nunes (2009), para as relativas com núcleo nominal. A partir dessa assunção, buscamos verificar tal análise quando a estrutura em questão é a de uma relativa livre. Com essa assunção, demonstramos quais são os fatores relevantes na estrutura sintática e nos aspectos semânticos relacionados às relativas livres.

Palavras-chave: Relativa livre. Relativa com núcleo nominal. Interrogativa indireta.

Super c-comando.

ABSTRACT

This work aims at observing the embedded sentences known as “free relatives” and identifying which syntactic and semantic properties characterize them. Relative sentences are classified in the literature into headed relatives and free relatives. In the first kind, there is a relative pronoun whose antecedent is a nominal head. In the second one, there is no explicit nominal head. This study compares free relatives to headed relatives, and to indirect interrogatives, given that they have some similarities. In order to compare those constructions, it is important to take into account the semantic properties of the verb of the matrix clause, especially its selection requirements. As for the analysis of headed relative clauses, there are two basic approaches: the traditional analysis and the raising analysis. We discuss them and adopt Kato & Nunes (2009)’s version of the raising analysis for headed relatives. Following that path, we propose that it fits free relatives as well, accounting for its syntactic and semantic properties in a principled way.

Key-words: Free relative. Headed relative. Indirect interrogative. Super c-command.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| LISTA DE ABREVIATURAS | 8 |
| INTRODUÇÃO | 9 |
| CAPÍTULO 1 | |
| SOBRE AS ORAÇÕES RELATIVAS E AS RELATIVAS CHAMADAS LIVRES..... | 15 |
| 1 INTRODUÇÃO | 15 |
| 2 DEFININDO NOSSO OBJETO DE ESTUDO | 15 |
| 3 AS RELATIVAS COM NÚCLEO NOMINAL | 18 |
| 4 RELATIVAS LIVRES..... | 21 |
| 5 CONCLUSÃO | 26 |
| CAPÍTULO 2 | |
| SOBRE OS PROBLEMAS PARA FORMALIZAR-SE UMA DEFINIÇÃO PARA RELATIVAS LIVRES..... | 28 |
| 1 INTRODUÇÃO | 28 |
| 2 PROPRIEDADES GERAIS DAS RLS EM RELAÇÃO ÀS RELATIVAS NN | 28 |
| 3 RELATIVAS LIVRES X INTERROGATIVAS INDIRETAS | 33 |
| 3.1 TESTES QUE DIFERENCIAM RLS DE IIS | 34 |
| 3.2 OUTRAS PROPRIEDADES QUE DISTINGUEM RLS DE IIS | 39 |
| 3.3 TESTANDO PREDICADOS REGENTES..... | 45 |
| 3.4 SONDANDO A QUESTÃO DA FACTIVIDADE..... | 49 |
| 4 EM BUSCA DE GENERALIZAÇÕES | 52 |
| 5 CONCLUSÃO | 54 |
| CAPÍTULO 3 | |
| SOBRE AS ANÁLISES FORMAIS DAS RELATIVAS LIVRES | 55 |
| 1 INTRODUÇÃO | 55 |
| 2 ANÁLISES DAS RELATIVAS NN..... | 56 |
| 2.1 A CLASSIFICAÇÃO DAS RELATIVAS COM NÚCLEO NOMINAL | 56 |
| 2.1.1 RELATIVAS PADRÃO | 56 |
| 2.1.2 RELATIVAS RESUMPTIVAS | 57 |

| | | |
|---------|---|------------|
| 2.1.3 | RELATIVAS CORTADORAS | 58 |
| 2.2 | AS RELATIVAS SOB ANÁLISE RAISING | 59 |
| 2.2.1 | EVIDÊNCIAS PARA A ANÁLISE RAISING | 61 |
| 2.2.2 | ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO NO PB | 64 |
| 2.2.2.1 | A PROPOSTA DE KENEDY (2002) | 64 |
| 2.2.2.2 | A PROPOSTA DE KATO & NUNES (2009) | 73 |
| 3 | ANÁLISE DAS RELATIVAS LIVRES | 82 |
| 3.1 | A TEORIA LINGÜÍSTICA SOBRE AS RELATIVAS LIVRES | 83 |
| 3.1.1 | A PROPOSTA DE BRESNAN & GRIMSHAW (1978) | 83 |
| 3.1.2 | A HIPÓTESE DE GROOS & VAN RIEMSDIJK (1981) | 85 |
| 3.1.3 | AS PROPOSTAS DE MÓIA (1992) E DE MÓIA (2001) | 87 |
| 3.1.4 | AS PROPOSTAS POR ANÁLISE RAISING | 89 |
| 3.1.4.1 | CAPONIGRO (2002), MEDEIROS JUNIOR (2005) E MARCHESAN (2008) | 89 |
| 3.1.4.2 | PROPOSTA FEITA POR KATO & NUNES BASEADA EM LESSA-DE-OLIVEIRA (2008) | 92 |
| 4 | CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ANÁLISES | 93 |
| 5 | CONCLUSÃO | 98 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 100 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 102 |
| | ANEXO 1 | 105 |
| | ANEXO 2 | 112 |

LISTA DE ABREVIATURAS

CP – complementizer phrase / sintagma complementizador

DP – determiner phrase / sintagma determinante

LCA – axioma de correspondência linear

LD – left dislocation / deslocamento à esquerda

NN – núcleo nominal

NP – nominal phrase / sintagma nominal

PB – português brasileiro

PE – português europeu

RL – relativa livre

Spec – specifier / especificador

INTRODUÇÃO

Podemos, de uma forma mais descritiva, dizer que as orações relativas são orações encabeçadas por um pronome relativo¹, como o *que* em (01), que atuam como modificadores de um elemento que se costuma chamar de antecedente. O antecedente é habitualmente um sintagma nominal (DP²), como se pode observar nos exemplos abaixo.

- (01) a. [DP O rato] que comeu o queijo é o branco.
b. [DP O aluno] que faltou à aula quer falar com você.

A oração relativa apresenta a característica de ser sempre introduzida pela expressão-Q que se vincula anaforicamente³ ao antecedente, atuando como argumento ou adjunto dentro da subordinada. Assim, em (01a), a oração subordinada *que comeu o queijo* prevê dentro dela o constituinte *o rato* como um dos argumentos de *comeu* e, por isso, dizemos que o pronome relativo *que* retoma seu antecedente, no caso, *o rato*, para que possa assim completar a grade argumental do verbo *comer*, que supõe um “comedor” e “algo que é comido”. A relativização, então, consiste justamente nisto: representar na oração subordinada, de alguma forma, esse antecedente, que pertence estruturalmente à sentença mais alta.

Quando temos uma relativa em que o antecedente está explícito na sentença, chamamos a essa relativa de relativa com núcleo nominal. No entanto, ressaltamos aqui que apesar de receber esse nome, o pronome relativo está coindexado com o sintagma nominal todo e não apenas ao núcleo nominal.

A partir do exposto, podemos verificar que não serão todas as análises propostas aqui que aceitarão tal descrição. Uma análise tradicional, por exemplo, não irá dizer que é o DP que é o outro item da grade argumental do verbo, mas sim que é o *que*. Uma proposta como a de Tarallo (1983) dentro da análise tradicional irá dizer que um dos

¹ Móia (2001), por exemplo, utiliza ainda o termo advérbio relativo para se referir a alguns desses pronomes em certos contextos.

² Vamos usar DP para nos referirmos a esse sintagma nominal, seguindo a hipótese DP.

³ Estou aqui usando o termo anáfora da forma mais ampla possível. Da forma usada aqui, ele não remete à Teoria da Vinculação.

argumentos do verbo, na verdade, seria uma categoria vazia. Já uma análise *raising* irá propor que o DP mesmo seria o outro argumento do verbo. Tais análises serão apresentadas, brevemente, no capítulo 1 e, com maiores detalhes, no capítulo 3.

Reconhece-se, em geral, dois papéis semânticos distintos para as orações relativas: o de restrição e o de explicação. Brucart (1999) diz que essas diferentes interpretações decorrem da forma como a subordinada incide sobre a oração anterior.

- (02) a. A casa tinha dois [**quartos** *que davam para um jardim interno*].
- b. A casa tinha [**dois quartos**, *que davam para um jardim interno*].⁴

Em (02a), a relativa modifica o sintagma nominal *quartos*, da mesma forma como o faria qualquer outro modificador desse sintagma. Aí, funcionalmente a oração subordinada equivale a um adjetivo ou a um sintagma preposicionado (*quartos **externos*** ou *quartos **com vista para o jardim***). A situação é diferente no exemplo (02b), onde uma curva entonacional, refletida na escrita por meio de uma vírgula, atua como indício acústico de que o antecedente da relativa é o sintagma nominal *dois quartos*. Em (02a), o quantificador *dois* quantifica *quartos que davam para o parque*, enquanto que em (02b) *dois* quantifica somente o núcleo nominal *quartos*, o que explica que desse enunciado se possa inferir que a casa tinha somente dois quartos. A sentença em (02a), por sua vez, não permite essa inferência.

A tradição gramatical classifica as sentenças em (02) como adjetivas (restritivas e explicativas, respectivamente) e diferencia as subordinadas adjetivas, substantivas e adverbiais, mostrando que elas ocorrem nos mesmos contextos das categorias que lhes dão o nome: as adjetivas ocorrem dentro do sintagma nominal; as substantivas como argumentos do verbo matriz ou de uma preposição; as adverbiais como adjunto da oração matriz⁵. Por mais que essa afirmação possa ser em muitas ocasiões problematizada, ou seja, desde que saibamos precisar os contextos em que cada categoria ocorre, tal definição mais ou menos delimita diferentes tipos de subordinadas.

Há, no entanto, um conjunto de dados que colocam problemas para a classificação apresentada acima. Vejamos um exemplo em (03).

⁴ Exemplos de Brucart (1999) adaptados para o português.

⁵ Usamos aqui, oração matriz, por ser o termo usado pela gramática tradicional.

(03) Eu não conhecia [quem estava na festa].

O verbo matriz *conhecer* é um predicado de dois lugares e é saturado por dois argumentos: os constituintes [eu] e [quem estava na festa], uma oração subordinada. Essa oração ocupa a posição de complemento do verbo. No entanto, observando o esquema de subcategorização do verbo *conhecer*, vemos, pela gramaticalidade de (04a), que ele só subcategoriza DPs, nunca CPs, como visto pela agramaticalidade de (04b).

(04) a. Eu conhecia [_{DP} os convidados].

b. *Eu conhecia [_{CP} que os convidados estavam irritados].

Não podemos, a princípio, classificar essa subordinada como uma substantiva (ou completiva) e, tampouco, adverbial, já que ela não está adjungida à sentença matriz. A questão que precisa ser respondida é: que tipo de constituinte seria o segundo argumento de *conhecer*? A literatura responde a essa pergunta dizendo que há aí um sintagma nominal implícito e que a oração subordinada [quem está na festa] modifica esse sintagma, tal qual uma relativa. Esse tipo de relativa recebeu diversos nomes na literatura; adotaremos aqui um deles e chamaremos a essas sentenças, então, de relativas livres (doravante RLs).

Diferentemente das sentenças apresentadas em (01) e (02), as RLs se caracterizam por ser o único representante fônico do DP em que se inserem. A falta de um antecedente explícito nos leva a questionar se o constituinte entre colchetes em (03) deve ser mesmo analisado como um DP. Observando os contextos em que essas construções podem ocorrer, podemos confirmar que sua distribuição corresponde à mesma de um DP e não à distribuição de orações, ou seja, as relativas livres ocorrem com verbos que selecionam indivíduos e não acontecimentos, e podem ser comutadas por DPs ou ser substituídas por nomes de pessoas. Assim, a análise dessas construções deve refletir essa “constituição” de um DP e se posicionar em relação a um possível núcleo elíptico a ser identificado graças aos traços contidos na expressão-Q. Além disso, é necessário avaliar a expressão-Q em relação a outras encaixadas-Q.

As sentenças encaixadas relativas livres são descritas como encabeçadas pelos pronomes-Q⁶ *quem*, *o que*, *quando*, *como*, *onde* e *quanto*, como podemos verificar nos exemplos de (05) a (10) apresentados a seguir.

- (05) Pedro conhece [quem está aqui hoje].
- (06) Maria comeu [o que a mãe mandou].
- (07) A criança entrou [quando a professora chegou].
- (08) A criança se vestiu [como a mãe mandou].
- (09) A criança parou [onde o pai pediu].
- (10) O rapaz carregou [o quanto deu].

No entanto, não há um consenso na literatura quanto ao estatuto sintático desses elementos nessas sentenças, principalmente em relação ao *quando*, *onde* e *como*. Os trabalhos mais recentes em linguística (Móia (2001), Marchesan (2008), dentre outros) assumem que essas expressões encabeçam uma relativa livre; já a gramática tradicional considera o *quando* uma conjunção que introduz uma oração subordinada adverbial.

Portanto, para dizer que o *quando*, por exemplo, encabeça relativas livres, é necessário também descrever quais seriam as características dele em certas sentenças que permitem que seja classificado dessa forma. Como veremos no capítulo 3, a partir da estrutura que iremos assumir, o *quando* passa a ser partilhado tanto pela sentença mais alta quanto pela sentença mais baixa. Essas e outras características serão melhor analisadas no capítulo 3 e em nossas considerações finais.

Quando iniciamos essa pesquisa, o alvo do projeto eram as sentenças introduzidas pelo *quando*. Naquele momento, não tínhamos noção da magnitude do assunto. Achávamos que, praticamente, já se havia dito tudo sobre as RLs e que este trabalho seria um adendo, focando as estruturas com *quando*. No entanto, o terreno foi-se revelando escorregadio e sentimos que afundávamos a cada passo. Assim, os objetivos precisaram ser revistos e, principalmente, otimizados em relação ao tempo de que dispúnhamos.

⁶ Optamos pelo uso da nomenclatura pronomes-Q. As variantes de Q são Qu ou WH, dependendo dos autores.

Podemos dizer que este trabalho, servindo-se majoritariamente do arcabouço teórico-metodológico da Gramática Gerativa, problematiza algumas análises já estabelecidas para as RLs, buscando as generalizações mais interessantes para essas estruturas e observando em que medida as estruturas com *quando* podem se incorporar a elas, já que pouco se tem falado sobre essas sentenças e há muito ainda para se pesquisar.

Em termos mais específicos, nossa meta se abre em duas frentes:

- a) a diferença entre as relativas com núcleo nominal e as relativas livres se deve ao encaixe da subordinada. Neste caso, será necessário olhar para os verbos da oração subordinante, determinar suas características de s-seleção e de c-seleção, problematizar e precisar a diferença entre as relativas livres e as interrogativas indiretas.
- b) a diferença entre uma relativa de núcleo nominal e uma relativa livre se deve à estrutura interna da subordinada. Neste caso, será necessário precisar o estatuto sintático dos pronomes-Q envolvidos e explicitar as condições dos movimentos, se houver.

Para tanto, esta dissertação se estrutura da seguinte forma: apresentaremos no capítulo 1 uma exposição a respeito das propostas de análise de orações relativas de núcleo nominal e das relativas livres, principalmente aquelas encabeçadas pelo *quem*, que têm sido alvo de um maior número de estudos.

No capítulo 2, vamos analisar as estruturas em tela, olhando para o seu encaixe, ou seja, observando os verbos que as introduzem e levantando a questão de haver um outro tipo de encaixada-Q, além das relativas livres e as interrogativas indiretas: sentenças-Q selecionadas por verbos factivos. Por termos sintagmas-Q homófonos nas relativas livres e nas interrogativas indiretas, buscaremos clarificar as diferenças entre elas.

No capítulo 3, retomamos e apreciamos as principais propostas de análise interna tanto de relativas de núcleo nominal quanto de relativas livres, incluindo as encabeçadas por *quando* e *quem*. Nessas análises, verificaremos o que está sendo assumido, sintaticamente, por cada proposta ao tomarem as relativas como objeto de estudo. A partir dessas observações, assumimos a de Kato & Nunes e apresentamos as razões para tal escolha.

Nas considerações finais, encaminhamos nossas principais conclusões e dúvidas, relacionando questões semânticas e sintáticas presentes nesse estudo.

CAPÍTULO 1

SOBRE AS ORAÇÕES RELATIVAS E AS RELATIVAS CHAMADAS LIVRES

1 Introdução

Neste capítulo, faremos uma exposição dos aspectos sintático-semânticos envolvidos no estudo das orações relativas. Mostraremos quais são as questões abordadas nos trabalhos de análise que pesquisamos e como essas questões são encaminhadas em termos de análise. Iniciaremos, na seção 2, com a definição desse tipo de sentença, apresentando os dois tipos possíveis de relativas: as relativas com núcleo nominal (doravante relativas NN⁷) e as relativas livres (doravante RL). Este capítulo tem por objetivo a apresentação das questões mais gerais sobre o tema e algum detalhamento sobre as relativas NN, que acabam servindo sempre de contraponto quando se fala de RLs.

2 Definindo nosso objeto de estudo

Como já adiantamos na introdução deste trabalho, as relativas são tradicionalmente concebidas como sentenças subordinadas a um sintagma nominal com propriedades específicas.

A principal propriedade que nos permite identificar essas sentenças é a presença na oração matriz de um constituinte relativizado, o qual é retomado dentro da oração

⁷ Usamos aqui a abreviatura proposta por Marchesan (2008). Como mencionamos na introdução, usamos o termo núcleo nominal, mas queremos deixar claro que a coindexação do pronome relativo se dá com um constituinte nominal maior que o núcleo, como no exemplo em (i), em que seria tomado (o) filho da Maria e não apenas filho.

(i) Eu admiro o filho da Maria que passou no vestibular.

subordinada por um pronome relativo⁸. Assim temos a denotação do sintagma nominal sendo partilhada tanto pela sentença subordinadora quanto pela subordinante. Para explicar melhor, vejamos o exemplo em (01):

(01) O carro [que comprei] custou muito caro.

O período em (01) é constituído por duas sentenças: a principal “*o carro que comprei custou muito caro*” e a encaixada “*que comprei*”. Na primeira sentença, temos o constituinte *o carro* como argumento em posição de sujeito do verbo *custar*; já na segunda, o predicado comprar está sendo saturado pelo pronome sujeito nulo e por algum constituinte que denota *o carro*. Portanto, esse constituinte tem duas funções a cumprir: sujeito de *custar* e complemento de *comprar*, no entanto, ele não aparece de forma repetida nas duas sentenças. Isso se deve a um processo chamado de **relativização**, que, por meio de um pronome-Q, se possibilita que o constituinte seja compartilhado pelas duas sentenças. Portanto, dizemos que o pronome-Q *que* presente na sentença encaixada faz referência ao constituinte *o carro*, fazendo com que assim a grade argumental tanto do verbo *custar* quanto do verbo *comprar* seja satisfeita.

Quando a oração relativa está modificando um constituinte nominal⁹, como é o caso de *carro* em (01) e é adjacente a ele, dizemos que essa sentença é uma **relativa com núcleo nominal (relativa NN)**, constituindo-se como adjunto adnominal.

No entanto, há casos em que esse núcleo está ausente na sentença, como podemos ver em (02):

(02) [O que comprei] custou muito caro.

Na sentença acima, não aparece explicitamente um núcleo nominal ao qual a sentença relativa, [o que comprei], se encaixa. Nesse caso, temos uma sentença que é chamada de **relativa livre (RL)**¹⁰. Como não há um sintagma nominal para elas

⁸ A análise assumida neste trabalho prevê a existência desse pronome relativo. Como veremos adiante, há análises que vão considerar a presença de um complementizador e não de um pronome relativo em certos tipos de estratégias de relativização.

⁹ Esse constituinte nominal (conforme nota 7) é também chamado, na literatura, de núcleo nominal externo, constituinte/núcleo relativizado, NP relativo, antecedente ou pivô.

¹⁰ Há outras denominações para esse tipo de relativa, como relativa sem cabeça, relativa sem antecedente expresso *etc.* No presente trabalho, utilizaremos a denominação relativa livre.

modificarem¹¹, não se pode afirmar que sejam adjuntos adnominais. No exemplo em (02), a oração entre colchetes está claramente numa posição argumental, a de sujeito de *custar*. Se aceitarmos tratar essas sentenças como relativas, precisamos explicitar que posição sintática elas ocupam, ou seja, é preciso decidir se elas podem na verdade ocupar posições argumentais, como parece acontecer em (02) e (03).

(03) O juiz penalizou [quem estava dentro da área].

Em (03), a oração encaixada em destaque é complemento do verbo *penalizar*. O estatuto sintático desse constituinte não é tão claro em sentenças do tipo que aparecem em (04).

(04) a. Vá por [onde eu indiquei].

b. Moro [onde não mora ninguém].

Muitos trabalhos assumem que verbos de movimento como *ir* ou um verbo como *morar* selecionam um complemento locativo. Nesse sentido, podemos dizer que as orações encaixadas em (04) também estão em posição argumental, sendo que em (04a) a sentença aparece como complemento da preposição *por* que é núcleo do PP complemento do verbo *ir*. O mesmo não poderíamos dizer das encaixadas em (05).

(05) a. Ela chegou [quando ele ainda estava cantando].

b. [Onde eu vivo] não há poluição.

Em (05), a única saída seria postular que essas sentenças estão em posição de adjunto: o *quando* introduz uma sentença que indica uma circunstância temporal e, como tal, não pode se configurar como complemento de *chegar*¹²; em (05b), o único argumento exigido por *haver* é *poluição*, portanto a sentença encaixada é um adjunto do verbo. Se vamos colocar todas essas sentenças subordinadas apresentadas em (02), (03), (04) e (05) no mesmo paradigma, temos que afirmar que as RLs podem tanto estar em

¹¹ A não ser que o sintagma nominal seja uma categoria vazia. Veremos no capítulo 3, por exemplo, algumas análises para as relativas livres no português brasileiro que postulam um D nulo, o que começa a aproximar da postulação de uma categoria vazia nominal.

¹² Até podemos dizer que *chegar* pede um argumento, mas teria que ser um locativo.

posição de argumento, seja de verbo ou de preposição, como em posição de adjunto ao verbo.

As RLs podem, também, ser parafraseadas em uma relativa NN. Em (06b) podemos ver a paráfrase da sentença (02) que é apresentada aqui novamente em (06a).

- (06) a. [O que comprei] custou muito caro.
 b. [A coisa que comprei] custou muito caro.

Como já foi dito, os elementos lexicais que podem estar presentes em sentenças relativas são os pronomes-Q, a saber, *que*, *quem*, *quando*, *onde*, *o que*, *quanto*, *cujo* e *qual*. Todos esses itens são encontrados em relativas NN. Alguns deles aparecem nesse tipo de relativa somente quando acompanhados de preposição, como é o caso do pronome *quem*. Já nas relativas livres, podemos encontrar somente os termos *quem*, *quando*, *onde*, *o que*, *como* e *quanto*. Os sintagmas-q do tipo *que*, *cujo* e *qual* não entram em RLs, pois só ficam gramaticais quando com sintagma nominal explícito.

Vamos agora apresentar as propriedades e a estrutura das relativas NN. Embora não sejam nosso foco de estudo, as relativas NN recorrentemente aparecerão como contraponto.

3 As relativas com núcleo nominal

O que é gerado na base e o que é movido nas relativas, ou seja, o processo da relativização, tem sido tratado por diferentes análises, que buscam a forma mais adequada de explicar tal processo. As relativas, então, têm sido objeto de estudo na teoria linguística sob duas óticas: a análise *wh-movement* (ou tradicional) e a análise *raising* (ou de alçamento)¹³. A primeira análise, a análise tradicional, recebeu esse nome por estar há mais de 25 anos na teoria linguística. Ela se consolidou em Chomsky (1977) com a hipótese da regra de movimento-wh. Tal análise prevê: (i) a relativa adjungida ao NP, que é gerado em IP e depois movido, (ii) que esse NP relativizado não faria parte da relativa, ou seja, estaria fora da relativa e (iii) que o sintagma-Q, referente

¹³ Na literatura, podemos encontrar essas análises sendo chamadas, também, de modelo tradicional e modelo raising.

ao NP, estaria em SpecCP. Portanto, a relativização seria gerada via movimento e deixaria uma lacuna.

$$(07) \quad [_{NP} [_{NP} \text{ALVO}]_i [_{CP} \text{wh}_i [_{IP} \dots t_i \dots]]]$$

Já a análise *raising* foi iniciada em 1968 por Brame, mas, por conta do domínio da análise tradicional, ela foi creditada pela teoria da gramática apenas com Kayne (1994) e, em seguida, com Bianchi (1999). Ela consiste em assumir a relativa (o CP relativo) como complemento de D, sendo que o sintagma-Q é gerado no interior do IP da oração relativa e é alçado para uma posição periférica na margem esquerda do CP relativo, ficando assim adjacente ao determinante do DP mais alto que está mais proximamente conectado com o verbo da matriz. Um detalhamento “mais fino” dessa análise será apresentado no capítulo 3.

Os dados do português parecem corroborar tanto uma quanto outra análise, como poderemos verificar na exposição feita no capítulo 3 desta dissertação.

Vamos, agora, retomar as diferentes estratégias de relativização usadas. Tarallo (1983) postulou a existência de três estratégias de relativização no português brasileiro (doravante PB): a *relativa padrão*, a *relativa cortadora* e a *relativa com pronome resumptivo*. Em (08), temos exemplos de relativa padrão.

- (08) a. Este é o livro [do qual lhe falei].
b. Não gosto das pessoas [com quem ele anda].

A presença da preposição, para o autor, não deixa dúvidas de que a expressão-Q, juntamente com a preposição, se movimentou para a periferia esquerda da sentença relativa, deixando uma categoria vazia na posição de origem. Se deixarmos essas expressões *in situ*, a sentença é agramatical, como se pode observar em (09).

- (09) a. *Este é o livro [lhe falei **do qual**].
b. *Não gosto das pessoas [ele anda **com quem**].

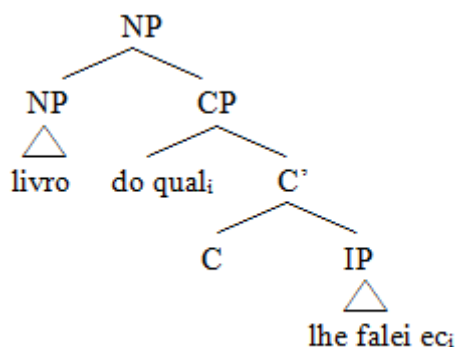
Quando as outras duas estratégias são utilizadas¹⁴, segundo o autor, já não fica tão claro se temos ou não movimento. Em (10a-b) temos exemplos de relativa cortadora. Em (10a'-b') temos exemplo de relativa com pronome resumptivo.

- (10) a. O filme [que mais gostei] vai ser reprisado.
 a' O filme [que mais gostei dele] vai ser reprisado
 b. O carro [cujo dono morreu no acidente] foi guinchado.
 b' O carro [que o dono dele morreu no acidente] foi guinchado.

Nesses casos, Tarallo diz não ser possível saber se o *que* é um pronome relativo ou é um complementizador nem se houve ou não movimento da expressão-Q.

Em Braga et alii (2009), a estrutura de uma relativa padrão é a seguinte.

- (11) Estrutura da relativa padrão (Braga et alii, 2009)

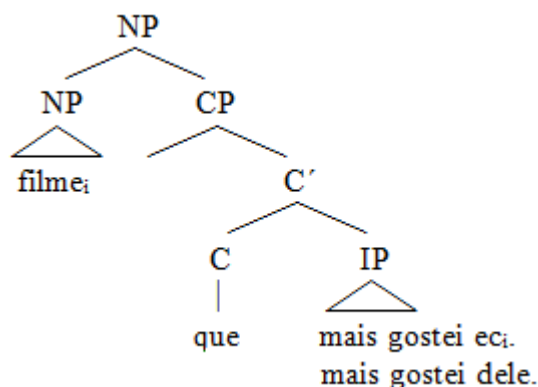


Essa será a estrutura para a relativa padrão quando se assume que há movimento: a relativa está adjungida a um sintagma nominal, a expressão-Q se move, juntamente com a preposição, para Spec CP, há uma categoria vazia no lugar de origem da expressão-Q. Nesse caso, o núcleo C contém um traço [+Q_{rel}], que atrai o pronome para seu Spec.

Por outro lado, se assumimos que o *que* das relativas padrão é um complementizador, a representação será a que segue.

¹⁴ Ressalto aqui que na língua falada, as estratégias de uso mais comuns são a cortadora e a resumptiva.

(12) *que* = complementizador



A estrutura das relativas não-padrão, ou seja, da relativa cortadora e da relativa resumptiva, é semelhante à estrutura em (12) de uma relativa padrão com complementizador: não há um pronome-Q, portanto não se alega que houve movimento. A periferia esquerda é ocupada pelo complementizador, no núcleo C. No caso da relativa cortadora, há uma categoria vazia ligada ao sintagma nominal.

Essas estratégias serão melhor apresentadas no capítulo 3, seção 2.1.

4 As relativas livres

Como já adiantamos, as RLs vêm sempre encabeçadas por um pronome-Q e podem ser parafraseadas por uma relativa NN, embora nem sempre seja fácil precisar os traços da expressão nominal recuperada, como se observa em (13)¹⁵:

(13) a. Maria convidou (para a festa) [quem João indicou].

a'. Maria convidou (para a festa) as pessoas / a pessoa que João indicou.

A sentença destacada em (13a) é considerada uma RL, sendo (13a') sua paráfrase. Observamos que *quem* é parafraseado tanto por *as pessoas* quanto por *a pessoa*, não sendo possível decidir se se trata de um ou outro a partir apenas de (13a). Isso se dá porque as relativas livres, como veremos na seção 2 do capítulo 2, têm uma interpretação semântica de maximização que, em linhas gerais, significa que tomam um

¹⁵ As sentenças em (13) foram tiradas de Medeiros Junior (2005).

conjunto de indivíduos como sendo um. Isso possibilitaria, então, uma paráfrase tanto com as pessoas quanto com a pessoa, como vimos em (13a').

Diferentemente das relativas NN, que ocupam sempre a posição de adjunto dentro de um DP segundo a análise tradicional, as RLs podem ser realizadas quer na posição de adjunto quer na de complemento (BRAGA, et alii 2009). Marchesan (2008, p. 22), Valer (2008, p. 22) e Móia¹⁶ (1992, p. 120) apresentam exemplos de RLs também como predicativo. Os exemplos em (14) resumem esses fatos.

- (14)
- a. Eu conheço [quem pichou o muro].
 - b. [Quem pichou o muro] vai ser penalizado.
 - c. O pichador fugiu [quando a polícia chegou].
 - d. Pedro gosta de [quem João gosta].
 - e. O João é [quem pichou o muro].

Em (14a-b), as sentenças em destaque são argumentos interno e externo, respectivamente, do verbo *conhecer*; em (14c) temos a sentença como adjunto, em (15d) como complemento da preposição e em (14e) como um predicativo¹⁷. Valer (2008, p. 19) se baseia no exemplo em (15a) para mostrar que podemos ter RLs em função de complemento nominal e para diferenciar esse tipo de RLs das completivas nominais (15b).

¹⁶ Móia (1992, p. 120) apresenta um subcapítulo a respeito das relativas livres predicativas – com ser identificacional – que podem aparecer como primeiro ou segundo argumento de *ser*, como temos em (i) O João é de quem a Maria gosta; e em (ii) De quem a Maria gosta é o João. Sobre essas sentenças, o autor acredita que o *ser* em ambas tem o mesmo valor e que o sintagma preposicional teria uma preposição expletiva (ou resumptiva) e, portanto, “irrelevante em termos de predicação”, visto que há sentenças como (iii) A pessoa de quem João gosta é a Maria.

¹⁷ A GT dá soluções diferentes para esses casos: as sentenças em (14a), (14b) (14d) e (14e) são classificadas como substantivas; a em (14c) como oração subordinada adverbial (neste caso, o *quando* é classificado como conjunção subordinativa temporal). Uma consideração importante a fazer sobre isso é que há gramáticos que classificam aquelas quatro sentenças como substantivas. Um desses gramáticos é Bechara (2006), o qual aponta que tais sentenças eram adjetivas, mas foram substantivadas. No entanto, há outros, como Rocha Lima (2010), que as classificam como relativas ou adjetivas.

- (15) a. Ter medo de [quem grita] é natural.
b. Tenho medo [que ela grite].

A ideia de que essa oração subordinada seria complemento nominal também precisaria ser revista: nos dois casos temos complemento de nome, sendo que em (15a) há a intermediação de um sintagma preposicional, o que não ocorre em (15b). A preposição *de* toma como seu complemento a relativa livre, em (15a), formando um PP o qual é o complemento nominal. Em (15b), embora a prescrição gramatical recomende o uso da preposição, a sentença sem ela é gramatical. As preposições podem, então, selecionar DPs e CPs e essa seria a diferença entre (15a) e (15b) – as preposições que selecionam CPs podem ser apagadas.

Quando são argumentos de um núcleo, como bem observa Valer, as RLs se comportam como um DP: precisam ser marcadas por caso e a marca casual está refletida no pronome-Q, sendo que em (15a), temos essa marcação sendo feita pela preposição.

É importante observarmos que quando a RL é introduzida por *onde*, *quando*, *quanto*, *o que*¹⁸ e *como*¹⁹ ela pode estar na posição de argumento ou de adjunto²⁰.

- (16) a. João comprou a casa [*onde* a Maria morava].
b. Ele chegou [*quando* a Maria partiu].
c. Pedro comprou [*quanto* quis].
d. A criança sorriu [*como* era esperado].

¹⁸ Mória (1992, p. 11) afirma que temos dois tipos de *o que*: um que introduz relativas livres e outro que não. Aquele que introduz RLs tem um *o* invariável e pode ser substituído por *aquilo que*, enquanto o que não introduz RLs tem um artigo masculino e um *que* não marcado. Marchesan (2008, p. 24) também faz essa distinção: afirma que a expressão *o que* só introduz uma RL quando corresponder ao pronome *what* do inglês. Assim, em i) *O João comprou o que a Maria pediu para ele*, temos uma RL; já em ii) *(Dos livros,) eu vou comprar o ec [que você escolheu]*, temos uma relativa NN: a *ec* corresponde ao nome recuperado anaforicamente a partir do tópico *dos livros*.

¹⁹ De acordo com Mória (1992, p. 142), o *como* está sempre no lugar de um sintagma preposicional *do modo que* – o que não temos em (18f).

²⁰ Os exemplos de (15a) e (15b) são adaptados de Valer (2008, p. 27).

- (17) a. João mora [*onde* seus pais nasceram].
- b. [*Onde* o João trabalha] é perigoso.
- c. O professor viu [*quando* o Paulo fechou o livro].²¹
- d. Ele vai cobrar [*quanto* quer pelo vinho].
- e. O cachorro quebrou [*o que* tinha pela frente].
- f. O ladrão achou [*como* fugir da cadeia].

Os exemplos em (16) mostram as encaixadas em posição de adjunção, enquanto que nos de (17) elas aparecem em posição argumental²², tanto como argumento interno, (17a), (17c-f), quanto externo, (17b).

Marchesan (2008, p. 22), ao falar sobre os itens lexicais que introduzem RLs, diz que eles são pronomes especiais²³ porque sempre incorporam o que seria o constituinte nominal com função de antecedente em uma relativa NN, ou seja, o *onde* incorpora o *lugar em que*, o *quando* incorpora o *momento em que*, o *como* incorpora o *modo que*, e assim por diante. Medeiros Junior (2005) também menciona a questão da incorporação, fazendo menção aos amálgamas morfológicos²⁴ – ele diz que, por exemplo, que no *quem* teríamos um D e um pronome relativo fundidos. Marchesan observa ainda que os pronomes-Q que não embutem o constituinte nominal “não podem encabeçar uma relativa livre. Este é o caso do *que*, do *qual* e do *cujo*, que não embutem nada.” (p.23). Em nota, a autora comenta o estatuto do *por que*, dizendo que ele não entra nessa regra de embutir ou não o sintagma nominal, pois “ele é o único dos pronomes-wh que é usado somente em contextos interrogativos, ou seja, ele é [+interrogativo].” (p. 23) É importante comentar que, embora o *por que* seja o único a aparecer em contextos

²¹ O estatuto de sentenças selecionadas por verbos do tipo de *ver* será ainda discutido nesse trabalho.

²² Estou considerando aqui que o locativo é selecionado pelo verbo *morar*, portanto é um argumento.

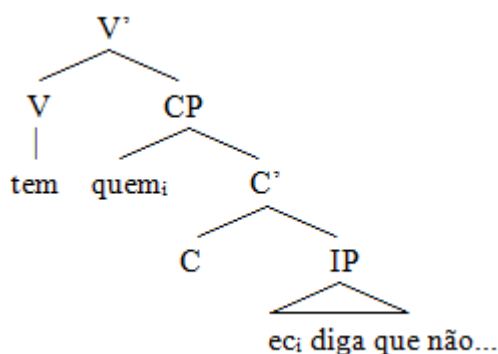
²³ A GT não chega a mencionar esse tipo de pronome, chamando-os de pronome relativo. Rocha Lima (2010, p. 337) é mais específico na classificação e os chama de relativos condensados.

²⁴ Isso será abordado com mais detalhes no capítulo 3.

exclusivamente interrogativos, o traço [+interrogativo] não é exclusivo dele. Todos os outros sintagmas-Q com exceção do *cujo* estão habilitados a receber esse traço, fazendo, assim, com que eles sejam possíveis de serem encontrados em interrogativas.

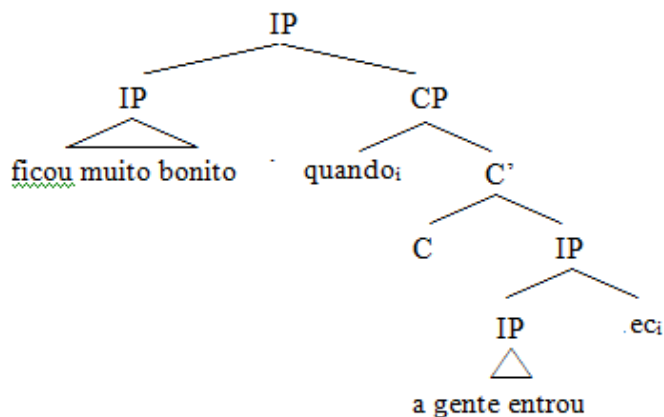
Braga et alii (2009) propõem para as RLs em posição de complemento a seguinte estrutura:

- (18) Estrutura de RL em posição de complemento (Braga et alii, 2009)



Já uma relativa livre adjunto é representada pelos autores da seguinte forma.

- (19) Estrutura de RL em posição de adjunto (Braga et alii, 2009)²⁵



Veremos com mais detalhes as diferenças entre RLs e relativas NN no capítulo 3. Por ora, podemos dizer que uma das diferenças entre elas, é que as relativas NN podem exercer apenas a função de adjunto adnominal, enquanto a RL nunca desempenha essa

²⁵ Essa representação arbórea foi retirada de Braga et alii (2009), no entanto, o desenho apresentado em (20) foi ligeiramente modificado por conta de um erro de formatação que há nesse livro.

função, a não ser que assumamos um sintagma nominal elíptico. Essa assunção, no entanto, teria que explicar por que a elipse requer sintagmas-Q diferentes, ou melhor, se a elipse requer sintagmas-Q diferentes, ela é sintática e/ou semanticamente atuante e precisaríamos determinar melhor a natureza desse elemento elíptico como categoria vazia.

Além das diferenças entre RLs e relativas NN, há certas características presentes nas RLs que as aproximam das interrogativas indiretas (IIs), o que torna necessária uma distinção entre elas, as RLs e as IIs. Todas essas distinções serão apresentadas tanto no capítulo 2 quanto no capítulo 3.

5 Conclusão

Vimos, neste capítulo 1 que as relativas NN podem sofrer estratégias de relativização em que há ou não movimento, sendo que o pronome-Q pode ser considerado ou um pronome relativo ou um complementizador. Uma das propostas de estratégia de relativização no PB é a encontrada em Tarallo (1983), sendo essa recorrentemente citada e “reformulada” por diversos autores.

Além disso, a depender da teoria assumida, teremos uma relativa sendo adjunto do NP ou sendo um complemento de D. A análise tradicional parte da primeira hipótese, enquanto a segunda norteia a análise *raising*, que tem por base os estudos de Brame (1968) e Vergnaud (1974) e foi consolidada por Kayne (1994), principalmente, e por Bianchi (1999). É importante mencionar que a principal diferença entre elas não está apenas no fato de a relativa estar como adjunto ou como complemento, mas sim no que se verifica com isso: numa análise tradicional o NP antecedente é gerado fora da relativa enquanto na análise *raising* esse NP é gerado dentro da relativa e depois movido.

Vimos também que as relativas livres são encabeçadas por pronomes-Q, assim como as relativas NN, apesar de não serem exatamente os mesmos para as duas. Como não há um antecedente explícito na RL, os pronomes-Q que a encabeçam precisam apresentar características diferentes dos pronomes-Q do outro tipo de relativa já que eles precisam dar conta dessa “ausência”, assim como precisam ser capazes de serem marcados casualmente. Em relação à posição ocupada por essas relativas, vimos que as relativas NN parecem desempenhar a função de adjunto adnominal, pondo de lado detalhes técnicos da análise *raising*, enquanto, as RLs podem ocupar tanto posições

argumentais quanto não argumentais, ou seja, elas podem estar na posição de argumento interno ou externo do verbo, em posição de adjunto do verbo e em posição de complemento de preposição.

Portanto, a posição ocupada pela relativa na sentença pode ser considerada como uma das diferenças entre RLs e relativas NN. No entanto, há outros aspectos envolvidos na diferença entre uma relativa e outra que serão melhor apresentados nos capítulos 2 e 3. Nesses capítulos apresentaremos, também, as diferenças entre relativas livres e interrogativas indiretas, as quais são significativas por conta de termos pronomes-Q homófonos para essas duas estruturas.

CAPÍTULO 2

SOBRE OS PROBLEMAS PARA FORMALIZAR-SE UMA DEFINIÇÃO PARA RELATIVAS LIVRES

1 Introdução

É possível olharmos para sentenças encaixadas a partir de duas perspectivas: uma interna, focada na estrutura apenas da sentença encaixada, outra externa, olhando para a sentença subordinante e, em especial, para o verbo que impõe suas características para a seleção do constituinte encaixado.

Neste capítulo, vamos nos centrar na perspectiva externa, ou seja, vamos sistematizar o que a literatura enfatiza nesse âmbito – em especial, vamos analisar as diferenças entre RLs e interrogativas indiretas (IIs) –, e vamos problematizar algumas questões que norteiam o estabelecimento de certas propriedades das estruturas eleitas aqui como objeto de pesquisa. Vamos também ressaltar propriedades das RLs que as afastam das relativas NN e as que as afastam das IIs, bem como problematizar a adequação de classificação dessas sentenças como “relativas”.

Assim, nos propomos aqui a a) apresentar as propriedades atribuídas às RLs e avaliar o rótulo atribuído a elas; b) mostrar e discutir os testes usados para diferenciar RLs de IIs; c) relacionar, a partir dos exemplos encontrados na literatura, os verbos subordinantes de RLs e IIs mais utilizados; d) levantar a questão dos verbos factivos como possíveis verbos subordinantes de uma e/ou outra estrutura; e) encaminhar conclusões a partir da reflexão feita.

2 Propriedades gerais das RLs em relação às relativas NN

As RLs são sempre introduzidas por um pronome-Q assim como as relativas NN, as interrogativas e certas exclamativas. Embora as expressões-Q usadas nessas sentenças não coincidam totalmente, há uma superposição respeitável. Por necessidade de otimizar tempo e resultados, vamos nos deter, seguindo a literatura sobre o assunto,

na comparação entre RLs e IIs²⁶. Mas antes disso, valeria a pena traçarmos uma comparação mais detalhada entre as RLs e as relativas NN. Já vimos no capítulo anterior que, enquanto as relativas NN só podem exercer a função de adjunto adnominal, as RLs nunca realizam essa função.

Um outro ponto que afasta as RLs das relativas NN diz respeito à sua interpretação. Como mencionamos anteriormente na introdução, as relativas NN podem ser restritivas ou apositivas/explicativas.

- (01) a. As blusas que comprei no Paraguai desbotaram.
 b. Vou vender esses livros, que não me agradaram em nada.

As restritivas, (01a), como o próprio nome revela, restringem a denotação do sintagma nominal que acompanham, portanto, deixo restrito a que blusas me refiro, apenas aquelas compradas no Paraguai. Já as apositivas, como (01b), são afirmações parentéticas que não têm o efeito de restrição, então, todos os livros a que me refiro que vou vender não me agradaram em nada. Teríamos, pois, a seguinte semântica:

- (02) a. Para todo x , sendo que x é blusas e comprei x no Paraguai, então, x desbotaram.
 b. Para todo x , sendo que x é livros que vou vender, então, x não me agradaram em nada.

É fácil observar que os exemplos de RLs não comportam esse tipo de interpretação. Em (03), abaixo, a sentença encaixada não restringe nem faz qualquer tipo de afirmação sobre um sintagma nominal, até porque não há um sintagma nominal (pelo menos explícito) para ser modificado. Marchesan (2008) assume Grosu & Landman (1998), Van Riemsdijk (2000), De Vries (2002) para dizer que as RLs teriam uma interpretação de maximização, ou ainda, uma interpretação definida ou universal.

- (03) Eu comi [o que o garçom colocou no meu prato]²⁷.

²⁶ Não descarto a necessidade de se fazer uma comparação das RLs com sentenças exclamativas, por haver sintagmas-Q homófonos que as encabeçam, mas isso ficará para pesquisas futuras.

²⁷ Exemplo de Marchesan 2008.

Assim, uma sentença como (03) poderia ser lida como “eu comi toda a comida que o garçom colocou no meu prato” e, portanto, teríamos uma interpretação da sentença encaixada como definida, maximizada ou maximizadora (ou seja, não deixei de comer nada que havia em meu prato que tinha sido colocado pelo garçom) ou poderia ser lida como “eu comi qualquer coisa de um conjunto de itens que o garçom colocou no meu prato”, portanto, dos itens que estavam em meu prato, eu comi qualquer um deles. Embora o que apresentamos acima seja certamente insuficiente para entendermos a semântica das RLs, podemos ver claramente que elas se prestam a interpretações completamente diferentes das relativas NN, já que o sintagma nominal ao que se refere a relativa não aparece explicitamente. Inclusive, essa diferença propicia que ao tentarmos parafrasear uma RL em uma relativa NN não consigamos “recuperar” o sintagma nominal a que o pronome-Q se refere, como vimos na seção 4 do capítulo 1. Em uma sentença como “Maria conhece quem Pedro convidou para a festa”, não podemos recuperar exatamente se o *quem* faz referência a uma ou a mais pessoas, já que a RL é interpretada como maximizadora, não podendo dizer se nos referimos a um indivíduo ou a um conjunto de indivíduos.

Outro aspecto que distingue as relativas NN das RLs diz respeito ao requerimento de compatibilidade, que se refere à forma como são satisfeitas as exigências decorrentes de regência. Para explicar, vou usar os exemplos apresentados por Valer (2008).

(04) Eu conheço a pessoa [PP **com quem** você falou [PP **ec**]].

(05) a. Eu conheço [DP [DP **quem** você falou [PP **ec**]]].

b. *Eu conheço [DP [PP **com quem** você falou [PP **ec**]]].

As relativas NN, quando seguem a estratégia dita padrão, mencionada na seção 2 do capítulo 1 e retomada na seção 2 do capítulo 3, se comportam como (04): a expressão relativizada está acompanhada de uma preposição regida pelo verbo da encaixada (*falar*). O que (05b) mostra é que se aplicarmos a mesma estratégia numa RL, temos agramaticalidade. Nesses casos, o pronome-Q precisa atender as exigências da regência do verbo da oração subordinante, ou seja, a compatibilidade se dá com o verbo da subordinante e não com o verbo da oração encaixada, o que não deixa de ser surpreendente, pois a relação de seleção se dá dentro da oração subordinada.

Além disso, em relação às preposições, se o verbo da subordinante pede uma preposição diferente da pedida pelo verbo da subordinada, a sentença fica agramatical. Por exemplo, como em (06), se o verbo subordinante pede uma preposição o tipo *de* e o verbo da subordinada pede uma preposição como *com*, a estrutura ficará agramatical, como podemos ver em (06a). A gramaticalidade de (6b) também fica comprometida quando a preposição do verbo subordinante é apagada, o que não ocorre quando apagamos a preposição do verbo subordinado, como em (6c).

(06) a.* Eu gosto **de com** quem ele namora.

b. *Eu gosto **de com** quem ele namora.

c. Eu gosto **de com** quem ele namora.

Portanto, para que a sentença seja gramatical, a preposição precisará ser a mesma para os dois verbos, como em (06c) e em (07), em que, ao que tudo indica, é a preposição do verbo subordinante que se mantém.

(07) Eu preciso **de de** quem ele gosta.

Nesta seção, procuramos fazer uma aproximação entre as RLs e as relativas NN, mostrando que elas se opõem na maioria dos aspectos que as caracterizam. É possível perceber, portanto, que as RLs e as relativas NN são mais diferentes do que semelhantes. Na verdade, dos fatos vistos até aqui, podemos dizer que o único que as aproxima é a questão da paráfrase, ou seja, uma RL pode ser parafraseada por uma relativa NN (mesmo não sendo totalmente recuperável a referência do pronome-Q). No mais, elas se diferenciam pelas funções que exercem, pelos pronomes-Q que admitem (não há uma coincidência total), pela interpretação semântica que cada uma instancia, pela forma como o pronome-Q atende à regência imposta. Isso nos levou a perguntar várias vezes durante esta pesquisa: por que “relativas” livres? O que determina a classificação dessas sentenças como relativas? Já vimos que a gramática tradicional opta pela classificação de algumas delas, mais precisamente as que ocorrem em posição de argumento, como orações subordinadas substantivas, portanto, considera-as como tendo a função de substantivos e não de adjetivos, como se prevê nas relativas NN. Se concordarmos que o paradigma deve englobar as introduzidas por *quando*, *onde*,

quanto, o que e como em geral em posição de adjunto, devemos considerar essa classificação também inadequada.

Com o propósito de investigar um pouco mais o que as caracteriza como “relativas”, relacionamos todos os exemplos de RLs que aparecem nos trabalhos consultados (ver ANEXO I), a fim de buscarmos uma generalização que pudesse servir para as RLs.

Levantamos, a princípio, a partir dos exemplos com *quem* e *o que*, que haveria entre os autores um critério tácito, que estipularia que o verbo subordinante, sob o qual se encaixa uma RL, selecionaria um DP e somente um DP, como visto pela agramaticalidade das sentenças em a’’, enquanto o verbo subordinante sob o qual se encaixa uma II selecionaria apenas um CP. Portanto, assumindo a existência de DP nas relativas NN, ao analisarmos os exemplos expostos na literatura, precisaríamos verificar se tal critério se segue. Caso sim, seria um ponto a favor de essas estruturas poderem ser consideradas relativas e ser chamadas de RLs. Tomando, então, por base esses exemplos, percebemos que a maioria das RLs ocorrem num contexto onde só um DP poderia ocorrer, como vemos em (08).

- | | | |
|------|--|---|
| (08) | a. Eu conheço quem foi assaltado. (Marchesan 2008) | a’ Eu conheço o gerente. a’’ *Eu conheço que a vida é difícil. |
| | b. Aprecio o que o Paulo fez. (Móia 1992) | b’ Aprecio este livro. b’’ *Aprecio que ela está aqui. |
| | c. Maria convidou quem João conhece. (Medeiros Jr. 2005) | c’ Maria convidou os amigos. c’’ *Maria convidou que ele viesse. |
| | d. Maria tem com quem desabafar. (Marchesan & Mioto, 2008) | d’ Maria tem os amigos. d’’ *Maria tem que o noivo chegue. |

e Eu comprei o que tu e' Eu comprei um carro.
querias comprar. (Valer, e'' *Eu comprei que isso está
2008) barato.

Esse critério de seleção de DP e somente DP, além de não se sustentar para as RLs introduzidas por *onde*, *como* e *quando*, de ser a única opção para as RLs em função de sujeito e de complemento nominal, não é observado em alguns casos, se tivermos em vista a lista de exemplos que coletamos. Identificamos dentre os exemplos verbos como *amar*, *achar*, *avisar*, *detestar*, *desconfiar*, *convencer*, *ensinar* etc., que, além de selecionarem DPs, podem selecionar CPs.

Chamou-nos a atenção também a insistência dos autores em diferenciar RLs de IIs. Isso nos fez enveredar por um outro caminho. Em geral, considera-se que há somente dois tipos de encaixadas introduzidas por um pronome-Q: as relativas e as interrogativas. Nesse contexto, se provarmos que as RLs não são interrogativas, elas serão, por exclusão, relativas. A questão que poderíamos levantar é se não haveria outro tipo de construção-Q entre as relativas e as interrogativas. Essa é uma questão que vamos examinar melhor na seção seguinte.

3 Relativas livres X Interrogativas Indiretas

Como foi dito acima, as interrogativas indiretas servem de contraponto das RLs, no sentido que as propriedades que caracterizam uma não são encontradas na outra. A perspectiva de olhar essas sentenças encaixadas de fora nos leva a examinar os verbos que selecionam uma e outra. Já falamos, na seção anterior, a respeito dos verbos citados pelos pesquisadores como possíveis selecionadores de RLs. Em relação às IIs, a lista é bem mais curta (ANEXO II) e podemos, inclusive, enumerar todos eles: *perguntar*, *indagar*, *questionar*, *saber*, *querer saber*. É importante observarmos que esses verbos foram coletados de trabalhos que se propõem a examinar as RLs e não trabalhos sobre as IIs, o que possivelmente explique sua presença mais reduzida. Mória (1992) vai um pouco mais além nessa questão e observa que há verbos que são ambíguos: podem selecionar tanto IIs como RLs. Para o autor, então, RLs e IIs “podem ocorrer graficamente sob a mesma forma, o que pode originar dúvidas quanto ao tipo de estrutura que se nos depara. Nalguns desses casos, verifica-se mesmo que estamos

perante frases ambíguas” (Móia, 1992, p. 24). Por conta disso e de uma diferença superficial existente apenas no predador verbal, Móia (1992) sugere que possa haver problemas ao classificar tais estruturas e por isso é importante apresentar testes sintáticos que as diferenciem. Outros autores também consideraram importante a elaboração desse tipo de teste, como veremos na próxima seção. Ao elaborar os testes e aplicá-los em diferentes sentenças, o autor percebeu que verbos como *saber*, *descobrir* e *ver* seriam ambíguos, ou seja, passaram tanto nos testes de verbos que selecionam IIs quanto nos que selecionam RLs.

De qualquer forma, os autores que examinamos partem sempre da premissa de que as sentenças encaixadas com pronome-Q são interrogativas ou relativas. No entanto, as exclamativas podem entrar nesse grupo também²⁸.

A respeito dos verbos subordinantes, vamos aqui examinar uma terceira via: os verbos factivos e os verbos de percepção também selecionam encaixadas introduzidas pelo pronome-Q. Como se comportam esses verbos em relação aos testes propostos para identificar RLs e IIs?²⁹ Para isso, vamos primeiramente apresentar os testes. Depois vamos selecionar alguns verbos dessas classes e submetê-los aos testes. Finalizaremos com algumas reflexões sobre o comportamento dos itens selecionados.

3.1 Testes que diferenciam RLs de IIs.

Os testes reunidos aqui já foram apresentados e comentados em vários trabalhos sobre o assunto. Vou tomar como base a apresentação de Marchesan (2008), porque é o trabalho mais recente sobre o assunto, fazendo referências aos outros autores quando houver necessidade de destaque.

As RLs (09a) têm, pelo menos externamente, o mesmo formato das IIs (09b), o que nos permite “confundir” uma com a outra.

²⁸ Os autores consideram que as sentenças exclamativas têm características muito próprias, no entanto, a literatura sobre elas faz a distinção entre elas e as interrogativas, mas não entre elas e as relativas livres. Como já foi dito anteriormente, valeria a pena uma aproximação, mas isso está fora dos propósitos desse trabalho.

²⁹ Agradeço à Patrícia de Araujo Rodrigues pela indicação desse caminho no exame de qualificação.

(09) a. As crianças encontraram [quem pegou a bola].

b. As crianças perguntaram [quem pegou a bola].

Pelo que se sabe, em muitas línguas, essas duas sentenças são iniciadas pelos mesmos pronomes-Q, o que aproxima as RLs mais das IIs do que das relativas NN, como já anunciamos anteriormente. No entanto, segundo os autores já citados, elas apresentam propriedades distintas. Vou, agora, fazer menção estritamente às estratégias utilizadas para diferenciar RLs de IIs.

O primeiro deles consiste em acrescentar *(é) que* após o pronome-Q³⁰. A ideia que está por trás desse teste é que apenas interrogativas permitem essa inserção, como se pode ver nas sentenças em (10).

(10) a. Quem *(é) que* comprou este livro?

b. Eles querem saber quando *(é) que* os livros foram entregues.

c. O técnico me perguntou como *(é) que* eu quero a instalação do computador.

Se a sentença for gramatical, portanto, temos uma sentença interrogativa, como as sentenças em (10). Por exclusão, se a sentença ficar agramatical, como em (11), é porque temos uma relativa livre.

(11) a. * Maria convidou para a festa [quem *é que* João indicou].

b. *Pedro convence quem *é que* ele gosta a trabalhar com ele.

Marchesan explica essa diferença pelo fato de a expressão *(é) que* configurar uma clivagem e, como tal, ter a função de focalizar. O pronome-Q interrogativo é o foco da sentença interrogativa. Já na RL o foco deve recair sobre toda a oração subordinada e não somente sobre o pronome-Q, como comprovam os exemplos de (12).

³⁰ Marchesan retirou este teste de Medeiros Jr. (2005) que, por sua vez, atribui a Alvarenga (1981). Móia (1992, p. 27) também apresenta esse mesmo teste.

- (12) a. *[O que] (é) que o João comprou agradou a Maria.
 b. [O que o João comprou] (é) que agradou a Maria.³¹

O segundo teste consiste em inserir a expressão *quer que* logo após o pronome-Q, fazendo alterações de modo necessárias³². Se a sentença for bem formada é uma RL, caso contrário uma II, como vemos em (13) e (14). Portanto, novamente a classificação é via exclusão. A ideia é que expressões como *quem quer que*, *quando quer que* não apareçam em sentenças interrogativas, como se percebe através da agramaticalidade das sentenças em (15).

- (13) a. O Luís conhece quem foi à festa da faculdade.
 b. O Luís conhece *quem quer que* tenha ido à festa da faculdade.
- (14) a. O Luís perguntou quem foi à festa da faculdade.
 b. *O Luís perguntou *quem quer que* tenha ido à festa da faculdade.
- (15) a. **Quem quer que* tenha riscado a parede?
 b. **Quando quer que* o João tenha ido embora.

O terceiro teste consiste em substituir o pronome-Q por uma expressão claramente interrogativa³³. Novamente, a conclusão se dá por exclusão. Se a sentença for agramatical não é uma interrogativa, logo é uma RL.

- (16) a. O gerente perguntou [*quem* João indicou para o cargo].
 a'. O gerente perguntou [*que pessoa* João indicou para o cargo].
 b. O professor quer saber [*quem* precisa de ajuda].
 b'. O professor quer saber [*que aluno* precisa de ajuda].

³¹ Exemplos de Marchesan (2008).

³² Marchesan atribui este teste a Medeiros Jr. (2005).

³³ Marchesan atribui este teste a Carlos Míoto (c.p). Mória (1992, p. 25) adota estratégia semelhante.

- (17) a. O gerente conhece [*quem* João indicou para o cargo].
 a'. *O gerente conhece [*que* *pessoa* João indicou para o cargo].
 b. O professor ajudou [*quem* precisa de ajuda].
 b'. *O professor ajudou [*que* *aluno* precisa de ajuda].

Ainda sobre esse teste, a autora aponta o fato de que em “interrogativas o pronome interrogativo sempre precede um NP”, como vemos em *que pessoa*, “e por estar em distribuição complementar com determinantes, pode ser considerado um determinante (D)” (p. 28). Para obtermos uma oração relativa gramatical, passaríamos a ter o NP seguido do pronome relativo, como vemos em:

- (18) Maria convidou para a festa *a pessoa* [*que* João indicou].

Além desses testes apresentados em Marchesan (2008), há ainda outros que aparecem em Mória (1992), cujo trabalho, para o português, é o mais antigo dos autores estudados. O autor apresenta testes não só para as IIs como também para as RLs. Mória inicialmente separa os testes em dois grupos: o primeiro, com um total de 8 testes, identifica quais são interrogativas indiretas; desses 3 (o uso do *é que*, a inserção de uma estrutura interrogativa e a substituição da estrutura por um *que* mais uma estrutura nominal (nos moldes de (17), só que diagnosticando IIs)) já foram apresentados acima. O segundo grupo objetiva classificar as RLs e é constituído de 3 testes. Apresentamos, a seguir, os testes que ainda não foram relacionados.

No primeiro grupo, temos os seguintes: a) substituição da estrutura por oração iniciada pelo *se* (19); b) substituição da estrutura por uma oração introduzida por *qual* e *ser* (20); c) substituição da estrutura por *isso* (21), d) substituir o movimento de um DP pelo movimento de um PP (22), e) a extração de constituinte (23)³⁴.

- (19) a. O professor perguntou [*se* o Luís fez o trabalho].
 b. *O professor elogiou [*se* o Luís fez o trabalho].

³⁴ Todos os exemplos apresentados para os testes de Mória são do próprio autor. Os exemplos em a foram adaptados: fizemos a troca do verbo *saber* pelo verbo *perguntar*.

- (20) a. O professor perguntou [*quais foram* as pessoas que fizeram o trabalho].
b. * O professor elogiou [*quais foram* as pessoas que fizeram o trabalho].
- (21) a. O professor perguntou [*isso*].
b. * O professor elogiou [*isso*].
- (22) a. O professor perguntou [*com quem* o Luís esteve a conversar].
b. * O professor elogiou [*com quem* o Luís esteve a conversar].
- (23) a. Qual é o trabalho [que] o professor perguntou [quem fez]?
b. *Qual é o trabalho [que] o professor elogiou [quem fez]?

Os testes apresentados acima não constituem novidades em relação aos que apresentamos anteriormente: (19) e (20) mostram que verbos que denotam interrogação, como *perguntar*, introduzem sentenças com estruturas claramente interrogativas, como as que iniciam por *se* e *qual é que*. Essa última é uma variante de *que é que* em (10). A expressão *isso* é uma pró-forma para um constituinte de conteúdo proposicional. Em (22), a expressão *com quem* introduz um constituinte de conteúdo oracional, mas o verbo *elogiar* seleciona constituinte que denota indivíduo. A extração processada em (23) será comentada na seção seguinte.

No segundo grupo, o autor apresenta os seguintes testes: a) substituição por um sintagma nominal simples (24), b) frase deslocada por movimento passivo (25), e c) topicalização com cliticização (26).

- (24) a. *A professora perguntou o Pedro.
b. A professora conhece o Pedro.
- (25) a. *Quem bateu no menino foi perguntado pela professora.
b. Quem bateu no menino é conhecido pela professora.

- (26) a. *A pessoa que bateu no menino, a professora perguntou-a.
b. A pessoa que bateu no menino, a professora conhece-a.

O teste (24) explicita o que já havia sido intuído da análise feita pelos outros autores. (25) é particularmente interessante porque somente uma estrutura nominal pode ser sujeito de uma passiva, ou seja, a expressão nominal denota um indivíduo e não uma proposição e o teste em (26) vai nessa mesma direção.

Esses são os testes encontrados na literatura. No entanto, nem sempre eles se mostram eficazes, a ponto de separar inequivocamente as diferentes estruturas. Uma questão que se coloca aqui é se é possível delimitar de forma mais precisa estruturas tão semelhantes como as RLs e as IIs. Além disso, é necessário averiguar se não haveria um terceiro tipo de estrutura, que não se comporta exatamente como as RLs nem como as IIs. A partir desses questionamentos, nos propomos a observar melhor outros verbos que selecionam constituintes introduzidos por pronomes-Q. Antes disso, no entanto, vamos verificar algumas outras propriedades sempre muito comentadas quando essas estruturas estão em jogo.

3.2 Outras propriedades que distinguem RLs de IIs

A primeira que gostaríamos de comentar diz respeito aos efeitos de extração, questão que veio à tona em todos os trabalhos que se propõem analisar as RLs. Desde o trabalho seminal de Ross (1967), as orações relativas são tidas como ilhas fortes: de uma relativa não se extrai nada. A agramaticalidade de (27b) comprova isso.

- (27) a. Aprovei o aluno que escreveu o trabalho sobre Pablo Neruda.
b. *Sobre quem aprovei o aluno que escreveu o trabalho?

Espera-se assim que as RLs tenham o mesmo comportamento e que se distanciem de uma II, já que as IIs se realizam em posição de complemento e se configuram como ilhas fracas, como vemos em (28b). Citamos aqui os exemplos apresentados por Marchesan (2008).

- (28) a. *[Que poesia]_i a Ana chorou *quando o Pedro declamou* [_i].
b. [Que poesia]_i a Ana perguntou *quando o Pedro declamou* [_i].

A questão da extração precisa ser melhor qualificada. Seria a diferença de gramaticalidade entre (28a) e (28b) – colocaríamos um ponto de interrogação em (28b) – devida ao fato de, na primeira, o constituinte ser extraído de dentro de um adjunto, enquanto que, na segunda, extrai-se de dentro de complemento? Além disso, temos efeitos advindos de violação de subjacência³⁵ em ambos: o constituinte-Q “que poesia” atravessa uma barreira, a do CP intermediário. Isso tem um custo para a sentença. Mas a agramaticalidade inquestionável de (28a) é proveniente de a extração ser feita de dentro de um adjunto. Vejamos (29).

- (29) a. O delegado viu quando o Pedro escreveu a carta anônima.
 b. Que carta o delegado viu quando o Pedro escreveu?

Se tivermos uma RL em (29b), como parece que efetivamente temos, à primeira vista, pode parecer que (29b) é um contra exemplo para a generalização de que RLs são domínios de dentro dos quais não pode haver extração. No entanto, como observou Carlos Miotto (c.p), ao que tudo indica esse não é um contra exemplo genuíno, porque o dado é aceitável apenas na interpretação que corresponde a uma estrutura em que o sintagma interrogativo [que carta] não é apenas complemento do verbo *escrever*, mas é também complemento do verbo *ver*, ou seja, nesse caso o complemento de *ver* não é a RL; a RL, [quando Pedro escreveu], seria, então, o adjunto.

Teríamos aqui o movimento do sintagma-Q da posição de objeto do verbo *ver* para Spec CP da matriz, sendo essa extração possível, visto que não foi feita da relativa. A lacuna real deixada pelo movimento está como complemento de *viu*, enquanto a lacuna deixada no objeto de escrever seria a lacuna parasita. Por conta disso, (29b) seria mais um exemplo a favor da impossibilidade de se extrair algo de uma RL.

Precisamos, portanto, considerar que as RLs podem tanto estar em posição de adjunto a VP, como em posição de complemento de verbo ou de preposição, além das que se realizam como sujeito (spec VP), sendo que para todas essas posições, o teste da extração parece, à primeira vista, se mostrar relevante para distinguir RLs de IIs.

Outra propriedade de distinção diz respeito ao verbo da subordinante e à seleção feita por ele: parece claro, quando lemos os trabalhos sobre o assunto, que há verbos

³⁵ Condição de Subjacência, conforme Chomsky (1986).

que selecionam inequivocamente uma interrogativa e outros que selecionam RLs. Será que realmente podemos trabalhar com essa perspectiva? Verbos que selecionam DPs introduzem RLs (30) enquanto verbos que selecionam CPs introduzem IIs (31).

- (30) a. Você deve devolver [o que você terminou de ler] para a biblioteca.
- b. Você deve devolver [_{DP} o livro] para a biblioteca.
- c. *Você deve devolver [_{CP} se você terminou de ler o livro] para a biblioteca.
- (31) a. Você poderia me dizer [o que você terminou de ler]?
- b. *Você poderia me dizer [_{NP} o livro].
- c. Você poderia me dizer [_{CP} se você terminou de ler o livro]?

E se um verbo seleciona DPs e CPs, como procedemos? Já vimos que Mória se manifesta a esse respeito, dizendo que há casos de “ambiguidade”. Ele toma essa posição, citando os verbos *saber*³⁶, *ver* e *descobrir*.

Medeiros Junior (2005, p. 17) menciona que propriedades seletoriais podem não parecerem tão claras e dá como exemplo as sentenças em (32), afirmando que “não parece óbvio que o verbo *saber* selecione uma pergunta em (32a), a julgar pelo fato de que, no mesmo contexto sintático, podem surgir declarativas, como em (32b), ou um nominal comum, complemento, como em (32c)”.

- (32) a. Maria sabe [quem pegou o dinheiro na gaveta].
- b. Maria sabe [que o João é boa pessoa].
- c. Maria sabe [o caminho para a Universidade].

³⁶ É importante observar que em Mória (1992, p. 24), o verbo *saber* aparece nas sentenças que seguem, no entanto, ele considera a sentença (i) como sendo uma II, e em nota de rodapé, ele diz que a sentença em (ii) é ambígua:

- (i) O professor sabe quem fez o trabalho.
- (ii) Não sei o que o Paulo sabe.

O exame dos verbos subordinantes se torna ainda mais complicado quando temos uma subordinada introduzida por *quando*, *onde*, *como* e *quanto*, já que há casos em que a subordinada é um adjunto, portanto não é selecionada pelo verbo subordinante.

Observa-se que, nos exemplos de IIs, o paradigma com os verbos subordinantes é mais restrito, em geral. Encontramos, nesses casos, verbos como *indagar*, *perguntar*, *querer saber*, *questionar* e *saber*. Com exceção do *saber*, todos tem uma semântica nitidamente interrogativa e, certamente, isso sempre foi decisivo para as análises e, principalmente, para a formatação dos testes. Quando, no entanto, saímos desses exemplos, a delimitação dessas duas estruturas fica um pouco mais complicada.

Como dissemos anteriormente, o olhar sobre as IIs sempre foi a partir de trabalhos que buscavam clarificar a estrutura das RLs. Os trabalhos de Contreras (1999) e Suñer (1999) ajudaram a alargar um pouco esse horizonte.

Contreras (1999), tendo como base o espanhol, afirma que as IIs são orações subordinadas encabeçadas por um elemento interrogativo e que a boa formação dessas construções requer que o predicado subordinante seja semanticamente compatível com um complemento interrogativo, e apresenta os seguintes exemplos:

- (33)
- a. Me pregunto donde vivia.
 - b. No sabía cuándo terminaría la carrera.
 - c. No es claro cómo sucedió el accidente.
 - d. *Creo donde vive.
 - e. *Pedro aseguró cuándo terminaría la carrera.

O autor observa que, no espanhol, as IIs finitas podem ser introduzidas pelo complementizador *que* e explica que o elemento *que* dessas perguntas indica que realmente houve um diálogo. Os exemplos em questão estão abaixo.

- (34)
- a. Me preguntó que donde vivia.
 - b. Me preguntó que si sabía escribir³⁷.

³⁷ Ejemplos (89) e (90) de Contreras.

Logo em seguida, observa que nem todos os predicados admitem essa variante, como se pode ver em (35).

- (35) a. *No sabía que cuándo terminaría la carrera.
b. *No es claro que cómo sucedió el accidente.

Podemos ver, nesses exemplos, que o verbo *saber*, que constava nos exemplos de IIs do autor, tem um comportamento que se desvia dos demais. A mesma coisa acontece com *ser claro*. A explicação do autor para esse desvio é que verbos como *preguntar* podem ser usados em citação direta, já *saber* ou *ser claro*, não podem:

- (36) a. Me preguntó: “¿Donde vives?”
b. Me preguntó “¿Sabes escribir?”
c. *No sabía: “¿Cuándo terminaré la carrera?”
d. *No era claro: ¿Cómo sucedió el accidente?”

Vale observar que o autor não está considerando (36) um teste para dizer se temos ou não uma II. Os exemplos em (33) são todos de IIs, só que, de acordo com os verbos da subordinante, temos ou não o efeito observado em (36).

Suñer (1999), também em trabalho pautado no espanhol, afirma que é necessário distinguir a interrogação parcial da interrogação total. Na primeira, também chamada de interrogação “relativa ou pronominal”, o elemento introdutório é um sintagma interrogativo (nominal, adjetivo ou adverbial) pertencente ao grupo Q (em espanhol: *qué, quién(es), cuál(es), cuánto(s), donde, cómo, cuándo, por qué, cuán*). De acordo com autora, o sintagma-Q funciona como um dos argumentos ou como um dos complementos circunstanciais do predicado com que ocorre.

No segundo caso, conhecido como interrogativa total ou absoluta, o único elemento introdutor é *si*. Em seguida, observa:

El que haya dos subtipos principales de interrogación indirecta no debe hacernos perder de vista lo que ambas tienen en común. Esto es, el que van introducidas por una frase interrogativa y el que se aduzca que se emplean para disipar incógnitas, ya sea sobre el valor de verdad de la cláusula o la selección entre alternativas (las totales), ya sobre un elemento cu- (las parciales). (p. 2152)

Suñer (1999) observa, ainda, que a interrogação indireta precisa ser selecionada por um predicado apropriado, verbal, nominal ou adjetival, embora os verbais sejam os mais frequentes. A autora recorre a uma série de autores (ver citações p. 2154), para mostrar que há uma classificação muito detalhada, que vão além de predicados enquadrados como atos de fala, explicação utilizada pelas gramáticas tradicionais do espanhol. Baseada nesses autores, a linguista, à guisa de ilustração, apresenta os seguintes predicados como regentes de oração interrogativa:

- a. “a. Exclusivamente interrogativos, como *preguntar(se)*, e *inquirir*.
- b. De comunicación, como *revelar*, *anunciar*, *argumentar*, *asegurar*, *comunicar*, *corroborar*, *confirmar*, *contestar*, *decir*, *declarar*, *enumerar*, *explicar*, *informar*, , *mentar*, *opinar*, *proponer*, *recalcar*, *repetir*, *responder*, *afirmar*, *hablar de*, *charlar sobre*, *platicar {sobre/de}*, *discutir {de/sobre}*, *aludir a*, etc.
- c. De maneiras de decir, como *balbucear*, *corear*, *cuchichear*, *chillar*, *gemir*, *graznar*, *gritar*, *gruñir*, *murmurar*, *sollozar*, *suspirar*, *susurrar*, *tartamudear*, etc.
- d. Dubitativos e de falta de conocimiento, como *dudar*, *poner em Duda*, *no estar seguro*, *no saber*, *ignorar*, , *desconocer*, etc.
- e. De percepción, como *ver*, *oír*, *observar*, *percibir*, *sentir*, etc.
- f. De conocimiento o aprendizaje, como *aprender*, *deducir*, *comprender*, *recordar*, *reconocer*, *olvidar*, *saber*, *olvidar*, *saber*, *darse cuenta de*, *olvidarse de*, *interesarse por*, etc.
- g. De ‘descubrimiento’, como *averiguar*, *examinar*, *descubrir*, *investigar*, *indagar*, *dilucidar*, *explorar*, etc.
- h. De ‘medio de comunicación’, como *apuntar*, *anotar*, *dictar*, *escribir*, *telefonar*, *grabar*, *garabatear*, etc.
- i. De valoración, como *elogiar*, *aplaudir*, *aprobar*, *criticar*, *reprochar*, *alabar*, *juzgar*, etc.
- j. De decisión, como *decidir*, *determinar*, *resolver*, *concretar*, *especificar*, *acordar*, *revelar*, etc.” (p. 2154)

A própria autora reconhece que a classificação acima não é satisfatória, pois tem pouco valor preditivo. Segundo ela, uma lista desse tipo não ajuda nem a entender as IIs nem os predicados que podem regê-las. Além disso, como observa, há predicados que, apesar de ser de “entendimento” ou “fala” (*crer*, *rogar*, *pedir*...) não são compatíveis com a interrogação indireta.

A lista dos verbos espanhóis apresentada acima serve para mostrar que, do lado das IIs, o terreno é igualmente pantanoso, ou seja, quando precisamos explicitar com mais detalhes quais seriam as propriedades das IIs, acabamos em listas sem nenhum poder de generalização. Seguindo sugestões da banca de qualificação, resolvemos testar alguns desses verbos que ficavam a meio caminho das RLs e das IIs, para ver se

conseguiríamos abstrair daí alguma propriedade. Apresentamos esses testes na seção seguinte.

3.3 Testando predicados regentes

Selecionamos oito verbos que não estão entre os exemplos canônicos de RLs nem veiculam um sentido de interrogação. São eles: *ignorar*, *ver*, *esquecer-se*, *lembrar-se*, *saber*, *revelar*, *descobrir*, *perceber*. Para obter mais segurança no julgamento desses dados, submetemos a quatro falantes nativos do PB sentenças em que esses verbos aparecem regendo uma sentença introduzida por expressão-Q e pedimos que fizessem o julgamento de gramaticalidade. Os falantes consultados foram unânimes em dizer que tiveram dificuldades em fazer os julgamentos.

Em primeiro lugar, apresentamos um conjunto de sentenças com a expressão “é que”: esse teste, retomando o que foi apresentado, identificaria as IIs. Listamos, a seguir, as sentenças avaliadas.

- (37)
- a. Maria ignorou quem é que o João convidou para a festa.
 - b. Maria viu quem é que o João convidou para a festa.
 - c. Maria se esqueceu de quem é que o João convidou para a festa.
 - d. Maria se lembrou de quem é que o João convidou para a festa.
 - e. Maria sabe quem é que o João convidou para a festa.
 - f. Maria revelou quem é que o João indicou para a festa.
 - g. Maria descobriu quem é que o João convidou para a festa.
 - h. Maria percebeu quem é que o João convidou para a festa.

Todos os falantes consultados manifestaram algum estranhamento apenas em relação às quatro primeiras (37a-d)³⁸. Isso nos levaria a afirmar, pelo menos, que as sentenças encaixadas de (37a-d) não são interrogativas, ao contrário de (37e-h). Foram

³⁸ Dos quatro falantes consultados, três disseram que as sentenças (37a-d) tinham algum nível de agramaticalidade.

também elaboradas sentenças utilizando os mesmos verbos regentes, mas tendo a subordinada introduzida por *quando*, como mostra (38).

- (38)
- a. Maria ignorou quando é que o João ia entregar a sua tese.
 - b. Maria viu quando é que o João ia entregar a sua tese.
 - c. Maria se esqueceu de quando é que o João ia entregar a sua tese.
 - d. Maria se lembrou de quando é que o João ia entregar a sua tese.
 - e. Maria sabe quando é que o João ia entregar a sua tese.
 - f. Maria revelou quando é que o João ia entregar a sua tese.
 - g. Maria descobriu quando é que o João ia entregar a sua tese.
 - h. Maria percebeu quando é que o João ia entregar a sua tese.

Em relação a (38), somente as sentenças (38a-d) ganharam algum julgamento de agramaticalidade³⁹. Interessante observar que, com sentenças introduzidas por *quando*, as sentenças parecem melhores. Levando em conta os julgamentos apresentados, pode-se encaminhar a seguinte conclusão: as quatro primeiras, diferentemente das quatro últimas, parecem ser [- interrogativas].

No teste seguinte, foram utilizados o *quer que*: *quem quer que e quando quer que*. Lembremos que o *quer que* introduz uma expressão nominal e, portanto, identifica uma RL. As sentenças usadas estão em (39).

- (39)
- a. Maria ignorou quem quer que tenha reclamado da festa.
 - b. Maria viu quem quer que tenha saído mais cedo da festa.
 - c. Maria se esqueceu de quem quer que tenha reclamado da festa.
 - d. Maria se lembrou de quem quer que tenha reclamado da festa.

³⁹ Houve um só julgamento de agramaticalidade para as sentenças (38a-d), de dois falantes diferentes.

- e. Maria sabe quem quer que tenha reclamado da festa.
- f. Maria revelou quem quer que tenha reclamado da festa.
- g. Maria descobriu quem quer que tenha reclamado da festa.
- h. Maria percebeu quem quer que tenha reclamado da festa.

As sentenças (39e-h) foram julgadas agramaticais⁴⁰, ou seja, novamente as quatro últimas se revelam como [+ interrogativas] em oposição às quatro primeiras. Em contrapartida, todas as sentenças com *quando quer que* receberam algum juízo de agramaticalidade. Os falantes disseram estranhar a expressão *quando quer que*. Por esse motivo, essas sentenças foram descartadas. Utilizando os mesmos verbos, foram elaboradas sentenças com expressões claramente interrogativas, como *que pessoa* ou *(em) que momento*, e outras sentenças com oração encaixada iniciando por *se*. Os falantes consultados disseram que, à medida que iam lendo, iam ficando mais confusos para julgar os dados. Como o teste foi feito somente para uma verificação inicial, sem nenhum rigor metodológico, não é possível usá-lo de forma a tirar conclusões confiáveis. No entanto, o resultado da consulta sinaliza que há uma zona de instabilidade muito forte dentro do que se costuma chamar de sentenças interrogativas indiretas. Se, por um lado, podemos dizer que algumas dessas sentenças testadas não se confirmam como interrogativas, por outro lado, não temos evidências para afirmar que sejam RLs.

Suñer (1999) diferencia perguntas indiretas verdadeiras⁴¹, aquelas que encerram uma dúvida ou incógnita, de perguntas indiretas impróprias, aquelas que asseveram uma proposição. A autora compara as interrogativas com orações encaixadas introduzidas por *que*: as encaixadas com *que* são exemplos de proposições, ou seja, algo que se julga verdadeiro ou falso. Ela parte de relações de implicação, do tipo que apresentamos em (40), para traçar a diferença entre elas.

⁴⁰ Essas sentenças receberam entre duas e três avaliações de agramaticalidade.

⁴¹ São as perguntas indiretas verdadeiras que, no espanhol, permitem a ocorrência do complementizador *que* antes do pronome-Q.

- (40)
- a. O professor sabia quantos encontros os estudantes planejavam.
 - b. Os estudantes planejavam cinco encontros.
 - c. O professor sabia **que** os estudantes planejavam cinco encontros.

A relação apresentada em (40) mostra que a sentença encaixada em (40a) denota uma proposição, pelo resultado de implicação que se observa em (40c). Além disso, a possibilidade de se coordenar uma subordinada introduzida por *que* com outra encabeçada por um sintagma interrogativo qualquer constitui uma prova a favor de sua homogeneidade semântica e sintática.

- (41) O Pedro sabe que a Maria lhe mandou um presente, quando o enviou e também o que é.

Suñer continua seu raciocínio dizendo que uma sentença encaixada interrogativa selecionada por um verbo como *perguntar*, não tem valor proposicional, mas, sim, valor de pergunta. Uma sentença interrogativa tem uma lacuna, representada pela expressão-Q, e não se pode julgá-la verdadeira ou falsa. Determina-se seu valor de verdade a partir das respostas que ela pode receber. Pragmaticamente, formulamos perguntas para nos informarmos de algo que ignoramos, ou seja, para sanar lacunas em nosso conhecimento. Não se pode verificar isso em (40a): não há nenhum vácuo informativo na cabeça do professor. Ao contrário, ele sabe perfeitamente quantos encontros os estudantes planejavam⁴².

Embora o tema desse trabalho não sejam as IIs, é importante observar que as estratégias para separar RLs de IIs não são convincentes, porque parece haver muitos outros fatos em jogo. O que podemos perceber é que tanto pode haver tipos diferentes de interrogativas, opção de Suñer, como a variação pode se dar em domínios maiores, ou seja, as sentenças encaixadas encabeçadas por pronomes-Q comportam tipos que vão

⁴² Suñer (1999) atribui a Ross (1971) uma prova sintática que ressalta a diferença entre uma e outra “interrogativa”: as verdadeiras perguntas indiretas podem ocorrer com disjunções apositivas (i), mas não com coordenações apositivas (ii).

- (i) Mara {preguntó/dijo} que quién, (o sea) **Juan o Pedro**, la ayudaría.
- (ii) *Mara {preguntó/dijo} que quiénes, (o sea) **Juan y Pedro**, la ayudaría. (p. 2159)

além das RLs e IIs. Portanto, os testes que levam a afirmar “se não é uma é outra” são inconsistentes.

3.4 Sondando a questão da factividade

Os verbos que colocam dificuldades para uma classificação, ou seja, aqueles que selecionam sentenças encabeçadas por expressão-Q e que oferecem resistência a integrarem a lista das RLs e das IIs, podem ser identificados como factivos⁴³, ao contrário dos verbos subordinantes de RLs, que seriam não-factivos, a princípio. Por esse motivo, resolvi investigar um pouco mais a questão para ver se havia alguma revelação nova nessa direção.

Um verbo é factivo quando a oração encaixada representa algo como um fato. Ou seja, quando esse verbo assegura como verdadeiro o fato expresso pela oração encaixada.

- (42) a. Pedro lamentou que a Maria foi demitida.
 b. Pedro disse que a Maria foi demitida.

Nas sentenças acima, só podemos afirmar como verdadeiro o fato de a Maria ter sido demitida a partir de (42a); (42b) não assegura a verdade desse fato. Lima (2007) afirma que a factividade pode ser comprovada em termos de pressuposição: se negamos uma sentença como (42a) – *Pedro não lamentou que a Maria foi demitida* – o valor de verdade do fato expresso pela encaixada não é alterado, ou seja, continua sendo verdadeiro, porque a pressuposição não é afetada nem pela negação nem pela interrogação. Lima (2007) apresenta algumas propriedades de verbos factivos. Dentre elas, há uma que nos interessa, por ter aparecido nos testes usados para diferenciar RLs de IIs: a propriedade diz respeito à extração.

- (43) a. Como_i João disse t_i que Maria resolveu o problema t_i?
 b. * Como_i João lamenta que Maria tenha resolvido o problema t_i?

⁴³ Agradeço à banca de qualificação por ter-me apontado esse fato.

O autor atribui à factividade a impossibilidade de extração em (43b) – a sentença só seria aceitável se o *como* estivesse incidindo sobre o verbo subordinante. Essa análise nos chamou a atenção, porque a factividade poderia ser uma outra variante que poderia estar interferindo nas sentenças analisadas.

Lima (2007) distingue os factivos dos não-factivos e divide cada um deles em duas classes: os factivos podem ser epistêmicos e emotivos; os não-factivos seriam assertivos e não-assertivos. Tal divisão pode ser vista, a seguir, no quadro apresentado pelo autor (p.92).

| FACTIVOS | | NÃO FACTIVOS | | |
|---|--|--|---|--|
| 1.EMOTIVOS | 2.EPISTÊMICOS | 3.ASSERTIVOS | | 4.NÃO-ASSERTIVOS |
| Lamentar Estranhar Surpreender Llamentável; Triste Estranho surpreendente | Saber Descobrir Perceber Notar Lembrar+que Esquecer+que Ignorar Revelar | FORTES Dizer Declarar Afirmar Garantir Assegurar Assumir Deduzir Concluir Certo Evidente Claro Óbvio | FRACOS Acreditar Supor Achar Imaginar Parecer Crer Pensar Presumir Calcular Suspeitar desconfiar | Possível Provável Urgente Duvidoso Improvável Provável Necessário Desejável Inconcebível Preferir Pedir Aconselhar Determinar Querer Preferir Pedir Intimar Desejar Solicitar Recomendar Permitir Ordenar Mandar Neg + assertivo forte |

Segundo ele, os emotivos são aqueles que introduzem uma “atitude emotiva ou avaliativa do locutor ou sujeito” (p.17), como já difundido pela literatura sobre o assunto, e os epistêmicos, também conhecidos como semifactivos, seriam verbos que exprimem conhecimento, percepção. Já os não-factivos teriam como subclasses os assertivos (fortes e fracos) e os não-assertivos. O fato de predicados assertivos poderem ser fortes ou fracos⁴⁴ está relacionado à verdade da proposição, ou seja, se a asseveridade de algo é forte ou fraca.

Com essa nomenclatura apresentada, vamos nos focar primeiramente na questão dos factivos e não-factivos em geral e apresentar critérios de distinção e certas propriedades relevantes a eles.

Lima (2007) afirma que os factivos epistêmicos aceitam como complemento as IIs, o que se deve ao fato de seu significado, pois, aparentemente, de acordo com o autor, apenas verbos que dão a ideia de conhecimento ou percepção, como é o caso dessa classe, é que admitem as IIs. Já os não-factivos não aceitariam IIs. No entanto, há exceções para isso: “verbos de suposição como *imaginar, supor*; alguns verbos performativos como *responder, declarar, dizer* (no sentido de revelar, responder)” (p. 35), ou seja, verbos que “admitem uma análise epistêmica de seu significado”. O autor conclui então que, em termos semânticos, as IIs seriam “complemento de um predicado factivo epistêmico subentendido”. A respeito ainda sobre os factivos epistêmicos, o autor menciona os verbos *saber* e *descobrir* como sendo possíveis de serem assertivos também e, ele os considera, então, como ambíguos (p. 95).

Essa digressão nos serviu para mostrar algumas coisas. É possível que a factividade tenha que ser levada em conta quando temos como objeto de estudos as sentenças-Q encaixadas. No entanto, não é possível concluirmos nada apenas a partir da leitura que fizemos de Lima (2007) e, no andamento deste trabalho, não seria viável nos aprofundarmos mais sobre o tema. Observamos que, no quadro de classificação proposto em Lima (2007), há verbos não-factivos nos exemplos de RLs e IIs que analisamos. Portanto, apontamos essa questão como relevante e, mesmo, instigante, mas para trabalhos futuros.

⁴⁴ Há também diferenças sintáticas entre eles, como a possibilidade ou não de formação de questões *tag*, de movimento de negação e da presença de advérbios que exprimem e de advérbios factivos, mas não iremos nos debruçar sobre isso neste trabalho.

4 Em busca de generalizações

Retomamos aqui a abordagem de Grosu & Landman (1998) e de Grosu (2002), já mencionada anteriormente, que chama a atenção para o fato de que as RLs tem “força definida”, ou seja, são exclusivamente do tipo maximalizador. Isso as diferencia das relativas NN, em que haveria necessariamente uma delimitação do conjunto denotado pelo sintagma nominal externo.

A semântica das RLs propostas por esses autores e por Caponigro, explicação que está muito bem apresentada em Marchesan (1998), mostra que num exemplo como (44), a sentença encaixada tem denotações diferentes de acordo com o verbo que a subordina.

(44) João perguntou/trouxe [_{CP} [o que]_i Maria comprou t_i].⁴⁵

Assim, se Maria comprou livros, revistas e jornais, temos na RL a operação de maximização que transforma um conjunto plural num conjunto unitário de indivíduos plurais máximos, ou seja, o João *trouxe* o conjunto das coisas, de todas as coisas, que Maria comprou. Se o verbo que introduz a encaixada for *perguntar*, uma outra operação semântica gera uma proposição, ou melhor, um conjunto de proposições, que, como tal, será verdadeiro ou falso⁴⁶.

⁴⁵ Exemplo de Marchesan (1998).

⁴⁶ (i) Hugo sai; (ii) Hugo, sai! (iii) Hugo sai?

A partir das sentenças acima, Chierchia (2003, pp. 221-223) explica que o seu conteúdo das sentenças é aquilo que essas sentenças têm em comum, ao passo que a força de cada uma é, respectivamente, assertiva, imperativa e interrogativa. As condições de verdade são apropriadas para caracterizar o conteúdo descritivo de uma sentença e, assim, é possível caracterizar a semântica dos diversos tipos de sentença (ou seja, diversas forças). Para as declarativas, identifica-se simplesmente a força assertiva com as condições de verdade, já que assertar uma sentença equivale simplesmente a afirmar que o mundo satisfaz suas condições de verdade. No caso de uma pergunta, por outro lado, podemos proceder da seguinte maneira. Devemos considerar quais seriam as respostas possíveis para (iii). Seriam, obviamente, sim ou não. (iii) indica que o falante desconhece qual desses dois fatos é o verdadeiro. Poderíamos, portanto, assumir que uma pergunta é passível de ser caracterizada semanticamente em termos de condições de verdade não apenas de uma única sentença, mas de todas as sentenças que constituem uma resposta possível para ela. Essa abordagem pode ser generalizada a todas as perguntas. Considerando-se agora uma pergunta com uma expressão-Q, como (iva). Admitindo por hipótese que as pessoas que fazem parte do nosso domínio do discurso numa determinada ocasião *t* são apenas 4: a, b, c, d. Obviamente, em *t*, as respostas possíveis têm que ser procuradas no conjunto representado em (ivb).

(iv) a. Quem fechou a porta?

b. {a fechou a porta, b fechou a porta, c fechou a porta, d fechou a porta}

Perguntar *Quem fechou a porta?* significa perguntar quais dos enunciados em (ivb) são verdadeiros. Esses enunciados constituem as alternativas que cabe considerar. Portanto, servem para representar o estado de desconhecimento no qual nos encontramos quando perguntamos (iva). E isso torna plausível que os usemos para caracterizar o conteúdo semântico da pergunta. Portanto, o conteúdo

Com tudo o que vimos até este capítulo, temos condições de distinguir semanticamente três tipos de encaixadas-Q: encaixadas que denotam um indivíduo (as RLs), encaixadas que denotam uma proposição (aquelas introduzidas por verbos que não tem um sentido interrogativo propriamente dito, como saber, lamentar, descobrir, etc) e as encaixadas que denotam uma pergunta ou um conjunto de proposições (aquelas introduzidas por verbos claramente interrogativos).

É preciso observar, no entanto, que se assumimos que as RLs denotam indivíduos, colocamos um novo impasse: os adjuntos podem denotar indivíduos? Essa questão surge quando temos que lidar com encaixadas cujo pronome é *quando*, *onde*, *como*. Já observamos anteriormente que, quando uma sentença é encabeçada por uma dessas expressões, na grande maioria das vezes configuram-se como adjuntos. Ora, um adjunto é um modificador e, portanto, não pode ser um indivíduo. Com isso, voltaríamos a uma questão que está lá no início deste capítulo: se queremos juntar as sentenças encabeçadas por *quem*, *o que*, *onde*, *como*, *quando* debaixo do rótulo “relativas livres”, parece que nem a semântica nem a sintaxe nos dão ferramentas que nos permitam explicitar as noções envolvidas.

Diante dessa constatação, podemos levantar algumas questões que precisariam ser respondidas: a) como determinar o tipo semântico de uma encaixada-Q? b) no processo derivacional, como se dá a coerção de tipo? c) as diferenças semânticas podem ser apreendidas sintaticamente? d) como classificar as encaixadas-Q a partir de seu tipo semântico e propriedades sintáticas?

No capítulo 3 vamos tratar um pouco das características sintáticas das RLs. E retomaremos a questão da adequação de estruturas como RLs serem chamadas de relativas. Já adiantamos, no entanto, que outros questionamentos levantados aqui constituirão nossa preocupação para pesquisas futuras. Consideramos que a maior contribuição deste trabalho foi problematizar conclusões que, em geral, aparecem afirmadas em muitos trabalhos sobre o assunto. Estamos seguros que muitas dessas afirmações precisam ser melhor qualificadas.

semântico de uma pergunta é a pergunta com todas as suas respostas possíveis, ou seja, um conjunto de proposições.

5 Conclusão

Neste capítulo, procuramos qualificar melhor o conceito de RLs. Apresentamos as propriedades comumente postuladas para essas sentenças nos trabalhos relativos ao assunto. Mostramos que, se essas propriedades se confirmam, as RLs têm muito pouco a ver com as relativas NN, o que nos leva a questionar essa aproximação.

Num segundo momento, apresentamos e analisamos os testes que diferenciam as RLs e as IIs. Observamos que não é nada trivial delimitarmos esses dois conjuntos e levantamos a possibilidade de haver mais tipos sentenciais encabeçados por um pronome-Q. Sintaticamente, há zonas de contato muito fluidas, que se mostram escorregadias para os juízos de gramaticalidade. Semanticamente, identificamos três tipos: sentenças que denotam indivíduos, sentenças que denotam proposições e sentenças que denotam um conjunto de proposições. Se afirmarmos, no entanto, que as RLs denotam indivíduos, isso nos colocaria diante de um novo impasse: sentenças encabeçadas por *quando*, *onde*, *como* não poderiam denotar indivíduos quando configuram um adjunto. Se isso procede, elas teriam que ser excluídas da classe das RLs. A estrutura que vamos propor no capítulo seguinte tem a vantagem de lidar bem com essa questão, como demonstraremos lá.

CAPÍTULO 3

SOBRE AS ANÁLISES FORMAIS DAS RELATIVAS LIVRES

1 Introdução

Este capítulo vai se centrar na segunda meta apresentada na introdução deste trabalho. Depois de termos lançado, no capítulo 2, o olhar de fora, focando o encaixe e os verbos que selecionam as estruturas em tela, vamos, agora, dirigir nosso olhar para o lado de dentro, ou seja, a forma que essas sentenças tomam, levando-se em conta as relações que se estabelecem entre seus constituintes. Para tanto, vamos retomar as principais análises propostas para as relativas NN e para as relativas livres, para que possamos tomar uma posição final. Daremos principal atenção àquelas RLs encabeçadas por *quem* e *quando*, mas não deixaremos de lado os outros pronomes-Q, quando relevantes.

Na seção 2, retomaremos as duas principais análises dirigidas às relativas NN, a de *movimento-Q* e a de *raising*, através da observação das propostas de Tarallo (1983), Kato (1993), Kenedy (2002) e Kato & Nunes (2009). Na seção 3, apreciaremos a análise das RLs feita por Bresnan & Grimshaw (1978), Groos & Riemsdijk (1981), Caponigro (2002), Medeiros Junior (2005), Marchesan (2008) e Kato & Nunes (2009). Além disso, analisaremos as propostas para RLs encabeçadas por *quando*, *onde*, *como* e *quanto* apresentadas em Mória (1992), Mória (2001), Marchesan (2008) e Lessa-de-Oliveira (2008). Na seção 4, encaminhamos as considerações que justificam a nossa preferência pela análise proposta por Kato & Nunes.

2 Análises das relativas NN

As relativas NN têm sido bastante exploradas pela teoria linguística, geralmente sob dois vieses: a análise tradicional e a análise *raising*. Como vimos no capítulo 1, a primeira análise, a tradicional, considera a relativa como sendo uma sentença adjungida ao NP antecedente. Enquanto a segunda, baseada em Brame (1968) e Vergnaud (1974) e consolidada por Kayne (1994), considera que o NP antecedente é gerado dentro da relativa que é complemento de um D mais externo, sendo esse DP, formado pelo D e pela relativa, que é o argumento do verbo ou da preposição. A seguir, veremos mais detalhadamente a estrutura e as ideias assumidas por cada uma dessas hipóteses de estudo. Iniciaremos, em 2.1, com a análise tradicional através do trabalho de Tarallo (1983) e Kato (1993). Depois, veremos, em 2.2, a análise *raising* tanto sob a ótica da proposta de relativização feita por Kenedy (2002), em 2.2.2.1, quanto pela ótica de Kato e Nunes (2009) para o PB, na seção 2.2.2.2.

2.1 A classificação das relativas com núcleo nominal

Tarallo, em sua tese de doutorado de 1983, assume que o pronome-Q se move para a periferia esquerda da sentença, deixando uma categoria vazia como vestígio, e analisa as relativas em relação à pronominalização anafórica do PB, seguindo as ideias de Jackendoff (1977), de Downing (1978) e de Kato (1981). O autor apresenta, então, como mencionamos no capítulo 1, três estratégias de relativização no PB e classifica as sentenças relativas, de acordo com o preenchimento da posição relativizada e o que está presente na periferia esquerda, em **relativas padrão**, **relativas resumptivas** e **relativas cortadoras**. Essa classificação permanece na literatura e foi assumida e discutida por diversos autores, sejam eles “seguidores” da análise tradicional ou de outras propostas de análise. No entanto, há diferença nas exposições e assunções feitas.

2.1.1 Relativas padrão

Apresentaremos, primeiramente, a estratégia de relativização conhecida como relativa padrão, que ocorre sobre um PP, como vemos em (01).

(01) A flor_i de que gostei [ec]_i morreu.

A estratégia padrão consiste, então, em assumir que há uma posição vazia (*ec*) correferente ao NP, no caso [a flor], e apresenta o *que* acompanhando a regência do

verbo da oração encaixada, ou seja, se o verbo exige preposição, ela deverá aparecer antes do pronome-Q. De acordo com Tarallo (1983), em (01), o *que* (assim como *o qual*) seria gerado como complemento da preposição, no caso *de*. Por *pied piping*⁴⁷, todo o PP é movido⁴⁸ para o Spec CP, deixando, assim, uma categoria vazia (*ec*) na posição de onde se moveu.

Em suma, uma relativa padrão apresenta um *que* em Spec CP, uma categoria vazia (*ec*) na posição relativizada e conta com a presença de uma preposição, sendo que a *ec* é originada pelo movimento do sintagma preposicional. Neste caso, teríamos um pronome relativo. Para Tarallo (1983), essa seria a única estratégia com pronome relativo, o que não é verdadeiro para Kato (1993).

2.1.2 Relativas resumptivas

As relativas resumptivas apresentam os mesmos itens que uma relativa padrão, com uma exceção: a categoria vazia. Onde havia a *ec* passa-se a ter um termo chamado resumptivo, o qual pode ser o pronome pessoal que concorda em gênero, número e pessoa com o NP. Como não há movimento, a preposição continua *in situ*.

(02) A flor_i [que]_i gostei d[ela]_i morreu.

(03) A flor_i que eu colhi [ela]_i morreu.

Nesse tipo de relativa NN, o *que* pode relativizar tanto um NP, como em (03), quanto um PP, como em (02), sendo o resumptivo, no caso, o pronome pessoal,

⁴⁷ O *pied-piping* - movimento de todo o PP, incluindo a preposição - se opõe ao fenômeno de *preposition stranding*, que não existe em PB, e que diz respeito ao fato de a preposição não fazer o movimento juntamente com o sintagma e, portanto, permanecendo na posição em que nasceu. No entanto, alguns linguistas consideram a ocorrência dessa possibilidade do *preposition stranding*. De acordo com Valer (2008, p.37), essa ocorrência está relacionada ao tipo de preposição presente na estrutura, ou seja, se temos uma preposição fraca (*de, com*) ou forte (*sobre, contra, sem*). Quando a preposição é forte, o fenômeno pode ocorrer. Entretanto, penso que essa questão pode ser tratada de outra forma: as únicas preposições que admitem ficar no final da sentença são preposições que só ocorrem como item lexical, nunca funcional. Há trabalhos na área que levantam possibilidades de essas preposições serem advérbios.

⁴⁸ Para Tarallo (1983), não haveria movimento no processo da relativização no PB. Tal fenômeno estaria presente apenas quando houvesse o *pied-piping* (estratégia padrão) de um sintagma. Por isso, para o autor, teríamos pronome relativo apenas na estratégia padrão, visto que apenas nela há movimento.

correferente ao sintagma nominal antecedente. Tarallo (1983) assume que não há movimento nesse tipo de relativa e que o *que* nesse caso não é um pronome relativo, mas sim, um complementizador. Já Kato (1993) assume a *Left Dislocation Theory* (LDT)⁴⁹ e diz que temos sim um pronome relativo nesse tipo de relativa que está em CP e seu vestígio está em LD⁵⁰, já que o pronome relativo é gerado nessa posição, sendo correferente do resumptivo que está em IP.

Kenedy (2002) aponta para a questão de que as relativas resumptivas de DPs e PPs são diferentes, pois “quando selecionado por uma preposição, o resumptivo não pode ser substituído por uma categoria vazia (*e*), do contrário a construção se torna agramatical”. Mas quando selecionado por verbo, tal substituição é licenciada (Kenedy, 2002, p. 67). Tal consideração não foi apresentada nem em Tarallo (1983) nem em Kato (1993), os quais não fazem menção às relativas com PPs e DPs. Kenedy (2002) faz referência a esse ponto, exemplificando que há relativa padrão com DP, como vemos a seguir.

(04) A flor_i que eu colhi [ec]_i morreu.

O autor afirma, então, que seria necessária uma revisão da classificação das estratégias de relativização e sugere que ela deve ser feita levando em consideração os sintagmas alvo. Assim, contaríamos com dois grupos: sintagma DP e sintagma PP. O grupo do sintagma DP englobaria a *relativa padrão DP* e a *relativa resumptiva DP*. Já no grupo do sintagma PP teríamos a *relativa padrão PP*, a *relativa resumptiva PP* e a *relativa cortadora*. Ele apresenta como tais estratégias ocorreriam, mas através da análise *raising*, portanto, como veremos na seção 2.2.

2.1.3 Relativas cortadoras

Até o século XIX, o português contava apenas com as relativas padrão e resumptiva, segundo a pesquisa feita por Tarallo. Apenas na metade do século XIX é

⁴⁹ Em LDT, o NP seria o tópico discursivo. Kato propõe isso por considerar o PB uma língua de proeminência de tópico, assim como Pontes (1987), o que não é aceito por Duarte (1996, p. 353, *apud* Kenedy 2002, p. 104).

⁵⁰ LD seria uma posição sintática gerada na base que, de acordo com Kato (1993, p. 229), apresentaria uma “maior possibilidade de relativização e com um menor custo derivacional”. Essa posição estaria adjungida ao IP, teria um pronome co-referente dentro desse IP e, portanto, o NP que está em LD seria relativizado.

que as cortadoras começam a aparecer. As relativas cortadoras são como as relativas padrão, ou seja, possuem uma categoria vazia e um PP, sendo a única diferença entre elas o fato de na cortadora a preposição não ser realizada fonologicamente, como vemos em (05).

(05) A flor $[[que]_i$ gostei ~~de~~ $[ec]_i$] morreu.

A *ec* desse tipo de relativa pode relativizar tanto PPs quanto DPs, mas quando são DPs não se pode afirmar se estaríamos frente a um complementizador ou um relativo, já que não se pode dizer se houve ou não movimento.

Para Tarallo (1983), não teríamos movimento aqui e por isso ele assume que temos nessas relativas um complementizador. Já para Kato (1993) teríamos aqui pronomes relativos que são gerados à esquerda pela Hipótese de Left Dislocation (LD). Enquanto para Tarallo a lacuna (*ec*) é dada pela elipse da preposição, para Kato, a lacuna, ou seja, a *ec* seria uma elipse do VP.

A análise desses dois autores se baseia na hipótese tradicional de que a relativa seria adjunto a NP. No entanto, há outra hipótese, conhecida como análise de alçamento (*raising*), em que a relativa seria um complemento do determinante. Essa análise será vista na seção 2.2 a seguir.

2.2 As relativas sob a análise *raising*⁵¹

Como apresentado anteriormente, a hipótese tradicional foi a mais estudada durante muitos anos na teoria linguística. Em meados dos anos 70, uma nova hipótese, a análise *raising*, apareceu com Brame (1968), Schachter (1973)⁵² e Vergnaud (1974), no entanto, ela não conseguiu grande espaço na teoria da época por conta da hipótese que estava consolidada. No entanto, a partir de 1994, com Kayne e seu modelo da antissimetria, e com Bianchi (1999), essa análise foi tomando espaço, e atualmente são

⁵¹ Também conhecida como análise de alçamento ou hipótese de complemento de D.

⁵² Schachter (1973 *apud* Kenedy 2002, p. 47) apresentou a hipótese Art-S de relativização, que seria “o embrião da análise *raising* contemporânea”, de acordo com Kenedy (2002, p. 47). A estrutura dessa hipótese seria como (i) em que um sintagma determinante teria uma sentença (S) como seu constituinte e um artigo (Art) como seu núcleo.

(i)

```

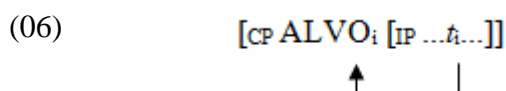
      D
     / \
    Art  S
  
```

muitos os estudiosos que têm apresentado suas hipóteses seguindo essa proposta de análise.

O ponto crucial da análise *raising* diz respeito ao fato de que se assume o antecedente como sendo gerado dentro da relativa e não o contrário, ou seja, como a relativa sendo considerada como adjunto do antecedente. Portanto, nessa nova análise a relativa é vista como sendo um CP complemento de um D e não como adjunto do NP, como era vista na análise tradicional. Com isso, é possível verificar que a análise *raising* acaba se “encaixando” naturalmente na proposta feita por Kayne.

A partir disso, novos estudos foram sendo realizados e, apesar de no mínimo contraintuitiva a seleção de CP feita por D, diversas evidências foram sendo apresentadas para sustentar a ideia de que há uma complementação no processo de relativização, como podemos ver em autores como Kayne (1994), Bianchi (2000; 2002), De Vries (2002) e Aoun & Li (2001). Antes de apresentar esses argumentos, vamos primeiramente observar o que é proposto nessa análise que apresenta as ideias de Vergnaud (1974), Kayne (1994) e Bianchi (1999).

A análise *raising* (ou análise de alçamento) assume, então, como retomado por Kenedy (2002, p. 39), que “o alvo da relativização é um constituinte da cláusula relativa (CP), alçado de sua posição de base, no domínio do IP, para a cabeça da relativa, isto é, para spec-CP”.



Portanto, o sintagma relativizado, ou seja, o alvo da relativização, que está interno à relativa, seria alçado de dentro de IP para a posição de especificador de CP, sendo que essa estrutura, a saber, o CP, apareceria como complemento de D.

Essa hipótese de análise da relativização sustenta a ideia de que há aí uma estrutura de complementação (e não uma estrutura secundária – de adjunção – tendo em vista a análise tradicional) e pretende ser mais simples, deixando de lado algumas operações computacionais, além da “regra de predicação e operadores nulos, diversas vezes apontados como obscuros e problemáticos para a teoria sintática (cf. Jaeggli, 1981; Authier, 1989; Lasnik & Stowell, 1989; Contreras, 1993)” (Kenedy, 2005, p. 10).

2.2.1 Evidências para a análise *raising*

Valer (2008) e Kenedy (2002) fazem uma exposição das evidências a favor de uma análise de *raising* apresentadas por Kayne (1994), Bianchi (2000; 2002), De Vries (2002) e Aoun & Li (2001), sendo que esses argumentos defendem, portanto, a hipótese de que o sintagma nominal antecedente nasce em IP, na relativa, e que o CP relativo não está em adjunção. Esses argumentos seriam: (i) teoria de ligação, (ii) expressões idiomáticas quando relativizadas, (iii) ocorrência de possessivos pós-nominais (do inglês) relacionados à oração relativa, (iv) quantificadores flutuantes, (v) relativização de constituintes coordenados⁵³.

A primeira evidência diz respeito à teoria de ligação (ou de vinculação) a qual prevê pelo princípio A que quando há uma anáfora ela deve estar vinculada em um certo domínio de vinculação. No entanto, em algumas sentenças, isso não ocorre e a análise tradicional não dá conta de explicar tal fenômeno, pois de acordo com essa hipótese, uma estrutura gramatical como (07) seria considerada agramatical.

- (07) [DP [D O [CP [DP retrato de si mesmo]_i [CP que [IP João_i pintou *ec_i*] é encantador]]]].

Assumindo que para a hipótese tradicional *retrato de si mesmo* foi gerado ali mesmo, tal estrutura seria prevista como agramatical porque *si mesmo* não está presente na mesma sentença que seu antecedente, ou seja, esse termo não está dentro do domínio de vinculação do seu antecedente, *João*. Já o modelo de alçamento dá conta dessa sentença ao considerar que o DP [retrato de si mesmo] foi gerado como argumento interno de *pintar*, portanto, dentro do domínio de vinculação de *João*, e depois movido para Spec CP.

Esse mesmo movimento, de IP para Spec CP, também pode ser comprovado ao relativizarmos o objeto de uma expressão idiomática (o qual faz parte da “estrutura fixa verbo-objeto”), como vemos em (08):

- (08) [DP A [CP [DP mãozinha]_i [CP que [IP ela me deu *t_i*]]]] resolveu o problema.

⁵³ As sentenças de (7) a (12) apresentadas aqui são de Valer (2008).

Quando temos uma expressão idiomática, temos uma “estrutura fixa verbo-objeto”. Em uma sentença como (08), vemos que o argumento interno de *dar* é *mãozinha* que foi movido para Spec CP.

Para dar suporte à ideia de que seria impossível um D selecionar outro DP e de que, portanto, ele apenas seleciona um CP, observam-se os possessivos pós-nominais do inglês, os quais comprovam essa ideia ao selecionarem apenas um CP, como dado pela agramaticalidade de (09) e pela gramaticalidade de (10), em que o DP é argumento interno do verbo *lent* (*to lend*).

(09) * I found the [two pictures of John’s].

(10) I found [_{DP} [_D the [_{CP} [_{DP} two pictures of John’s]_i [_{CP} that [_{IP} you lent *ec_i* me]]]]].

O quarto argumento está relacionado à ideia de que quando temos um quantificador flutuante, ele só pode selecionar um DP, desde que seu núcleo seja um D na posição mais alta da relativa, como vemos em (11) e em (12):

(11) Relacione para mim todos [_{DP} [_D os [_{CP} [_{DP} livros]_i [_{CP} que] [_{IP} precisas comprar *ec_i* para o semestre]]]]].

(12) * Relacione para mim [_{DP} [_D os [_{CP} [_{DP} livros]_i [_{CP} que] [_{IP} precisas comprar todos *ec_i* para o semestre]]]]].

Há ainda uma outra evidência para sustentar tal modelo, explicitada em Aoun & Li (2001, p. 6, *apud* Kenedy, 2002, p. 55), e que se refere à coordenação. Quando temos estruturas coordenadas, elas podem ser DPs, NPs e NPs modificados por adjetivos. Se sobre essas estruturas, ocorresse uma relativização, somente poderiam ser coordenados DPs. Tal observação nos leva a crer que a base das relativas estaria na seleção feita por D de CP. Em (13), temos um exemplo de coordenação de DPs. Em (14) e (15) temos a coordenação de NPs (14) e de NPs modificados por adjetivos (15). Já em (16) e (17) temos estruturas agramaticais, nas quais há estruturas relativas em que NPs estão sendo coordenados e em (18) temos uma sentença gramatical, já que a coordenação se deu com DPs⁵⁴.

⁵⁴ Os exemplos apresentados aqui em (13) a (18) são baseados em Kenedy (2002).

- (13) Maria é [uma cantora] e [uma poetisa] inspirada.
- (14) Maria é uma [cantora] e [poetisa] excelente.
- (15) Maria é uma [bela cantora] e [brilhante poetisa].
- (16) * Maria é uma cantora que sabe se expressar e poetisa que busca a perfeição.
- (17) * Maria é uma bela cantora que sabe se expressar e brilhante poetisa que busca a perfeição.
- (18) Maria é uma cantora que sabe se expressar e uma poetisa que busca a perfeição.

De acordo com Kenedy (2002, p. 55), a agramaticalidade de (16) e a gramaticalidade de (18) sugerem que D seleciona um CP, “já que a cláusula relativa parece estar estruturalmente associada ao determinante”. Além disso, esse autor apresenta outro argumento de Aoun & Li a favor dessa seleção de D que diz respeito ao licenciamento do artigo definido *the*, afirmando que o nome não poderia aparecer como definido⁵⁵.

- (19) The men_i that there were *t_i* in the garden were all diplomats.

O *there were* presente na sentença não admite um nominal definido e, portanto, o *the* não toma apenas o nome *men* como complemento, mas sim toda a sentença, ou seja, o CP. Por conta disso, Kenedy (2002), assumindo Aoun & Li (2001) e Bianchi (1999; 2000), afirma que o D não poderia ser irmão de NP e, por isso, na estrutura apresentada por eles, teríamos um D externo que precisaria ser licenciado, enquanto o NP teria um D nulo, como veremos mais adiante. Como evidência para isso, aponta-se um segundo fato presente no inglês que, quando o uso de *the* é proibido pela gramática dessa língua, ao se colocar uma relativa, essa estrutura passa a ser gramatical, como podemos ver em (20).

- (20) a. * They made **the** fun of me;

⁵⁵ Os exemplos (19) e (20) são de Kenedy (2002, pp. 56 e 57).

b. **The** fun that they made of me;

c. * **The** Paris is beautiful;

d. **The** Paris that I know is beautiful.

Em (20a) e (20c), temos a presença de um *the* que não é permitido pela gramática do inglês, no entanto, ao colocarmos uma relativa na sentença anteriormente não permitida, passamos a ter uma sentença gramatical, como em (20b) e (20d). Assim, haveria o licenciamento do D externo apenas em uma configuração com relativas.

A partir dessas evidências e da consolidação dessa análise, muitos estudos sobre relativas começaram a surgir baseadas em *raising* em diversas línguas, inclusive em português brasileiro (PB). Veremos dois desses estudos sobre o PB: a relativização sob a ótica de Kenedy (2002) e de Kato & Nunes (2009). Apesar de ambos serem baseados na análise *raising*, eles apresentam hipóteses diferentes para a relativização no PB. Além disso, ambos reformulam as estratégias de relativização apresentadas em Tarallo (1983) e Kato (1993).

2.2.2 Estratégias de relativização no PB

2.2.2.1 A proposta de Kenedy (2002)

Em sua dissertação, Kenedy (2002) busca apresentar as estratégias de relativização existentes em PB, tomando como base as ideias de Tarallo (1983) e assumindo a análise *raising*. Para isso, primeiramente, o autor apresenta as propriedades dessa análise, baseando-se em Kayne (1994), Borsley (1997), Suñer (1998), Bianchi (1999; 2000) e Aoun & Li (2001). A partir disso, ele apresenta que a derivação das relativas se daria como exposto abaixo:

- (21) derivação da estrutura [the man who Bill invited] (Kenedy, 2002, p. 62)

$N = \{the_1, man_1, who_1, Bill_1, invited_1\}$

(i) man +Merge who

[_{DP} who man]

(ii) DP +Merge invited

[_{VP} invited [_{DP} who man]]

(iii) VP +Merge Bill

[_{IP} Bill [_{VP} invited [_{DP} who man]]]

(iv) Copy DP com o traço [+ predication], Move DP para spec-CP para checar traço forte e Delete a cópia mais baixa desse DP

[_{CP} ~~STRONG-FEATURE~~ [_{DP} who man]_i [_{IP} Bill [_{VP} invited [_{DP} ~~who man~~]_i]]]

(v) CP +Merge the

[_{DP} the [_{CP} ~~SF~~ [_{DP} who man]_i [_{IP} Bill [_{VP} invited [_{DP} ~~who man~~]_i]]]]]

(vi) Copy NP, Move NP a spec-DP para licenciar o D externo à cláusula e Delete a cópia mais baixa de NP

[_{DP} the [_{CP} ~~SF~~ [_{DP} [_{NP} man]_j who ~~man~~]_i [_{IP} Bill [_{VP} invited [_{DP} ~~who man~~]_i]]]]]

Em (vi) dessa derivação, Kenedy afirma que é preciso haver o movimento de *man* para spec DP para licenciar o D externo. Essa afirmação se refere à evidência apresentada em (19) e (20) de que o D seleciona um CP e não deve aparecer como irmão de NP, já que certos nomes não apresentam esse D, o qual só aparece quando em sentenças com relativas, como vemos no paradigma apresentado em (20), em que “the

Paris” e “the fun” são considerados agramaticais quando usados em contextos sem uma relativa. A partir dessa evidência, o autor apresenta sua proposta colocando que o D sempre seleciona um CP. O que podemos prever com isso, então, é que todo “nome” não pode ser selecionado por um D, exceto quando em sentenças relativas. No entanto, vejamos o paradigma apresentado em (22).

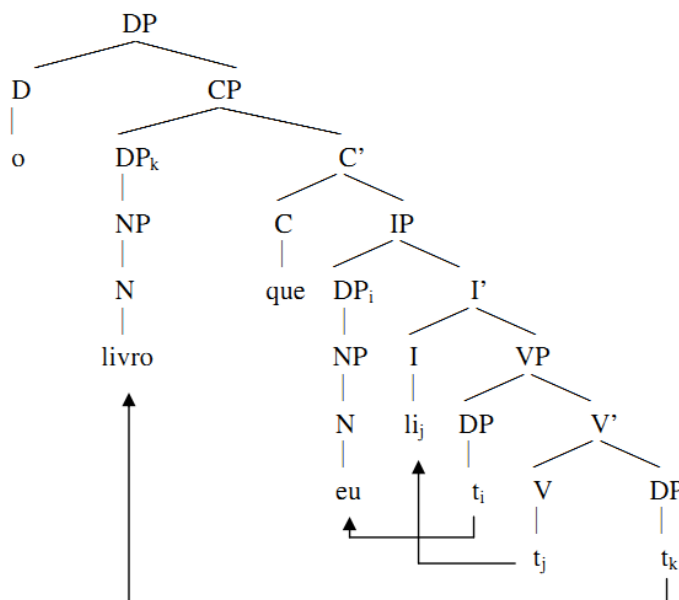
- (22) a'. A casa é um lugar bonito.
- a''. A casa que o João comprou é bonita.
- b'. O livro é interessante.
- b''. O livro que estou lendo é interessante.

Vejamos primeiramente as sentenças em (22a'') e (22b''). Como é previsto por Kenedy, tais estruturas são gramaticais em presença de relativa. Continuando a proposta dele, o determinante e o NP não podem formar constituinte, constituindo as sentenças agramaticais apresentadas no paradigma em (20). Seguindo essa ideia, poderíamos prever que sentenças como (22a') e em (22b') seriam agramaticais, o que não ocorre. Portanto, a ideia de que D e NP nunca formam constituinte e que o D, então, selecionaria um CP inteiro, não se segue. Inclusive, veremos em (23), um exemplo dado por ele em que temos “o livro”. Nessa estrutura ele coloca o D selecionando o CP todo, no entanto, pelo argumento apresentado em (22b), vemos que tal proposta não se segue. Além disso, as motivações apresentadas por ele aparecerem apenas numa configuração de relativa e não aparecem em outros lugares. Veremos, mais adiante neste capítulo, uma hipótese de análise que não precisa de tantas postulações e que busca unificar a análise das relativas.

Kenedy assume então a derivação em (21) e a estrutura [D CP] para as relativas e na sequência faz, então, uma reorganização da classificação das relativas em relação às propostas anteriormente feitas por Tarallo (1983) e Kato (1993), separando-as em relativas DPs, que podem ser padrão e resumptiva, e em relativas PP, que podem ser padrão, resumptiva e cortadora, como veremos a seguir.

Iniciemos com a relativização padrão DP em *que*, para o autor, primeiro o DP alvo com o traço $[+predicational]$ é alçado de IP para Spec CP e, em seguida, a cópia mais baixa do DP é apagada, como podemos observar em (23)⁵⁶:

(23) relativa padrão DP: [o livro_i que eu li ~~livro_i~~]



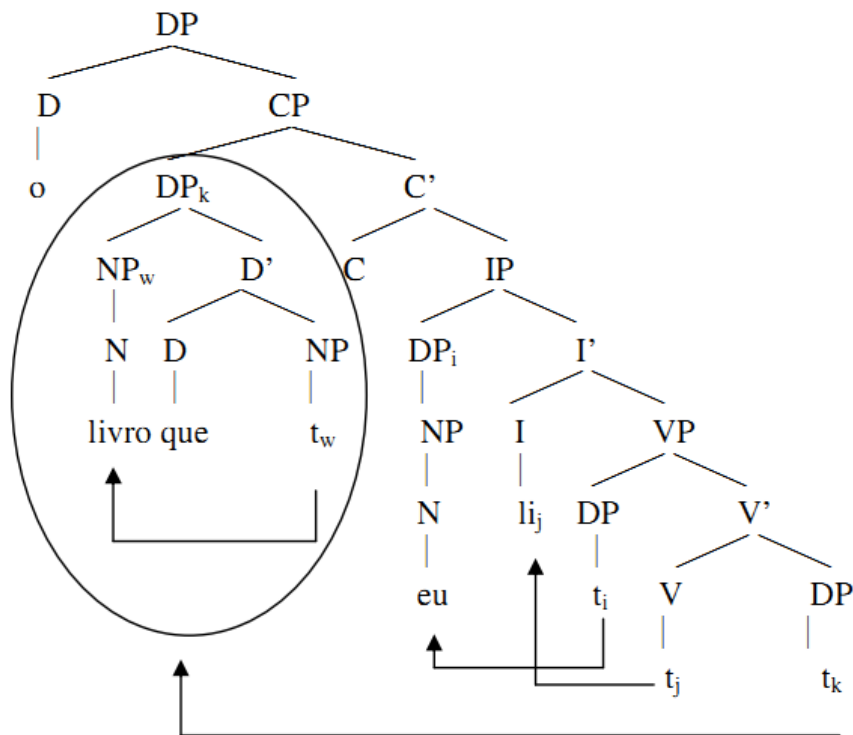
Neste tipo de relativa, o autor considera o *que* como sendo um complementizador e não um pronome relativo. De acordo com ele, quando o *que* é um complementizador, há na derivação apenas uma operação Move, e quando o consideramos um pronome relativo, temos dois alçamentos. Portanto, seria menos custoso para o sistema linguístico optar pelo *que* como um complementizador⁵⁷.

Apesar de assumir o *que* como complementizador, o autor apresenta hipóteses para um possível *que* relativo. Quando relativo, o *que* estaria em uma estrutura como (24):

⁵⁶ As estruturas apresentadas em (23), (24), (25), (26), (27) e (28) são de Kenedy (2002).

⁵⁷ Para maiores detalhes, ver Kenedy (2002).

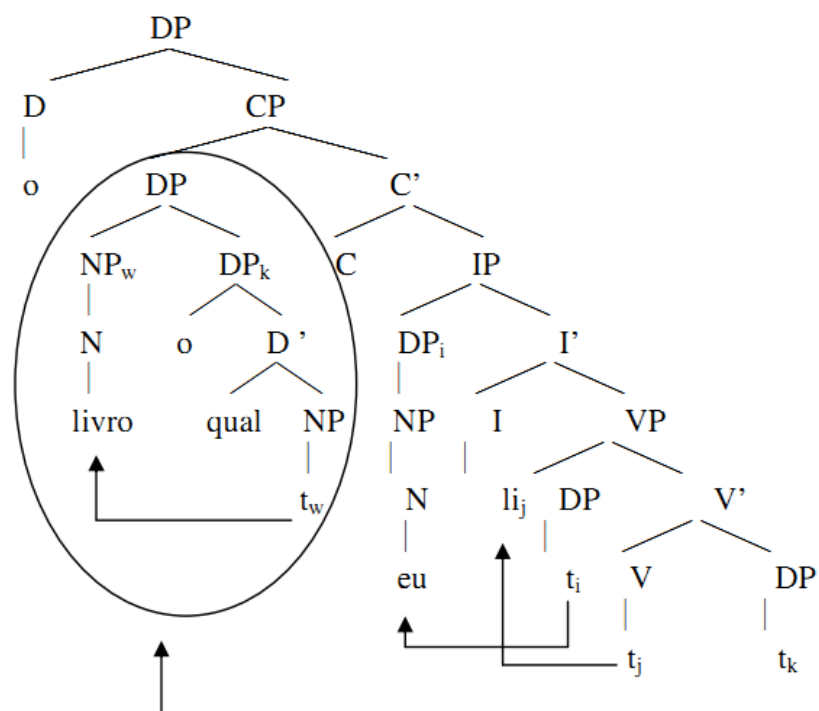
(24) relativa padrão DP: *que* como pronome relativo



Ressalto aqui, novamente, que o autor assume o *que* como sendo complementizador e não pronome relativo⁵⁸, pois afirma que ao assumir isso, há um custo menor para o sistema, já que para ser relativo, haveria mais operações. Já o *o qual*, para o autor, seria sem dúvidas um pronome relativo. Ele apresenta duas hipóteses de estrutura para sentenças com esse pronome e assume a que segue abaixo em (25), pois das duas hipóteses, essa seria a única compatível com Kayne (1994):

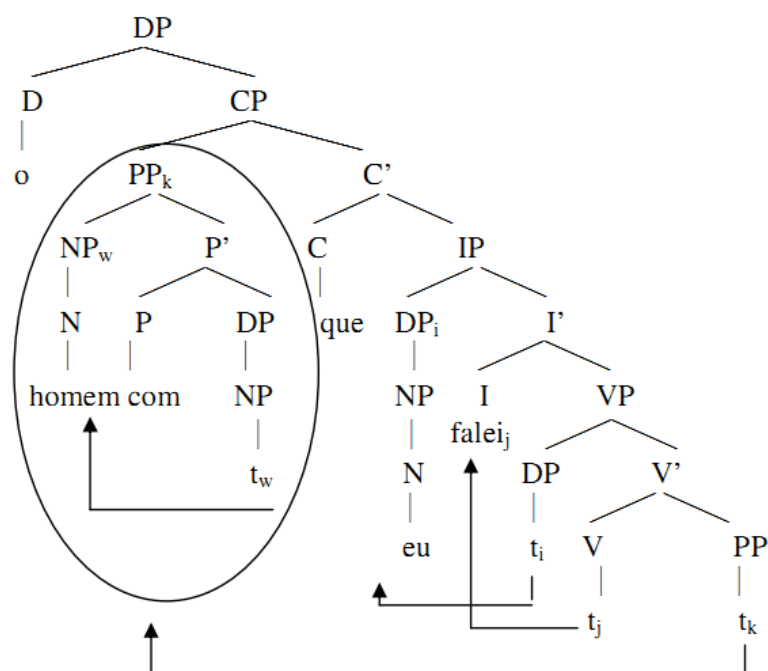
⁵⁸ Vale ressaltar que para Tarallo (1983), Kato (1993) e Kato & Nunes (2009) o *que* da relativa padrão é um pronome relativo. Quando Kato & Nunes (2009) tentam unificar a análise das relativas, tentam fazer usando apenas a ideia de pronome relativo. Kenedy (2002) diz que, por uma questão de uniformidade, dirá que o *que* é um complementizador, no entanto, precisa assumir os outros pronomes como relativos.

(25) relativa padrão DP: pronome relativo *o qual*



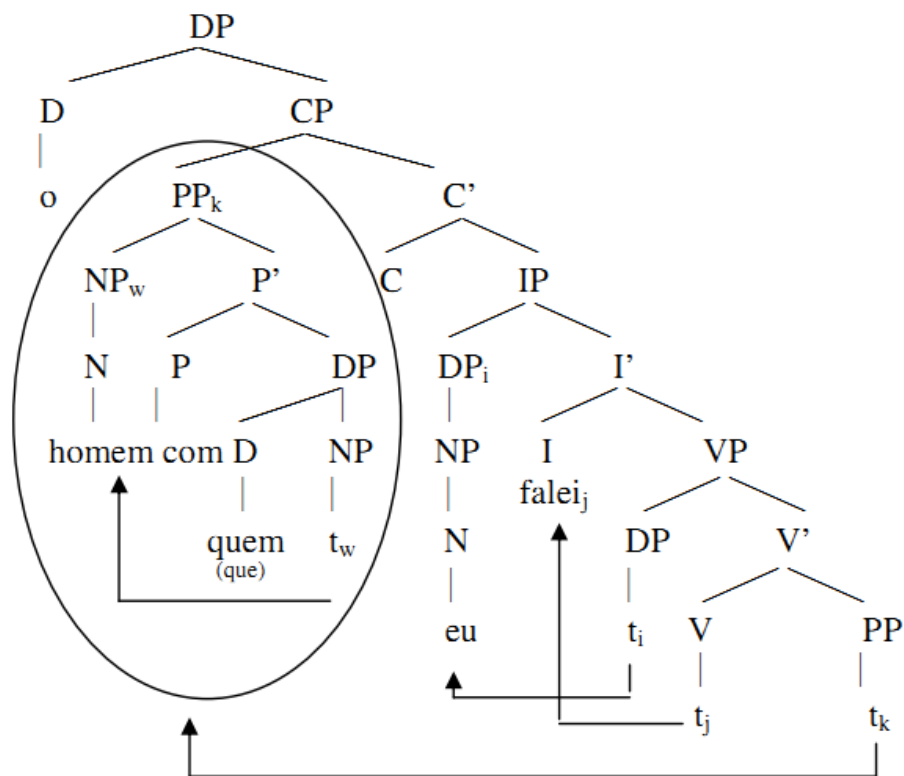
Já na relativa padrão PP, o PP é alçado para Spec CP e sua cópia apagada, e há o deslocamento do NP dominado pelo DP alvo para specPP e o apagamento de sua cópia mais baixa, como temos em (26):

- (26) relativa padrão PP: [o homem_j com que homem_{ji} eu falei com que homem_i]



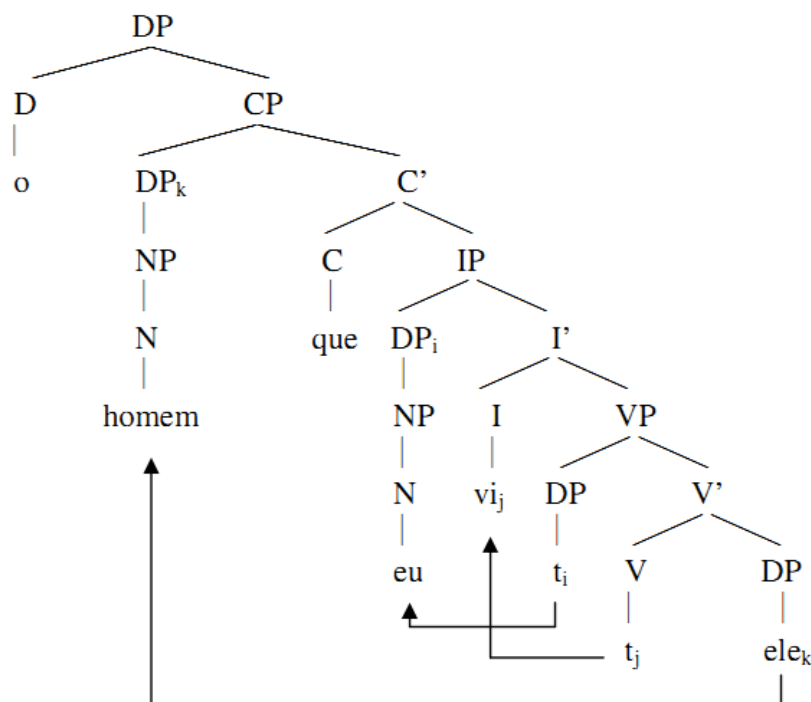
Neste caso, o autor também afirma, por uma questão de uniformidade descritiva, que estamos diante de um complementizador, já que, como ele afirma, o custo derivacional de um *que* complementizador ou relativo nessa estratégia de relativização é o mesmo: duas operações Move e duas Delete. Assumindo o *que* como relativo, a configuração seria como se tivesse um *quem*, que é relativo. Assim, a derivação seria como em (27):

- (27) derivação de relativa padrão PP: [o homem_j com quem ~~homem_{ji}~~
eu falei ~~com quem homem_i~~]



Ao mencionar a relativa resumptiva DP, como temos em (28), o autor afirma que ela também é derivada via movimento, o que é diferente do proposto por Tarallo (1983) e Kato (1993) que afirmavam não haver movimento nesse tipo de estratégia. Além disso, a derivação se daria da mesma forma que a relativa padrão DP, no entanto, a cópia seria parcialmente realizada no componente fonológico. Portanto, após o DP ser alçado pra Spec CP, sua cópia é parcialmente apagada, preservando os traços ϕ .

(28) relativa resumptiva DP: [o homem_i que eu vi ele_ihomem_i]



Já em relação às estratégias resumptiva PP e cortadora, o autor assume a hipótese de [P+D], apresentada em Salles (1997; 1999), mas sugere que esse seja um “conjunto de traços, os traços ϕ do DP alvo que são manifestados inseparavelmente em P e D” (p.138). Nessas duas estratégias também, o DP alvo (e apenas ele) é alçado para Spec CP, o que para o autor é uma confirmação de que o processo de relativização no PB se dá via alçamento do DP alvo. Em (29), temos uma relativa resumptiva PP, em que há uma preposição e uma cópia pronunciada do DP, enquanto em (30), temos a cortadora, em que a preposição é apagada e há uma lacuna na posição de onde o DP foi alçado.

(29) resumptiva PP: [a [CP moça_i que [IP eu falei [PP com [DP ela_i]]]]].

(30) cortadora: [a [CP moça_i que [IP eu falei [PP ~~com~~ [DP t_i]]]]].

A partir dessa exposição feita, podemos verificar que ao assumir as estruturas expostas em (23) a (28), o autor acaba por não ter o antecedente como constituinte. Vejamos (26), por exemplo: por não assumir uma estrutura de adjunção, o D mais alto *o* acaba não formando um constituinte com o NP *homem* que está dentro do DP mais alto. O fato de não formar esse constituinte é o que é previsto e assumido na hipótese que ele

faz. Além disso, em (28), o autor considera como se o resumptivo *ele* fosse anafórico apenas de *homem* e não de *o homem*. No entanto, ao assumir isso, como se explicaria a agramaticalidade de uma sentença como *eu vi homem*. Por conta dos problemas apresentados ao longo dessa seção, não assumiremos a proposta de Kenedy (2002).

2.2.2.2 A proposta de Kato & Nunes (2009)

Kato & Nunes (2009) também apresentam sua análise postulada no modelo de *raising*. Eles irão se basear em Kayne (1994) e Bianchi (1999), principalmente, e irão assumir ideias de Kato (1993), como a proposta de *Left Dislocation*. Com isso, os autores têm como objetivo uma proposta uniforme de descrição para os três tipos de relativas, no caso, a padrão (com *pied-piping*), a resumptiva com pronome manifesto e a cortadora-PP.

Para alcançar esse objetivo, os autores iniciam com as ideias de Kayne (1994) sobre a relativização, as quais retomam a análise *raising* apresentada por Vergnaud (1974).

Kayne (1994) propõe a existência de três tipos de relativas – *that-relatives*, *wh-relatives* e *wh-relatives with pied-piping* – que são exemplificadas, respectivamente, a seguir⁵⁹:

- (31) a. the picture that Bill saw
 o quadro que Bill viu
 ‘o quadro que Bill viu’
- b. the picture which Bill saw
 o quadro o qual Bill viu
 ‘o quadro que Bill viu’

⁵⁹ Exemplos e estruturas retirados de Kato & Nunes (2009, p. 94).

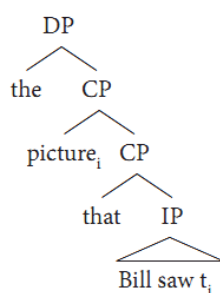
c. the hammer with which Bill broke it

o martelo com o qual Bill quebrou o

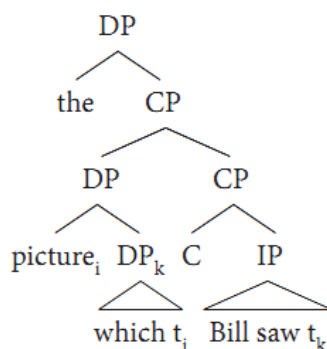
‘o martelo com que Bill o quebrou’⁶⁰

Cada uma dessas sentenças teria uma representação distinta, como vemos abaixo:

(32) a. relativas-that:

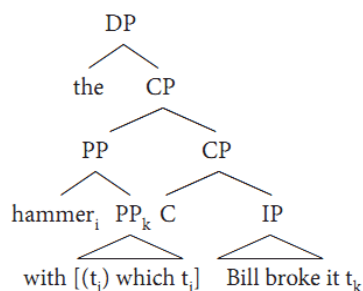


b. relativas-wh:



⁶⁰ No original não há na glosa o *o qual* como vemos em b e c. Coloquei o *o qual* aqui para ressaltar que *that* é um complementizador e que *which* é um pronome relativo. Como no português, ao traduzirmos, a sentença fica igual, achei mais conveniente apontar essa diferença entre essas estruturas. Portanto, em a, teríamos um complementizador, ou seja, C, e em b e c, teríamos um pronome relativo e, portanto, um D.

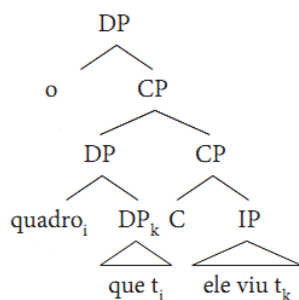
c. relativas-wh com *pied-piping*:



A representação da sentença (31a) é como a que está apresentada em (32a), na qual temos o NP *picture* adjungido ao CP que é complemento do determinante, *the*. Já para a sentença (31b) representada em (32b) temos o NP *picture* adjungido ao sintagma-Qu e esse DP todo aparece como adjunto de CP (e não apenas o NP, como na estrutura anterior). Em (31c), temos a presença de uma preposição. Essa sentença seria uma relativa-wh também só que com *pied-piping*, como vemos na representação em (32), na qual temos o NP relativizado *hammer* adjunto ao PP, que está adjungido ao CP, “provavelmente via *Spec, which*” (Kayne, 1994, p. 89, *apud* Kato & Nunes (2009, p. 95).

A partir dessa proposta de Kayne, os autores argumentam a favor de que as relativas do PB estariam mais proximamente relacionadas a uma representação como as das relativas-wh (32b e 32c) e passam a chamar o *que* de determinante relativo e não mais de complementizador. Sintaticamente, então, essas relativas apresentariam uma estrutura na qual o CP relativo teria como núcleo um C nulo, como vemos na representação abaixo:

(33) relativa para o PB



(40) Com quem o vendedor conversou?

A partir dessas evidências, os autores concluem que estamos frente a pronomes relativos e que todo o DP relativo seria adjunto de CP e o NP se move para a posição de adjunção do DP relativo que não tem especificador preenchido.

Além disso, os autores utilizam a proposta de Kato (1993), a qual propõe uma única forma de relativização, em que temos um pronome relativo sendo gerado na posição de LD, quando temos relativas não-padrão. Kato (1993) propõe essa posição de LD para as relativas, pois, de acordo com a autora, “se a relativização se dá a partir de LD e não da posição de objeto, de sujeito ou de adjunto, fica explicado por que temos pronomes dentro das relativas” (p. 227). Essa posição estaria como adjunto de IP e, por ser gerada na base, o pronome dentro dela poderia ser correferente com qualquer posição no interior da sentença, mesmo se for em posição dentro de ilhas. Inclusive, a autora afirma que haveria um *pro* em IP o qual recebe caso *default*. Assim, eles assumem que um DP nucleado por um determinante relativo pode ser gerado em LD.

Com essas análises, é proposto que as relativas seriam classificadas em padrão e não-padrão, como em Kato (1993), sendo que as não-padrão podem ou não apresentar os resumptivos manifestos, ou seja, podem apresentar ou um pronome relativo ou um *pro* (resumptivo nulo) e que as relativas do PB teriam as seguintes estruturas:

(41) Relativas padrão:

- a. [aquela [_{CP} [_{DP} pessoa_i [_{DP} que t_i]]]_k [_{CP} C [_{IP} t_k comprou o livro]]]]
- b. [o [_{CP} [_{DP} livro_i [_{DP} que t_i]]]_k [_{CP} C [_{IP} aquela pessoa comprou t_k]]]]
- c. [o [_{CP} [_{PP} livro_i [_{PP} de [_{DP} t_i [_{DP} que t_i]]]]]_k [_{CP} C [_{IP} você precisa t_k]]]]

(42) Relativas não-padrão com resumptivo manifesto:

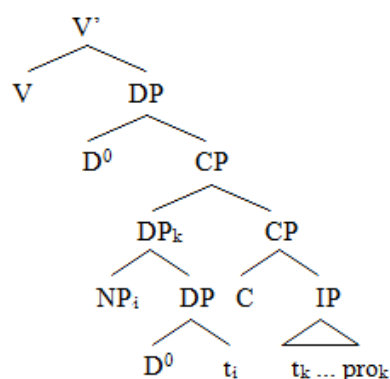
- a. Eu tenho [uma [_{CP} [_{DP} amiga_i [_{DP} que t_i]]]_k [_{CP} C [_{LD} t_k [_{IP} ela_i é muito engraçada]]]]]]
- b. Este é [o [_{CP} [_{DP} livro_i [_{DP} que t_i]]]_k [_{CP} C [_{LD} t_k [_{IP} o João sempre cita ele_k]]]]]]
- c. Este é [o [_{CP} [_{DP} livro_i [_{DP} que t_i]]]_k [_{CP} C [_{LD} t_k [_{IP} você vai precisar dele_k amanhã]]]]]]

(43) Relativas não-padrão com resumptivo nulo:

- a. Este é [o [_{CP} [_{DP} livro_i [_{DP} que t_i]]]_k [_{CP} C [_{LD} t_k [_{IP} eu entrevistei a pessoa que escreveu *pro*_k]]]]]]
- b. Este é [o [_{CP} [_{DP} livro_i [_{DP} que t_i]]]_k [_{CP} C [_{LD} t_k [_{IP} você estava precisando *pro*_k]]]]]]

A grande vantagem dessa análise está relacionada à ideia de categorias e segmento de categorias⁶². Essa distinção foi introduzida por May (1985) e Chomsky (1986), e aparece em Kayne⁶³ (1994). Esse autor aponta que quando temos adjunção, estamos à frente de uma categoria de mais de um segmento, de tal modo que um constituinte adjunto é irmão⁶⁴ de um segmento daquela categoria de mais de um segmento⁶⁵ e filho de outro segmento daquela mesma categoria de mais de um segmento. Vejamos a representação em (44):

(44)



Sobre (44), seguindo a proposta de Kayne (1994), podemos afirmar que temos o DP e o CP mais baixos como sendo categorias de mais de um segmento, no caso, eles seriam categorias de dois segmentos. Os outros elementos seriam categorias de apenas um segmento, que é a forma de categoria mais “comum”.

⁶² Pullum (1989) faz uma crítica a essa proposta de categorias e segmentos de categorias dizendo que não haveria formalismo nessa proposta. Em 1990, Chomsky responde a essa crítica demonstrando que esse formalismo existe. Para maiores detalhes, ver Pullum (1989) e Chomsky (1990).

⁶³ Kayne demonstra que uma consequência do LCA (*axioma de correspondência linear*) é que categorias podem ter no máximo dois segmentos e não mais que isso. Além disso, para a proposta feita pelo autor, todo especificador é considerado um adjunto.

⁶⁴ Irmão aqui está sendo tomado como conceito técnico: dois constituintes são irmãos se e somente se eles se c-comandam mutuamente.

⁶⁵ Podem ser dois, três, quatro segmentos, enfim, o número de segmentos será o mesmo número de adjunções existentes.

Quando estamos observando categorias de um ou mais segmentos, temos que pensar nas relações que elas mantêm com as outras categorias atentando para os detalhes da definição de dominância e de c-comando.

Para observarmos a primeira relação, temos como definição de dominância que:

- (45) α is dominated by β only if it is dominated by every segment of β ⁶⁶.

Portanto, uma categoria qualquer, tenha ela um segmento ou mais de um segmento, domina um outro constituinte qualquer somente quando todos os segmentos dessa categoria dominam esse outro constituinte. Assim, se temos uma categoria de um segmento, apenas esse segmento precisará dominar o constituinte que estamos observando, e se tivermos uma categoria com dois segmentos, os dois precisam dominar o constituinte para que se possa afirmar que essa categoria domina a outra.

Já em relação ao c-comando, Kayne irá assumi-lo da forma que está apresentado em (46) que é a baseada na definição que temos em Chomsky (1986)⁶⁷.

- (46) X c-comanda Y sse X e Y são categorias e X exclui⁶⁸ Y e toda categoria que domina X também domina Y.

Levando em consideração esses conceitos apresentados e a representação em (44), é possível, então, observar certas relações entre esses sintagmas.

Pensando na relação de dominância, bastante importante para a presente descrição, podemos dizer que V' domina todos os elementos abaixo dele, assim como o DP mais alto também domina. No entanto, CP domina apenas o C, o IP e o que estiver abaixo deles; o DP mais baixo domina apenas D⁰ mais baixo e o vestígio do NP movido. Essas relações são bastante triviais. O que merece destaque aqui é a questão de o NP não ser dominado pelo DP mais baixo, mas sim pelo DP mais alto. Tendo isso posto, podemos observar também a relação de c-comando existente entre essas categorias, já que o D mais alto c-comanda o NP, o que é trivial, e o NP c-comanda esse D mais alto,

⁶⁶ Chomsky (1986, p. 7) - α é dominado por β somente se ele for dominado por cada segmento de β . (Tradução minha).

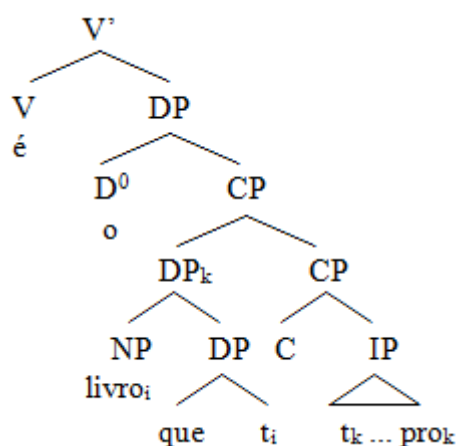
⁶⁷ Para Chomsky (1986, p. 8):

(i) α c-commands β iff α does not dominate β and every γ that dominates α dominates β .

⁶⁸ X exclui Y se nenhum segmento de X domina Y.

portanto, temos nesse caso uma c-comando mútuo e portanto uma relação de irmandade. Com isso, temos elementos que estão mais embaixo como sendo irmãos de elementos mais em cima, pois um c-comanda o outro. Vejamos a estrutura abaixo, em (47), que obtemos a partir da relativização em (43) para que possamos entender melhor as relações descritas acima.

(47)



Vemos, então, que o NP *livro* aparece em adjunção ao DP cujo núcleo é *que*. Esse NP não é dominado nem pelo DP nucleado por *que*, nem pelo CP, já que eles são categorias de dois segmentos e não são todos os segmentos dessas categorias que dominam o NP. Portanto, a menor categoria que domina o NP *livro* é o DP projetado pelo D mais alto, o que faz com que esse D seja irmão do NP, pois temos aqui um c-comando mútuo e, assim, é como se existisse o constituinte *o livro*, sendo que ele se comporta como complemento do V. Assim, se compararmos com a proposta de Kenedy (2002), exposta na seção 2.2.2.1, que precisa postular várias coisas para as relativas, vemos que aqui as relações se seguem naturalmente. Portanto, numa proposta como essa, de Kato & Nunes (2009), a relativização ocorreria com um custo teórico menor do que as outras propostas de relativização apresentadas anteriormente nesta dissertação.

Além disso, poderíamos dizer que o NP *livro* irá c-comandar assimetricamente o CP, bem como tudo que está dentro dele, independentemente do número de encaixamentos que existam ali. Esse c-comando possível de um adjunto de outro adjunto é conhecido na literatura como super c-comando. Tal conceito foi apresentado

por May (1985)⁶⁹ e bastante utilizado por Kayne (1994)⁷⁰. Ele aparece também em Barrie (2006) que faz uma apresentação interessante desse termo retomando Kayne (1994).

O super c-comando não tem um estatuto teórico, ele é um rótulo descritivo apenas, e, por assim dizer, um epifenômeno, uma instância de c-comando. É o nome que se dá para as relações de c-comando que se obtém quando temos certas estruturas de adjunção. Se tivermos, por exemplo, um X e um irmão de X, no caso Y. Dentro de Y podemos ter vários encaixamentos e um elemento que esteja profundamente encaixado dentro de Y pode c-comandar X.

É essa ideia de super c-comando que nos permite afirmar que o NP_i é irmão de D⁰ mais alto em uma estrutura como (47). Portanto, o NP super c-comanda o D⁰ mais alto. Junto com isso temos o D mais alto que c-comanda o NP de modo trivial e, assim, temos c-comando mútuo e portanto irmandade.

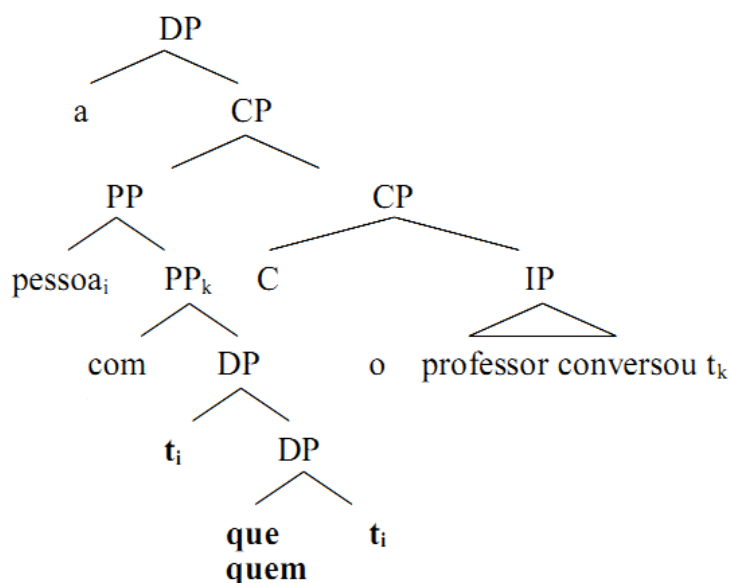
Quando temos relativas em estruturas como as apresentadas e utilizamos a ideia de super c-comando, podemos ter, como dito anteriormente, o D mais alto e o NP formando um constituinte que é complemento de V (ou de P, ou como sujeito ou como adjunto), apesar de o NP estar encaixado dentro de CP.

Para as relativas NN com *pied-piping*, essas relações também valem e os autores apresentam a seguinte proposta de estrutura para elas:

⁶⁹ O autor usava essa ideia para movimento de quantificadores e de movimento de expressão-wh em forma lógica. Para ele, quando temos múltiplos wh, ao mover a expressão-wh, ela se adjunge a primeira expressão wh movida. Ele ainda discute como se dá o escopo, partindo da premissa de que o escopo semântico se dá por relação de c-comando. Para maiores detalhes, ver May (1985).

⁷⁰ Autores que seguem a proposta de Kayne (1994), como, por exemplo, Barrie (2006), também fazem uso desse conceito. Barrie (2006), inclusive, utiliza esse conceito, por exemplo, para explicar sobre o comportamento dos princípios A, B e C em possessivos e quantificadores.

(48) A pessoa com que/quem o professor conversou⁷¹.



Nessa estrutura temos o DP mais alto como argumento externo de fugir e dentro desse DP, temos uma preposição *com* que faz parte da regência do verbo *conversar* que aparece em IP. Quando o PP se move todo, por isso, *pied-piping*; ele não se move deixando a preposição que seria o caso quando se tem *preposition stranding*, que não ocorre em português, como vimos na nota 47.

Devemos mencionar, também, que quando há a preposição, podemos ter o sintagma-Q *quem* também na relativa NN. Comumente, esse sintagma-Q, quando em relativas NN, aparece com a preposição que faz parte da regência do verbo. O *quem* também pode aparecer encabeçando uma RL, a qual é complemento de preposição, como veremos na seção 4 deste capítulo.

3 Análise das relativas livres

Como vimos no capítulo 1, as relativas livres são sentenças relativas que não possuem e, portanto, não modificam, um sintagma nominal explícito. Elas não aparecem em posição de adjunto adnominal, como é o caso das relativas NN, mas sim aparecem em diferentes posições sintáticas, como a de adjunto, de complemento e de predicativo. Elas são encabeçadas por pronomes como o *quem*, *quando*, *o que*, *como*,

⁷¹ Estamos representando aqui uma parte da sentença “[A pessoa com que/quem o professor conversou] fugiu”. Essa sentença em destaque seria o argumento externo do verbo fugir.

quanto, *onde*, que são chamados por Marchesan (2008) de especiais, pois aparentam incorporar o sintagma nominal implícito.

Os estudos acerca dessas relativas livres se voltam principalmente às seguintes questões: (i) a questão do núcleo nominal/antecedente nessas sentenças; (ii) como são gerados os pronomes; (iii) a questão de haver ou não movimento.

Veremos, a seguir, como diferentes autores tratam essas questões referentes às relativas livres.


3.1 A teoria linguística sobre as relativas livres

Nesta seção, veremos como as diferentes propostas de estrutura formal para as RLs tem sido apresentadas na teoria linguística. Além disso, observaremos como as RLs são tratadas por Bresnan & Grimshaw (1978), Groos & Van Riemsdijk (1981), Mória (1992, 2001), Medeiros Junior (2005), Marchesan (2008) e Kato & Nunes (2009).

3.1.1 A hipótese de Bresnan & Grimshaw (1978)

Bresnan & Grimshaw (1978) assumem que o sintagma-Q é gerada na base como núcleo da sentença, ou seja, na posição do sintagma nominal e que na sentença mais baixa, haveria um *gap* necessário.

(49)

I'll buy [NP [NP what [_s you are selling [*pro*]]]]


A representação estrutural de uma relativa livre para elas seria como a apresentada em (49)⁷², em que temos a relativa em posição de adjunto (como proposto pela análise tradicional) e o sintagma-Q *what* gerada na posição do sintagma nominal encabeçando a relativa livre. Seguindo Chomsky (1977), as autoras assumem, então, que não há movimento nas relativas livres – o movimento estaria presente apenas nas interrogativas. Para explicar o *pro*, as autoras criam a regra chamada de *Controlled Pro Deletion* que permite que o *pro* seja referente à sintagma-Q.

As relativas livres podem ter estruturas não só com NPs, mas também com APs, AdvPs e com locativos e temporais, sendo que todas as sintagmas-Q presentes nessas

⁷² Sentenças apresentadas em Bresnan & Grimshaw, 1978, p. 331.

estruturas podem ou não vir acompanhadas de *–ever*. A representação delas seria como abaixo:

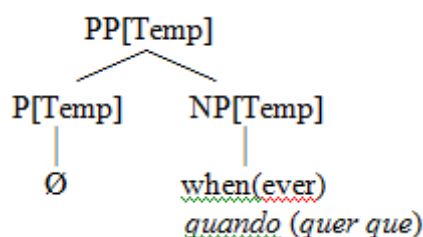
(50) John will be [_{AP} [_{AP} however tall] his father was].

(51) I'll word my letter [_{AdvP} [_{AdvP} however] you word yours].

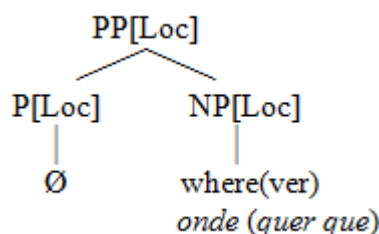
(52) I'll put my books [_{XP} [_{XP} wherever] you put yours].

Sobre as sintagmas-Q presentes nos locativos e temporais, afirma-se que têm as propriedades seletivas tanto de NPs quanto de PPs. Quando PPs, as estruturas adotadas seriam:

(53)



(54)



Portanto, sentenças encabeçadas pelo *quando* seriam representadas como (53) e as sentenças encabeçadas pelo *onde* como (54). Essas estruturas retomam a ideia de que o *quando* e o *onde* são pronomes especiais que trazem o sintagma nominal implícito, bem como retomam a hipótese de que o *quando* seria parafraseado por *no momento que* e o *onde* por *no local que*, ambos, portanto, com uma preposição inserida⁷³.

⁷³ Essa ideia da presença de uma preposição é apresentada por outros autores ainda como veremos adiante neste capítulo.

Para assumir tais estruturas e a hipótese de que o sintagma-Q é gerada na base como núcleo, as autoras se baseiam na ideia do requerimento de compatibilidade (*matching requirement*) como apresentado no capítulo 2 e apresentam ainda outros argumentos a favor dessa “hipótese de base” (como dado pelas autoras e pelo qual essa proposta ficou conhecida).

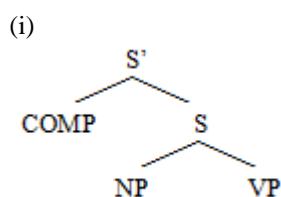
Por conta de alguns problemas, essa proposta de estudo foi deixada de lado. Um desses problemas estaria relacionado ao fato de se ter o requerimento de compatibilidade acontecendo em Comp em algumas línguas. Por conta disso, uma nova hipótese apareceu.

3.1.2 A hipótese de Groos & Van Riemsdijk (1981)

Em 1981, Groos & Van Riemsdijk (*apud* Marchesan, 2008; Medeiros Junior, 2005, 2009; Hirschbühler & Rivero, 1983) propuseram que as relativas livres estariam em posição de adjunto, como na hipótese de base. No entanto, haveria aqui movimento do sintagma-Q da posição de complemento para a posição de Comp⁷⁴, motivado pela presença de traços ϕ não interpretáveis em Comp. Algo semelhante também ocorre nas interrogativas, havendo apenas diferenças nos traços de Comp – [+interrogativo] para as interrogativas e [+relativo] para as relativas. Portanto, a posição assumida é que as relativas livres seriam um CP comum, como assumido também por Rooryck (1994).

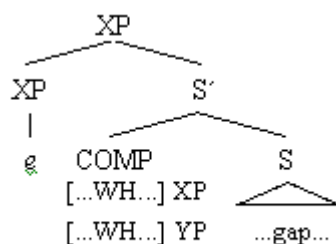
Tal hipótese ficou conhecida como hipótese de Comp e sugeria duas possibilidades de estruturas. A primeira delas, como vemos em (54), apresentava o sintagma-Q em Comp e o antecedente como sendo nulo, o que explicaria a impossibilidade de extração de termos da sentença (ilha-Q). A segunda estrutura, exposta em (55)⁷⁵, teria o sintagma-Q na posição de “núcleo do sintagma antecedente do C” (Medeiros Junior, 2005, p. 42).

⁷⁴ É interessante mencionar que na década de 80 encontramos COMP como sendo o “nome” da posição em que ele está, sendo que essa posição tem traços próprios e se apresenta como em (i):

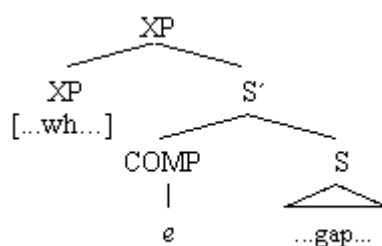


⁷⁵ As sentenças (54) e (55) foram retiradas de Hirschbühler & Rivero, 1983, p. 505 e as estruturas arbóreas foram retiradas de Medeiros Junior, 2009, p. 5.

- (55) I know [NP [NP *e*] [S' [Comp [what] [S you know]]]].



- (56) I know [NP [NP *what*] [S' [Comp [*e*] [S you know]]]].



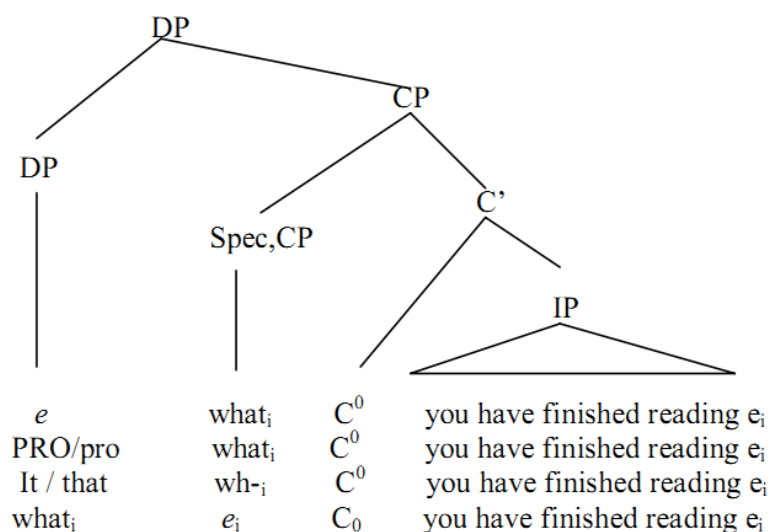
Para explicar o requerimento de conformidade categorial exposto em Bresnan & Grimshaw, os autores dizem que “o Comp de uma relativa livre é sintaticamente acessível às regras de subcategorização e de marcação de caso da matriz, e é o sintagma-wh em Comp, não o núcleo vazio, que é relevante para a satisfação ou não satisfação dos requerimentos da matriz⁷⁶”.

Tal hipótese também foi abandonada por conta de o sintagma-Q receber papel temático duas vezes na teoria GB.

Já em 2000, Riemsdijk (*apud* Medeiros Junior, 2005, p. 44) propôs que haveria diferentes possibilidades estruturais de uma língua para outra, como vemos a seguir:

⁷⁶ Tradução minha.

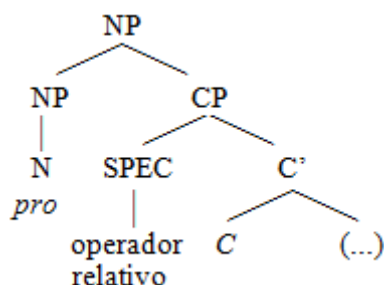
- (57) You must return to the library what you have finished reading.



3.1.3 As propostas de Mória (1992) e de Mória (2001)

Seguindo essas duas propostas, a de Bresnan & Grimshaw e a de Groos & Van Riemsdijk, de estrutura formal para as relativas livres do inglês, Mória (1992) apresenta como poderia ser em português europeu (PE). Para o autor, nas relativas livres do PE teríamos um antecedente nulo (*pro*) e um operador relativo em Spec CP. Haveria uma fusão do antecedente nulo (*pro*) com o sintagma-Q (ou morfema-Q, como ele chama) que possui traços ϕ inerentes e esses traços ϕ seriam “atribuídos a *pro*, em contextos de subcategorização, por ligação com o morfema-Q no interior da relativa” livre (p. 54). A representação sintática dessa proposta seria algo como (58):

- (58) Estrutura de uma relativa livre para Mória (1992)



Ao tratar das relativas livres adverbiais e, portanto, aquelas encabeçadas pelos morfemas relativos, como ele chama, *quando*, *onde* e *como*, o autor afirma haver uma fusão do operador relativo com uma preposição (p.155). Tal estrutura aparece em (59):

(59) Estrutura de uma relativa livre adverbial para Mória (1992)

[SN *pro* [CP [Spec CP=VP [P] op. rel.]...]]

Em 2001, Mória, motivado pela inexistência de uma uniformidade na classificação das sentenças pela gramática tradicional em subordinadas adverbiais ou relativas, busca, nesse artigo, utilizando argumentos sintático-semânticos, defender sua ideia de que estamos perante orações relativas (adjetivas). Ele salienta que tal classificação vale apenas para sentenças que podem ter o *quando* parafraseado por *(n)a altura em que*.

O autor inicia, então, demonstrando que em línguas como o inglês, o italiano e o castelhano é possível encontrar em suas gramáticas o *quando* e o *onde* sendo categorizados como pronomes (advérbios) relativos. Portanto, seria possível termos o mesmo fenômeno ocorrendo no português.

Em seguida, Mória apresenta cinco propriedades das relativas que são também compartilhadas pelo *quando* (e o *como*):

- i. ocorrência destes sintagmas em posição nominal argumental (como é característico das orações relativas sem antecedente expreso);
- ii. a ocorrência desses sintagmas com um antecedente expreso (tanto em estruturas restritivas como em explicativas);
- iii. ocorrência de *quando* como morfema pró-SN;
- iv. possível ligação de *como* e *quando* a posições argumentais;
- v. possível ligação de *como* e *quando* a posições no interior de frases encaixadas (instanciando um movimento relativo longo).

Ao defender (i), ele demonstra que ao termos o *quando* nessa posição, evidencia-se a impossibilidade de termos um *quando* apenas adverbial. Com o argumento (ii), apesar de ser encontrada apenas em sentenças mais marginais, o *quando* também é encontrado com antecedente expreso, geralmente em contextos preposicionados, o que aponta para o funcionamento do *quando* como um pró-SN (iii). Ao verificar tal possibilidade, o autor afirma que seria impossível classificar o *quando* como “mero advérbio relativo, na medida em que essa designação não reflecte seu

comportamento duplo”, ou seja, sua possibilidade de ser pró-SP⁷⁷ (advérbio relativo) – ocorrendo em posições não-argumentais - e pró-SN⁷⁸ (pronomes relativos) – ocorrendo em posições argumentais (iv). Quando em posições não-argumentais, ele pode exibir movimento curto e longo – o que não permitiria classificá-lo apenas como adverbial. Além desses argumentos, o autor ainda acrescenta o fato de os pronomes (advérbios) relativos terem homônimos interrogativos.

Para concluir, o autor ressalta que pode haver propriedades que condizem apenas ao *quando* e ao *como*, mas que elas não seriam contraditórias à defesa feita por ele de que esses dois termos são pronomes (advérbios) relativos.

3.1.4 As propostas por análise *raising*

A partir de 1994, com as ideias de Kayne, principalmente a de que uma relativa seria um CP que complementa um D, uma proposta de análise que havia surgido em meados da década de 70 se consolidou e ficou conhecida como análise *raising* ou modelo de alçamento. Bianchi (1999) seguiu os mesmos passos dessa análise, assim como Caponigro (2002) e Citko (2004), para as relativas do inglês, e Medeiros Junior (2005) e Marchesan (2008), para as relativas do português.

3.1.4.1 Caponigro (2002), Medeiros Junior (2005) e Marchesan (2008)

Caponigro (2002) assume as relativas livres como tendo uma distribuição semelhante da que ocorre com DPs, já que é possível substituí-las por *tal*, como vemos no exemplo a seguir retirado de Caponigro⁷⁹ (2002, p. 1).

(60) a. I appreciate [_{FR} what you did for me].

b. I appreciate [_{DP} your help].

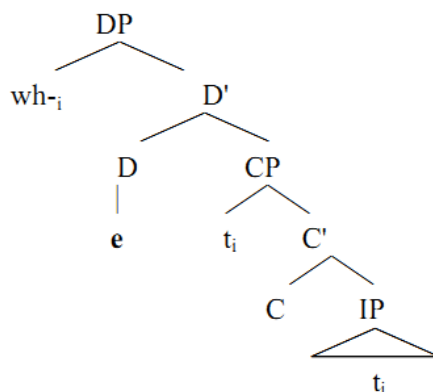
⁷⁷ Com “pró-SP”, Mória quer dizer pró-forma de um sintagma preposicionado.

⁷⁸ Com “pró-SN”, o autor se refere a uma pró-forma de um sintagma nominal.

⁷⁹ É importante mencionar os tipos de relativa que entram na análise de Caponigro (2000, p. 1): “This definition excludes FRs that are introduced by -ever wh- elements like whoever, whatever, etc. (cf. Tredinnick 1993), FRs that occur in dislocated positions (cf. Groos and van Riemsdijk 1981 for right-dislocated FRs in German and Dutch, and Suñer 1984 and Hirschbühler and Rivero 1983 for topicalized FRs in Spanish and Catalan), FRs that behave like free clausal adjuncts (cf. Izvorski 2000a), and FRs that are tenseless (cf. Grosu 1994, Izvorski 2000b). All these FRs show relevant syntactic and semantic differences with the FRs I am considering here.”

Caponigro (2002), após diferenciar as relativas livres das relativas NN e das interrogativas, propõe que tanto relativas livres quanto interrogativas seriam *wh*-CPs (CPs-Q), no entanto, apenas as relativas livres seriam DPs com D encoberto que tomam CPs-Q como complemento.

(61) A estrutura das relativas livres de acordo com Caponigro (2002):



Essa é a estrutura que também será assumida por Marchesan (2008) para as relativas livres⁸⁰. No entanto, a autora não reduz todas as relativas livres a DPs. Há uma ambiguidade, ou seja, em relação a termos DP ou PP, que ela preserva, como vemos em (62)⁸¹.

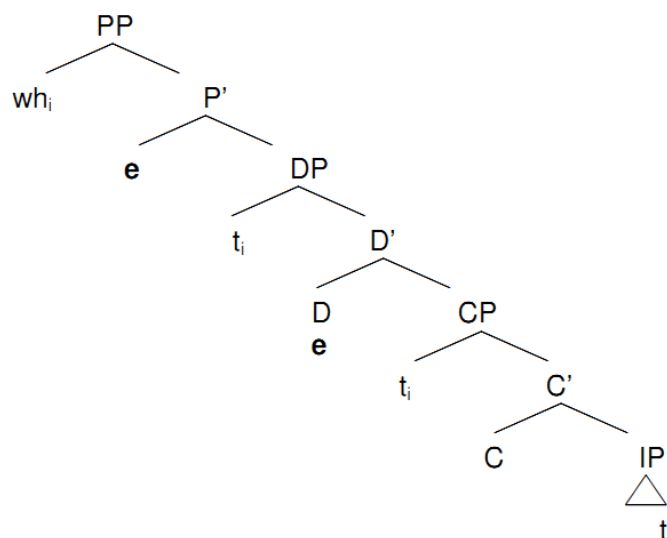
- (62) a. Eu caminhei [PP por [DP onde Maria passeava]]. (onde = o lugar em que)
- b. João a conhece desde [DP quando ela era uma garotinha sardenta]. (quando = o momento em que)
- c. [DP Onde ela mora] é bonito. (onde = o lugar em que)

Para as adverbiais, no entanto, a autora supõe uma outra estrutura em que há uma preposição nula, ou seja, ela assume, assim como outros autores, que o relativo AdvP incorpora uma preposição.

⁸⁰ Marchesan não assume uma derivação para as relativas com núcleo seguindo essa mesma ideia; para essa relativa, ela apresenta a literatura relevante e assume uma estrutura mais próxima da proposta pela análise tradicional.

⁸¹ Retirado de Marchesan, 2008, pp. 88 e 89.

(63) Estrutura para as adverbiais

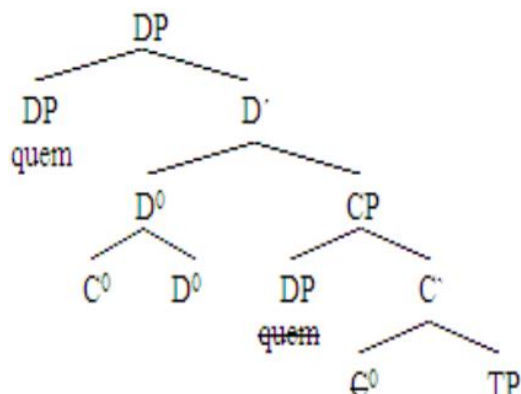


Uma estrutura como essa seria utilizada para derivar relativas encabeçadas pelo *quando*, pelo *onde*, pelo *como* e pelo *quanto*. A autora resume então dizendo que quando o pronome-Q “é um DP, ele se desloca de dentro IP para Spec CP para, assim, licenciar o D implícito” e quando é um PP, “tem um movimento a mais: do SpecDP para SpecPP (para assim licenciar a preposição)”. (Marchesan, 2008, p. 89).

Caponigro (2002) também acredita na presença da preposição em adverbiais, mas, ao contrário de Marchesan, ele assume que assim mesmo as relativas livres são DPs, sintaticamente, apesar de semanticamente serem DPs ou PPs.

Quem também apresenta uma proposta baseada em Caponigro (2002) é Medeiros Junior (2005). No entanto, o autor acrescenta à proposta de Caponigro a ideia dos amálgamas morfológicos. Partindo da abordagem de Rocha (1990), ele assume a existência nas RLs desses amálgamas morfológicos, ou seja, haveria, então, um D + C, sendo que o D pode ou não ser nulo.

(64) Estrutura das relativas livres para Medeiros Junior



Nessa proposta, o sintagma-Q recebe caso do verbo da sentença mais baixa e depois se move para SpecDP como sendo um tipo de DP complexo. No entanto, Marchesan (2008, p. 86) diz que ao assumir tal análise, não se pode explicar como se dá a seleção do verbo, visto que essa incorporação se dá na periferia esquerda e é tardia.

3.1.4.2 Proposta feita por Kato & Nunes (2009) baseada em Lessa-de-Oliveira (2008)

A última proposta de análise que apresentaremos aqui é a de Kato & Nunes (2009). Os autores não apresentam uma discussão sobre as RLs, mas mencionam essas relativas em uma seção na qual afirmam que haveria um *pro* em posição de argumento do verbo da oração subordinada. Essa proposta é apresentada em Lessa-de-Oliveira (2008). Essa autora apresenta como hipótese para as relativas livres a ideia de elas serem do tipo não padrão com resumptivo nulo. Ela apresenta como argumento a ideia de as RLs PP livres sem *pied-piping* serem aceitáveis e que ao comparar essas RLs com as relativas não padrão com antecedente, percebe-se um paralelismo entre elas, já que há momentos que é permitido a existência de um resumptivo seja ele manifesto e/ou nulo. Além disso, a autora assume a ideia tanto de LD quanto da presença de um *pro* e afirma que, de acordo com Cinque (1990), só é possível NPs (DPs) em LD e, por isso, o constituinte alçado de LD seria um DP.

(65) Estrutura sintática da relativa livre (Lessa-de-Oliveira, 2008, p.87)

- a. vou visitar [_{CP} quem_i [_{CP} C [_{LD} t_i [_{IP} você simpatiza muito *pro*_i]]]]
- b. a gente já incluiu no projeto [_{CP} quando_i [_{CP} C [_{LD} t_i [_{IP} isto vai acontecer *pro*_i]]]]
- c. [_{CP} quem_i [_{CP} C [_{LD} t_i [_{IP} ele deu uma flor *pro*_i]]]] acabou de chegar.

4 Considerações sobre as análises

Nesta seção, vamos assumir uma proposta de análise para as relativas livres. As análises apresentadas na seção anterior apresentam méritos e deméritos, mas não irei pormenorizar esses aspectos aqui. Ressalto apenas que essas propostas parecem sempre ter algo “sobrando”, ou algo postulado apenas para as relativas. Temos em Móia (1992), por exemplo, um *pro* em NP; em Kenedy (2002), temos que licenciar o D externo, o qual não pode formar constituinte com o NP, além da presença de um D nulo irmão desse NP; em Caponigro (2002) e, portanto, também, em Medeiros Junior (2005) e Marchesan (2008) temos que postular mais um D. Ao falar das adverbiais, Marchesan (2008) aponta também não só a existência de um D nulo como também de um P nulo; Medeiros Junior (2005) assume a ideia de amálgamas morfológicos e o programa minimalista, mas, como bem observado por Marchesan (2008), na derivação proposta por esse autor não se consegue explicar a seleção feita pelo verbo, além de essa incorporação que ocorre na periferia esquerda ser tardia.

Por conta desses problemas e pelas evidências mostradas em 2.2.1, assumiremos aqui a análise *raising* e a proposta de análise feita por Kato & Nunes (2009) para as relativas NN⁸². A partir dessa análise, verificaremos se ela é possível de ser assumida também para as relativas livres. Caso dê certo, poderemos unificar a questão das relativas.

Para isso, retomaremos, primeiramente, algumas sentenças já vistas.

⁸² Não assumiremos aqui, a LD e a presença de um *pro*.

- (66) As crianças encontraram quem pegou a bola⁸³.
- (67) As crianças perguntaram quem pegou a bola.
- (68) Pedro saiu quando Maria chegou⁸⁴.
- (69) Pedro perguntou quando Maria chegou.
- (70) Pedro sabe quando Maria chegou.

E acrescentaremos a esse paradigma as sentenças:

- (71) Pedro brigou com quem beijou Maria.
- (72) Quem fez o bolo tinha muita experiência.

Temos nesse paradigma tanto interrogativas indiretas, como em (67), (69) e (70), quanto relativas livres, como (66), (68), (71) e (72). Vimos no capítulo 1 que as RLs podem ser tomadas como argumento interno ou externo do verbo, como vemos em (72) e (66), respectivamente, como complemento de preposição, em (71) e como adjunto do verbo, em (68), sendo que a posição que se pode ocupar é uma das características que diferencia as RLs das relativas NN.

Já em relação às IIs, sintaticamente, a distinção entre elas e as RLs, na análise tradicional, se traduz em ter movimento (interrogativas) ou não (relativas livres) e para a análise *raising*, tal diferença, sutil, se dá pela posição ocupada pelo sintagma-Q: em spec CP nas interrogativas e como adjunto de CP nas relativas livres.

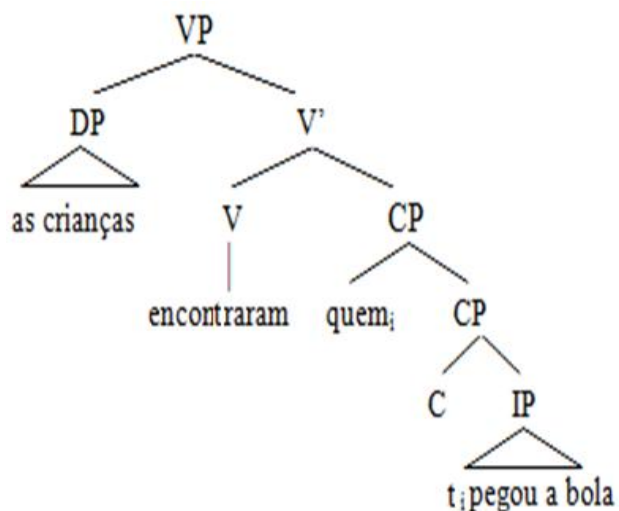
Para que possamos observar melhor essa diferença, tomemos as sentenças (66), (71), (72) e (73).

⁸³ Apresentamos em (66), (71) e (72) exemplos de RL encabeçada pelo *quem*. No entanto, a estrutura que apresentaremos aqui bem como as considerações feitas sobre essa RL, vale também para as RLs em posição de complemento de V, de P e de argumento externo do verbo encabeçadas pelos outros sintagmas-Q.

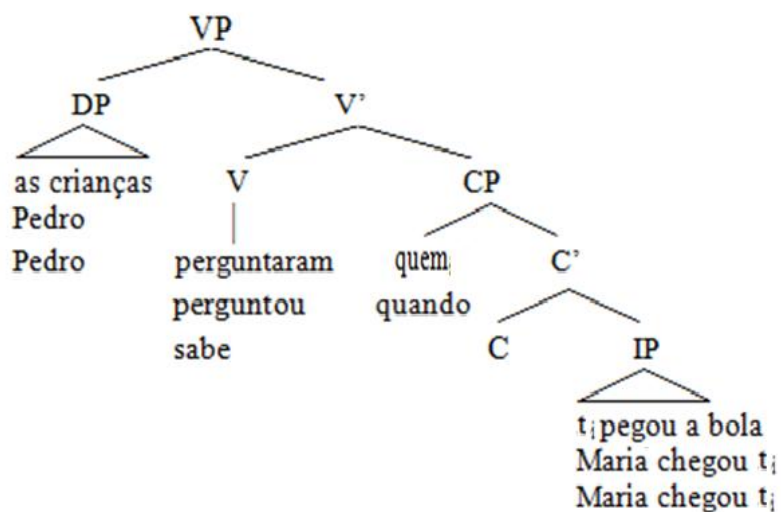
⁸⁴ Colocamos aqui um exemplo de RL encabeçada pelo *quando*. No entanto, a estrutura que apresentaremos aqui bem como as considerações feitas sobre essa RL, vale também para as RLs em posição de adjunto encabeçadas pelos outros sintagmas-Q, como o *onde*, por exemplo, em uma sentença como (i):

(i) Ele nasceu onde Pedro morreu.

(73) Estrutura da relativa livre complemento de verbo, como em (66)



(74) Estrutura de interrogativa indireta como em (71), (72) e (73)

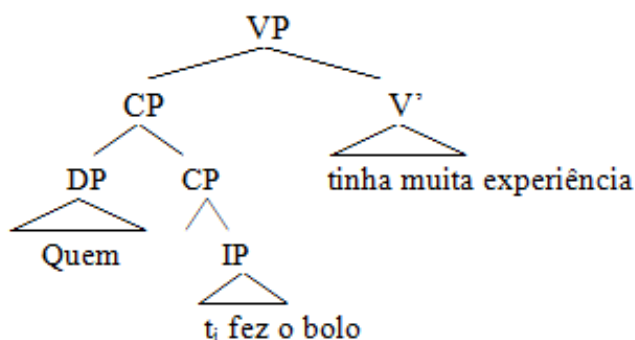


Por essas duas representações, podemos ver a diferença entre RLs e IIs. Em (73), há a estrutura de uma RL complemento de um verbo em que o sintagma-Q está adjungido ao CP, enquanto em (74), em que há uma II, vemos que o sintagma-Q aparece em spec CP.

Em relação às RLs e as posições que elas podem ocupar em uma sentença, vejamos as sentenças (73), (75), (76) e (77). Retomando a sentença (73), vemos a RL

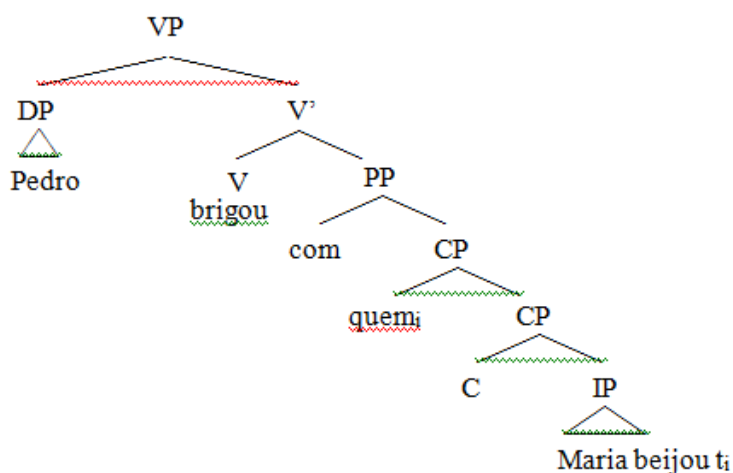
como sendo argumento interno do verbo, enquanto em (75), ela aparece como argumento externo. Nas duas posições, a estrutura da RL é a mesma.

- (75) Estrutura da relativa livre em posição de argumento externo ao verbo, como em (72)



Além dessas posições, as RLs ainda podem ocupar a posição de complemento de preposição, como temos em (76).

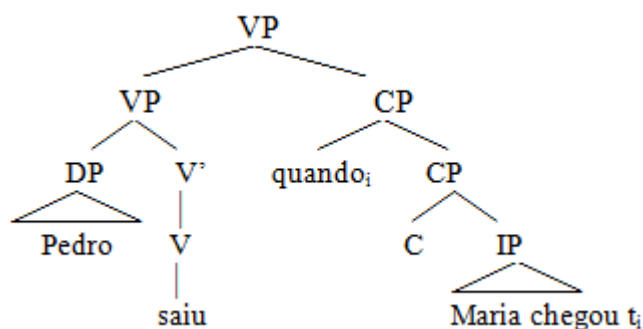
- (76) Estrutura da relativa livre como complemento de preposição, como em (71)



Em (76), temos a preposição *com* que toma a relativa como complemento e rege o sintagma-Q que está dentro dela. Em estruturas como essa, a preposição pode encabeçar tanto um PP complemento, quanto um PP adjunto.

As RLs, além dessas posições argumentais, ocupam também posições não argumentais, ou seja, ocupam a posição de adjunto do verbo. E da mesma forma, a estrutura da relativa é mesma, só que ao invés de termos o verbo selecionando a relativa, temos um VP tomando-a como adjunto.

(77) Estrutura da relativa livre adjunto ao verbo, como em (68)



Retomando a exposição feita em 2.2 sobre a análise de Kato & Nunes, podemos dizer que o custo teórico dela é menor, pois todas as relações, bem como a satisfação dos requerimentos de papel temático e de caso, são resolvidas apenas pelo fato de se assumir a ideia de segmentos de categoria e categorias, bem como a ideia de *super c-comando*, que são noções assumidas por todos, por motivos independentes, para dar conta de vários outros aspectos da gramática, em oposição aos recursos técnicos usados pelos autores citados acima para resolver aquele problema específico. Fazendo a derivação como apresentada por esses autores, o sintagma-Q está no DP adjungido ao CP, já que, pela ideia do super c-comando, isso seria permitido. Ao considerarmos que há c-comando mútuo entre o sintagma-Q adjunto de CP e o verbo, papel temático e caso ficam resolvidos. Assim, a questão do requerimento de compatibilidade e a contraintuição na seleção de CP por D fica solucionada, já que o sintagma-Q seja quando irmão do verbo ou quando selecionado por preposição, recebe caso e papel temático, e a ideia de um D selecionar um CP fica mais “aceitável”, pois a rigor ele não está selecionando o CP, mas sim o sintagma-Q adjungido a CP.

Observando, então, as estruturas apresentada acima com relativas livres e interrogativas indiretas, podemos afirmar que enquanto, nas RLs, temos o pronome relativo como irmão de V, nas interrogativas indiretas temos o CP todo, que é uma proposição, como irmão de V. Portanto, a pequena diferença entre interrogativas e relativas livres é o fato de o sintagma-Q estar no especificador ou no adjunto. Além

disso, temos que em uma relativa livre, o sintagma-Q é que denota o indivíduo e, portanto, não é a relativa livre que faz isso como nos pareceu no capítulo 2, e em uma interrogativa indireta é todo o CP que denota o conjunto de proposições, não só o sintagma-Q.

Além da diferença entre RLs e IIs temos também a diferença entre RLs e relativas NN. Tal diferença diz respeito à presença (relativa livre) ou à ausência (relativa NN) de um D que toma um CP como complemento.

5 Conclusão

Neste capítulo 3, vimos as propostas sintáticas que aparecem na literatura sobre as relativas com núcleo nominal e as relativas livres.

Na seção 2, vimos duas propostas de análise das relativas com núcleo nominal: a análise tradicional e a análise *raising*. A análise tradicional considera a relativa como sendo um adjunto ao NP e, portanto, considera que a relativa é adjunto do antecedente. Já a análise *raising* irá considerar que a relativa é um complemento de D, sendo que o NP antecedente seria gerado dentro da relativa e depois movido.

Assumimos aqui a análise *raising* e dentro dela, vimos duas propostas de análise da relativização, a de Kenedy (2002) e a de Kato & Nunes (2009), que é a que defendemos. As duas análises assumem a relativa como tendo um D que toma como complemento um CP. No entanto, a análise de Kenedy (2002), como vimos, tem muitas estipulações, não possui motivação para certos movimentos e não apresenta o antecedente como sendo um constituinte, que como mostramos, não procede. Além disso, Kenedy apresenta uma estrutura contraintuitiva de um D selecionando um CP.

Já a proposta de Kato & Nunes (2009), apresenta também um D selecionando um CP, no entanto, por fazer uso de adjunção e da ideia de categoria e segmento de categoria, não teríamos, a rigor, essa seleção. Além disso, a estrutura proposta pelos autores faz uso de adjunção que já faz parte da teoria linguística e é usada para dar conta de vários outros fenômenos, não só de relativas. Enquanto em Kenedy, por exemplo, vemos que ele faz uso de “maquinarias” que funcionam tão somente para as relativas.

Um outro ponto a favor dessa análise, é que seleção, papel temático e caso se revolvem por conta da irmandade que se dá, quando se faz uso da adjunção, além de que vemos uma categoria movida c-comandar seu vestígio, mesmo mais encaixada, por conta do c-comando.

Portanto, ao utilizar uma “maquinaria” já presente na teoria linguística utilizada para dar conta de outros fenômenos e ao assumir que o sintagma-Q está em adjunção a CP e não no especificador, essa análise apresenta um custo teórico menor que o de Kenedy (2002) e apresenta maiores motivações para os movimentos realizados, razões essas que nos levaram a escolhê-la como a mais adequada, empírica e teoricamente.

Para as relativas com núcleo nominal, assumimos: (i) a ideia de estarmos frente a um determinante relativo que toma um CP como complemento; (ii) as adjunções como propostas pelos autores concebidas a partir da distinção entre categorias e segmentos de categoria (cf. May, 1985 e Chomsky, 1986) que acarretam o super c-comando.

Com tal estrutura proposta para as relativas com núcleo nominal, vimos, a partir das análises apresentadas na literatura para as relativas livres, que seria possível adotarmos Kato & Nunes (2009) também para as RLs (encabeçadas por qualquer um dos sintagmas-Q), o que nos dá, então, uma uniformidade de análise para as relativas.

Procuramos mostrar, também, em que consiste a diferença estrutural entre uma relativa livre e uma interrogativa indireta. Com a estrutura que adotamos, podemos afirmar que tanto relativas livres quanto interrogativas indiretas são CPs, no entanto, o que contrasta essas estruturas é o sintagma-Q estar ou em posição de especificador de CP (interrogativas indiretas) ou como adjunto de CP (relativas livres). Além disso, é o sintagma-Q que é marcado por caso e o requerimento de compatibilidade é verificado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No capítulo 1, apresentamos o que há na literatura sobre as orações relativas, mostrando que as relativas com núcleo nominal apresentam um antecedente ao sintagma-Q, enquanto as relativas livres não apresentam explicitamente esse antecedente. Apresentamos propriedades de uma e outra, adiantamos algumas análises e expomos uma proposta de estrutura.

No capítulo 2, iniciamos nossa análise propriamente dita. O propósito do capítulo foi focar a estrutura tendo em vista o verbo que seleciona estruturas-Q. Pudemos aí retomar vários estudos que, ao tratarem a questão desse prisma, precisam diferenciar as relativas livres das interrogativas indiretas.

Começamos por questionar o rótulo “relativa livre”, já que essas estruturas têm mais diferenças do que semelhanças quando comparadas às relativas NN. No entanto, pudemos verificar que há aspectos que nos permitem chamá-las de relativa que aparecem tanto nas relativas NN quando nas RLs, como o fato de ambas serem consideradas ilhas fortes e apresentarem um elemento relativizado que é partilhado tanto pela sentença subordinadora quanto pela sentença subordinante.

Dentre as chamadas interrogativas indiretas, identificamos dois tipos: as que denotam um conjunto de proposições (aquelas introduzidas por verbos inequivocamente interrogativos) e aquelas que denotam uma proposição (nesse caso, muitas são introduzidas por verbos factivos). Já nas RLs, como pudemos perceber com o capítulo 3, é o sintagma-Q que faz a denotação e não todo o CP como nas IIs.

No capítulo 3, observamos as diferentes estruturas formais assumidas ao longo do tempo pela literatura referente ao assunto. A hipótese de base assume que o sintagma-Q é gerada na base, que não há movimento e que as relativas livres devem seguir o requerimento de compatibilidade. Já a hipótese do Comp diz que na posição do antecedente há uma categoria vazia. A partir de 1994, a análise *raising*, proposta na década de 70, é retomada por Kayne. Essa análise começa a tomar força e foi abraçada por vários autores.

Dentre as análises de *raising* propostas, resgatamos a de Kato & Nunes (2009), por ser a menos custosa teoricamente. Nessa análise, as relativas livres são CPs, com um sintagma-Q adjunto a CP, e não precisamos nominar nenhum núcleo implícito. Por fazer uso de adjunção, que já faz parte da teoria e explica outro fenômenos além da

relativa, e por fazer uso da noção de categorias e segmentos de categorias, essa análise consegue dar conta de papel temático, caso e seleção.

Ao iniciar este trabalho de pesquisa, não tínhamos ideia das inúmeras ramificações que o tema gerava, exigindo de nossa parte não só uma quantidade grande de leitura, mas principalmente uma diversidade de temas pelos quais precisamos enveredar. Terminamos o trabalho com mais perguntas do que respostas, mas cremos que é esse mesmo o caminho da ciência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRIE, Michael J. M. **Dynamic antisymmetry and the syntax of noun incorporation**. 217 f. Tese (Doutorado). Universidade de Toronto: Toronto, 2006.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. ver., ampl. e atual. conforme o novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- BRAGA, Maria Luiza et alii. As Construções-Q no Português Brasileiro Falado. In: KATO, Mary A. & NASCIMENTO, Milton. **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**, v. 3: A Construção da Sentença. Campinas, Editora da Unicamp, 2009, p. 237 – 289.
- BRUCART, José Maria. La estructura del sintagma nominal: las oraciones de relativo. In: BOSQUE & DEMONTE. **Gramática Descriptiva de La Lengua Española**. Madrid, Real Academia Española, 1999, p. 395-522.
- BRESNAN, J & GRIMSHAW, J. **The syntax of free relatives in English**. Linguistic Inquiry, Massachusetts, v. 3, n. 9, p. 331-391, verão 1978.
- CAPONIGRO, I. **Free Relatives as DPs with a Silent D and a CP Complement**. In: SAMIAN, V. (ed.). Proceedings of the Western Conferences on Linguistics, 2000 (WECOL 2000), Fresno, California: California State University, 2002.
- CHOMSKY, Noam. **Aspects of the theory of syntax**. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.
- _____. On wh movement, in P. W. Culicover, T. WASOW and A. AKMAJIAN (eds) **Formal Syntax** . p. 71–132. New York: Academic Press, 1977.
- _____. **Barriers**. Cambridge, MA: MIT Press, 1986.
- _____. **On formalization and formal linguistics**. Natural language & Linguistic theory, v. 8, nº 1, p. 143-147, fevereiro 1990.
- _____. **The Minimalist Program**. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

- CHIERCHIA, Gennaro. **Semântica**. Trad. de Pagani, L.A.; Negri, L.; Ilari, R. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2003.
- CONTRERAS, Heles. Relaciones entre las construcciones interrogativas, exclamativas y relativas. In: Ignacio Bosque e Violeta Demonte. **Gramática Descriptiva de la Lengua Española**. Madri: Real Academia Española e Colección Nebrija y Belo, 1999, vol. 2, p. 1931-1963.
- GROSU, A. **Strange Relatives at the Interface of two Milenia**. Glot Intenational Vol 6, Nº 6, 2002.
- KATO, Mary. 1993. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (orgs.) **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. (Homenagem a Fernando Tarallo). Campinas: Unicamp. 1996. 223-261.
- _____.; NUNES, Jairo.. **A uniform raising analysis for standard and nonstandard relative clauses in Brazilian Portuguese**. Ms.UNICAMP e USP, 2006.
- KAYNE, R. **The Antisymmetry of Syntax** (Linguistic Inquiry Monographs, 25). Cambridge, MA: MIT Press, 1994.
- KENEDY, Eduardo. **Aspectos estruturais da relativização em português: uma análise baseada no modelo raising**. 158 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2002.
- LESSA-DE-OLIVEIRA, Adriana S.C. **As sentenças relativas em português brasileiro: aspectos sintáticos e fatos de aquisição**. 197 f. Tese. (Doutorado em Linguística). Universidade de Campinas: Campinas, 2008.
- LIMA, Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.
- LIMA, Severino. **Aspectos da complementação de predicados factivos e assertivos em PB**. f. 136. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2007.
- MAY, Robert. **Logical form**. Cambridge, MA: MIT Press, 1985.

- MARCHESAN, A. C.. **As relativas livres em português brasileiro e os requerimentos de compatibilidade**. 99 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.
- MEDEIROS JUNIOR, Paulo. **Sobre Sintagmas-Qu e Relativas Livres no Português**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília – UnB, DF, 2005.
- _____. Relativas Livres: Uma Proposta para o Português. In: **Revista de Estudos da Linguagem**, UFMG. Belo Horizonte, 2006.
- _____. Sobre relativas livres em posição de adjunto: considerações sintáticos-semânticas acerca das construções com quando e onde. **Revista de Estudos da Linguagem**, Vol. 17.1, 2009
- MIOTO, Carlos et alii. **Novo Manual de Sintaxe**. Santa Catarina: Ed. Insular, 2005.
- MÓIA, Telmo. A sintaxe das Orações Relativas sem Antecedente Expresso no Português. In: **Quatro Estudos em Sintaxe do Português**. Lisboa: Edições Colibri, 1992.
- _____. Aspectos Sintáticos e Semânticos das Orações Relativas com *como* e *quando*. In: **Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**, Lisboa, 2001.
- PULLUM, Geoffrey K. **Formal linguistics meets the Boojumn**. Natural language & Linguistic theory, v. 7, nº 1, p. 137-143, fevereiro 1989.
- SUÑER, Margarita. La subordinación sustantiva: La interrogación indirecta. In: Ignacio Bosque e Violeta Demonte. **Gramática Descriptiva de la Lengua Española**. Madri: Real Academia Española e Colección Nebrija y Belo, 1999, vol. 2, p.2149-2195.
- TARALLO, F. L. **Relativization Strategies in Brazilian Portuguese**. Tese de Doutorado, Universidade da Pensilvania. (1983).
- VALER, S. **As sentenças relativas com núcleo nominal nos dados de fala (projeto Varsul) de Florianópolis**. 204 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Florianópolis: Florianópolis, 2008.

ANEXO 1

| VERBO | PRONOME -Q | EXEMPLO | REFERÊNCIA |
|----------|---------------|---|-------------------------------|
| abalar | o que | O que aconteceu abalou o João. | Marchesan 2008, p 21 |
| achar | (d)o que | Maria achou do que se lamentar. | Marchesan 2008, p 63 |
| | (com) quem | João não acha com quem discutir o problema. | Medeiros Junior, 2005, p. 24 |
| acordar | onde | João acordou onde o deixamos. | Medeiros Junior, 2009 |
| agir | como | Agimos como ele agiu. | Móia 1992, p. 143 |
| | como | O presidente agiu como era esperado (que agisse). | Móia, 2001, p. 349 |
| agradar | como | Como ele conduz as coisas agrada a todo mundo aqui. | Lessa-de-Oliveira 2008, p. 78 |
| amar | quem | Maria ama quem gosta de poesia. | Marchesan 2008, p 87 |
| aparecer | onde | O João apareceu onde estávamos reunidos. | Medeiros Junior, 2009 |
| apertar | (com) o que | Ela apertou o parafuso com o que tinha às mãos. | Marchesan & Mito, 2008 |
| apreciar | o que | Aprecio o que o Paulo fez. | Móia 1992, p. 114 |
| arranjar | (com) quem | Paulo já arranjou com quem casar. | Marchesan 2008, p 63 |
| assustar | quando | O Pedro se assustou quando a porta bateu. | Medeiros Junior, 2009 |
| avisar | quem | O João avisou quem estava na sala de que o jantar ia ser servido. | Móia 1992, p. 22 |
| caminhar | onde | João caminhou onde estava nevando. | Marchesan 2008, p 43 |
| | (por) onde | Eu caminhei por onde Maria passeava. | Marchesan 2008, p 88 |
| cantar | como | Cantámos como eles cantaram. | Móia 1992, p. 33 |
| | como | Cantámos como ele nos ensinou (a cantar). | Móia 1992, p. 143 |
| | como | Maria canta como cantava a mãe. | Medeiros Junior, 2005, p. 18 |
| chegar | quando | Eu cheguei quando a Maria partiu. | Marchesan 2008, p 45 |
| | quando | Ele chegou quando a Maria saiu. | Valer 2008, p. 26 |
| | quando | O João chegou quando você saiu. | Medeiros Junior, 2009 |
| cobrar | quanto | Ele vai cobrar quanto quer pelo vinho. | Marchesan 2008, p 23 |

| | | | |
|------------|----------------|---|-------------------------------|
| comer | o que | João comeu o que a Maria cozinhou. | Marchesan 2008, p 21 |
| | o que | Ele detesta comer o que ela cozinha. | Marchesan & Mioto, 2008 |
| comportar | como | João se comportou como ela esperava. | Marchesan & Mioto, 2008 |
| comprar | o que | Maria não comprou o que eu pedi. | Marchesan 2008, p 21 |
| | o que | Eu vou comprar o que você escolheu. | Marchesan 2008, p 22 |
| | o que | Eu vou comprar o que você está vendendo. | Marchesan 2008, p 32 |
| | onde | João comprou <i>a casa</i> onde ninguém quer morar. | Marchesan 2008, p 89 |
| | o que | Eu comprei o que tu querias comprar. | Valer 2008, p. 13 |
| | (de) quem | João comprou uma casa de quem ele mais gosta. | Valer 2008, p. 26 |
| | onde | João comprou a casa <i>onde</i> a Maria morava. | Valer 2008, p. 26 |
| | o que | Ela comprou o que viu. | Marchesan & Mioto, 2008 |
| | o que | Maria compra o que eu vendo. | Medeiros Junior, 2005, p. 87 |
| conhecer | quem | Eu conheço quem foi assaltado. | Marchesan 2008, p 10 |
| | quem | Eu conheço quem a Maria convidou para a festa. | Marchesan 2008, p 25 |
| | (desde) quando | João a conhece desde quando ela era uma garotinha sardenta. | Marchesan 2008, p 89 |
| conseguir | quem | Quem não dorme bem não consegue se concentrar. | Medeiros Junior, 2005, p. 15 |
| consentir | quem | Quem cala consente. | Marchesan 2008, p 84 |
| considerar | o que | Ele considera o que a Maria é escandaloso. | Marchesan & Mioto, 2008 |
| convencer | quem | Pedro convence quem ele conhece a trabalhar com ele. | Medeiros Junior, 2005, p. 86 |
| conversar | (com) quem | Ela conversa com quem lhe dá atenção. | Marchesan & Mioto, 2008 |
| | (com) quem | Maria conversou com quem pegou o dinheiro do cofre. | Medeiros Junior, 2005, p. 20 |
| convidar | quem | Maria convidou para a festa quem João indicou. | Marchesan 2008, p 27 |
| | quem | Maria convidou quem João conhece. | Medeiros Junior, 2005, p. 69 |
| | quem | João convidou (para a festa) quem você mencionou. | Medeiros Junior, 2006, p. 431 |
| correr | quem | Quem ganhou a corrida correu descalço. | Marchesan 2008, p 45 |

| | | | |
|------------|------------|---|-------------------------------|
| cozinhar | o que | Ele cozinhou o que estava mofado. | Marchesan 2008, p 42 |
| criticar | como | O gerente criticou como ele arrumou a mercadoria. | Lessa-de-Oliveira 2008, p. 78 |
| dar | (a) quem | Dou alimento a quem não tem condições. | Medeiros Junior, 2009 |
| desconfiar | (de) quem | Maria desconfia de quem ele gosta. | Marchesan 2008, p 87 |
| devolver | o que | Deves devolver-me o que eu te emprestei. | Móia 1992, p. 10 |
| dormir | onde | A Maria dormiu onde você se hospedou no ano passado. | Medeiros Junior, 2009 |
| | quando | Ana dormiu quando você chegou. | Medeiros Junior, 2009 |
| | onde | Maria dormiu onde você dormia. | Medeiros Junior, 2009 |
| elogiar | quem | O professor elogiou quem leu o livro. | Móia 1992, p. 1 |
| encontrar | quem | Eu vou encontrar quem estou procurando. | Marchesan 2008, p 22 |
| | (com) quem | Eu encontrei o João com quem odeia você. | Marchesan 2008, p 42 |
| | quem | Eu encontrei quem beijou a Maria. | Valer 2008, p. 12 |
| | quem | Eu encontrei quem conversou comigo ontem. | Valer 2008, p. 26 |
| | onde | João encontrou os sapatos onde Maria guarda as sandálias. | Marchesan & Mioto, 2008 |
| | quem | João sempre encontra quem criticar. | Marchesan & Mioto, 2008 |
| ensinar | o que | A professora ensinou o que os alunos queriam aprender. | Valer 2008, p. 13 |
| esbofetear | quem | João esbofeteou quem beijou a Maria. | Marchesan 2008, p 32 |
| estar | o que | O que você cozinhou está mofado. | Marchesan 2008, p 42 |
| | quem | Quem fez isso estava fora de si. | Medeiros Junior, 2009 |
| | quando | Eu estava em Lisboa quando os incidentes se registraram. | Móia, 2001, p. 357 |
| estremecer | quando | A ponte estremeceu quando o comboio passou sobre ela. | Móia, 2001, p. 349 |
| estudar | o que | O que ele estuda é o que eu quero estudar. | Valer 2008, p. 26 |
| evitar | quem | Quem sacou seu dinheiro evitou o confisco. | Marchesan & Mioto, 2008 |
| falar | (com) quem | Eu falei com quem votou em você. | Marchesan 2008, p 42 |
| fazer | como | Ela fez o trabalho como João sugeriu. | Marchesan 2008, p 89 |

| | | | |
|--------------|-------------|---|-------------------------------|
| gostar | (de) quem | João gosta de quem Maria ama. | Marchesan 2008, p 87 |
| | (de) quem | Paulo não gosta de quem pede ajuda. | Marchesan & Mioto, 2008 |
| haver | onde | Onde não há plantas não há vida. | Móia 1992, p. 33 |
| | onde | Onde eu vivo não há poluição. | Móia 1992, p. 130 |
| impressionar | o que | O que eu vejo me impressiona | Medeiros Junior, 2005, p. 87 |
| incluir | quando | A gente já incluiu no projeto quando isto vai acontecer. | Lessa-de-Oliveira 2008, p. 78 |
| indicar | quem | João indicou para o cargo quem você conhece. | Medeiros Junior, 2009 |
| influenciar | o que | O que o Paulo disse influenciou minha decisão. | Móia 1992, p. 13 |
| insultar | quem | Ela insultou quem a tratou bem. | Marchesan & Mioto, 2008 |
| interromper | o que | O que ele fez interrompeu a festa. | Marchesan & Mioto, 2008 |
| | quem | Quem fez isso interrompeu a festa. | Marchesan & Mioto, 2008 |
| ir | (por) onde | Não vás por onde não houver sinalização. | Móia 1992, p. |
| | (para) onde | Ele foi para onde eu fui. | Móia 1992, p. 132 |
| | como | Ele foi à festa como eu pedi. | Valer 2008, p. 26 |
| lembrar | onde | Não me lembro onde eu deixei as chaves do carro. | Marchesan 2008, p 22 |
| mencionar | quem | João mencionou quem a Maria conhece. | Medeiros Junior, 2005, p. 12 |
| | quem | Maria mencionou quem participou do comício. | Medeiros Junior, 2005, p. 67 |
| | quem | O João mencionou quem cometeu o crime. | Medeiros Junior, 2005, p. 16 |
| | quem | A Maria mencionou quem você viu. | Medeiros Junior, 2006, p. 437 |
| mentir | quem | Quem quer que diga isso mente. | Móia 1992, p. 42 |
| morar | onde | João mora onde a Maria nasceu. | Marchesan & Mioto, 2008 |
| | onde | Maria mora onde seus filhos nasceram. | Medeiros Junior, 2005, p. 18 |
| morrer | onde | Pedro morreu onde o encontramos. | Medeiros Junior, 2009 |
| nascer | onde | Ele nasceu onde eu cresci. | Marchesan 2008, p 82 |
| ocorrer | o que | O que ele nos contou ocorreu de fato. | Móia 1992, p. 32 |
| parecer | quem | Quem está esperando por mim na esquina parece ser meu primo João. | Medeiros Junior, 2005, p. 86 |
| pedir | como | A Ana pediu as coisas como eu pedi. | Móia, 2001, p. 358 |

| | | | |
|-----------|-------------|--|-------------------------------|
| proceder | como | Ele procedeu como João ordenou. | Marchesan 2008, p 23 |
| procura | (para) onde | João procura para onde ir. | Marchesan 2008, p |
| querer | (para) onde | Ele foi para onde eu quis (ir). | Móia 1992, p. 132 |
| | quando | Eles só querem sair quando o dia amanhecer. | Medeiros Junior, 2009 |
| | onde | Eu quero ser onde você sossega a alma. | Medeiros Junior, 2009 |
| regressar | quando | As andorinhas regressam quando o inverno termina. | Móia 1992, p. 33 |
| remodelar | quando | A piscina foi remodelada quando se esperava que tivesse pouca procura. | Móia, 2001, p. 358 |
| respirar | quem | Quem vive nas grandes cidades respira um ar poluído. | Móia 1992, p. 31 |
| saber | quem | Quem conhece o Luís sabe que ele é um rapaz sensato. | Móia 1992, p. 20 |
| sair | quando | Maria saiu quando Pedro chegou. | Marchesan 2008, p 21 |
| | quando | Maria saiu quando João entrou. | Marchesan 2008, p 23 |
| | quando | Ela saiu quando ele chegou. | Marchesan 2008, p 43 |
| | (por) onde | Ele saiu por onde nós entrámos. | Móia 1992, p. 132 |
| | como | Sáímos como ele chegou. | Móia 1992, p. 143 |
| | quando | O Luís saiu quando a Ana entrou. | Móia 1992, p. 147 |
| | quando | João saiu quando Maria chegou. | Marchesan & Mioto, 2008 |
| | quando | João saiu quando nós chegamos. | Medeiros Junior, 2005, p. 18 |
| ser | quem | Ana é quem está com medo do tigre. | Marchesan 2008, p 22 |
| | quem | A Suzanita é quem está segurando a rosa. | Marchesan 2008, p 42 |
| | quando | Quando a Maria chegou foi emocionante. | Marchesan 2008, p 45 |
| | onde | Onde a Maria mora é bonito. | Marchesan 2008, p 45 |
| | quem | Quem você viu é meu irmão. | Marchesan 2008, p 58 |
| | quanto | Quanto ele disse é verdade. | Móia 1992, p. 32 |
| | quem | A Suzanita é quem quer casar. | Valer 2008, p. 26 |
| | o que | O que a Maria comprou é inútil. | Marchesan & Mioto, 2008 |
| | quem | Quem perdeu a carteira é muito descuidado. | Marchesan & Mioto, 2008 |
| | quando | Quando isto vai acontecer é imprevisível. | Lessa-de-Oliveira 2008, p. 78 |

| | | | |
|--------------|---------------|---|-------------------------------|
| ser | quem | Quem fez isso é inconsequente. | Medeiros Junior, 2005, p. 68 |
| | quem | Quem lê Guimarães Rosa é meu amigo. | Medeiros Junior, 2006, p. 431 |
| telefonar | quem | Quem o Luís convidou para jantar telefonou a avisar que vinha mais tarde. | Móia 1992, p. 22 |
| ter | (com) quem | João não tem com quem conversar. | Marchesan 2008, p 63 |
| | (para) quem | Eu tenho para quem escrever/telefonar. | Marchesan 2008, p 63 |
| | quem | João tem quem corte a grama para ele. | Marchesan 2008, p 65 |
| | quem | João não tem quem visitar nos sábados. | Marchesan & Mioto, 2008 |
| | o que | João não tem o que fazer nos sábados. | Marchesan & Mioto, 2008 |
| | (com) quem | João não tem com quem discutir seus problemas. | Marchesan & Mioto, 2008 |
| | quem | João não tem quem o acompanhe nesta viagem. | Marchesan & Mioto, 2008 |
| | quando | Não tem o que distraia João quando ele está concentrado. | Marchesan & Mioto, 2008 |
| | o que | Não tem o que alguém possa fazer. | Marchesan & Mioto, 2008 |
| | (a) quem | João não tem a quem pedir ajuda. | Marchesan & Mioto, 2008 |
| | (para) quem | Eu tenho para quem escrever. | Marchesan & Mioto, 2008 |
| | (com) quem | João não tem com quem conversar. | Medeiros Junior, 2005, p. 24 |
| | (com) quem | Maria tem com quem desabafar. | Medeiros Junior, 2005, p. 24 |
| ter (medo) | (de) quem | Ela tem medo de quem grita. | Marchesan 2008, p 42 |
| ter (receio) | (de) quem | Ter receio de quem bebe é normal. | Valer 2008, p. 26 |
| transferir | (para) quando | O presidente decidiu transferir a reunião para quando houvesse quorum. | Móia 1992, p. 152 |
| trazer | o que | João trouxe o que a Maria comprou. | Marchesan 2008, p 38 |
| vender | (por) quanto | Ele vendeu o carro por quanto você sugeriu. | Valer 2008, p. 26 |
| ver | quem | Eu vi quem roubou a loja. | Marchesan 2008, p 16 |
| | o que | Eu vi o que você comprou na loja ontem. | Marchesan 2008, p 26 |
| | quem | Eu vi quem chegou. | Kato & Nunes 2004, p. 4 |

| | | | |
|---------|-------------|---|-------------------------------|
| ver | quando | João viu quando a gente chegou. | Medeiros Junior, 2009 |
| visitar | onde | A gente visitou onde ele passou a infância. | Lessa-de-Oliveira 2008, p. 78 |
| voltar | (para) onde | Ele voltou para onde estavam seus amigos. | Móia 1992, p. 130 |

ANEXO 2

| VERBO | PRONOME-Q | EXEMPLO | REFERÊNCIA |
|-----------|------------|--|------------------------------|
| indagar | quem | Maria indagou quem participou do comício. | Medeiros Junior, 2005, p. 15 |
| perguntar | quem | Eu me pergunto quem a Maria convidou para a festa. | Marchesan 2008, p 25 |
| | quem | A Maria perguntou quem roubou o banco. | Marchesan 2008, p 27 |
| | o que | João perguntou o que a Maria comprou. | Marchesan 2008, p 38 |
| | quem | Maria perguntou quem João indicou para o cargo. | Medeiros Junior, 2005, p. 15 |
| | (com) quem | Pedro perguntou com quem João falou. | Medeiros Junior, 2005, p. 23 |
| querer | o que | Eu quero saber o que você comprou na feira ontem. | Marchesan 2008, p 26 |
| | quem | João quer saber quem beijou a Maria. | Marchesan 2008, p 32 |
| | (de) quem | Pedro quer saber de quem você depende. | Medeiros Junior, 2005, p. 23 |
| | quem | Maria quer saber quem pegou as maçãs. | Medeiros Junior, 2005, p. 69 |
| | o que | Maria quer saber o que João pediu. | Medeiros Junior, 2005, p. 16 |
| saber | quem | O professor sabe quem fez o trabalho. | Móia 1992, p. 24 |
| | o que | Maria quer saber o que João pediu. | Medeiros Junior, 2005, p. 15 |